



COLEÇÃO CULT

Educação Museal Brasileira: reflexões a partir dos resultados da PEMBrasil

Daniele Pereira Canedo, Mona Nascimento
& José Roberto Severino (Org.)





A *Coleção Cult* é uma iniciativa do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Ela tem como objetivo publicizar reflexões na área de cultura, em uma perspectiva multidisciplinar, ampliando o intercâmbio entre os estudiosos da cultura e contribuindo para consolidar essa área multidisciplinar de estudos.



Educação Museal Brasileira:
reflexões a partir dos
resultados da PEMBrasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

VICE-REITOR

Penildon Silva Filho



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Susane Santos Barros

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

George Mascarenhas de Oliveira

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Monica Neves Aguiar da Silva

Suplentes

José Amarante Santos Sobrinho

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira

Lorene Pinto

Lúcia Matos

Lynn Alves



CULT — CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

COORDENAÇÃO

Sophia Cardoso Rocha

VICE-COORDENAÇÃO

Lourivânia Soares Santos

COMISSÃO EDITORIAL
DA COLEÇÃO CULT

Alexandre Barbalho (UFC)

Antonio Albino Canelas Rubim (UFBA)

Gisele Nussbaumer (UFBA)

José Roberto Severino (UFBA)

Laura Bezerra (UFRB)

Lia Calabre (Fundação Casa de Rui
Barbosa – RJ)

Linda Rubim (UFBA)

Liv Sovik (UFRJ)

Mariella Pitombo Vieira (UFRB)

Marta Elena Bravo (Universidade
Nacional da Colômbia – Medellín)

Paulo Miguez (UFBA)

Renata Rocha (UFBA)

Renato Ortiz (UNICAMP)

Rubens Bayardo (Universidade de

Buenos Aires – Universidade San Martin)

COORDENADOR DA
COMISSÃO EDITORIAL

Antonio Albino Canelas Rubim

COLEÇÃO CULT

Educação Museal Brasileira:
reflexões a partir dos
resultados da PEMBrasil

Daniele Pereira Canedo
Mona Nascimento
José Roberto Severino
(Organizadores)

EDUFBA
SALVADOR, 2024

2024, autores.

Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

COORDENAÇÃO GRÁFICA Edson Nascimento Sales

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO Gabriela Nascimento

ASSISTENTE EDITORIAL E NORMALIZAÇÃO Bianca Rodrigues de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL Gabriel Cayres

REVISÃO Ruth Neves Santos

FOTO DA CAPA Daniel Castro Dória de Menezes

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Educação Museal Brasileira: reflexões a partir dos resultados da PEMBrasil / Daniele Pereira Canedo, Mona Nascimento, José Roberto Severino, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2024.
226 p. – (Coleção Cult)
Contém biografia.

ISBN: 978-65-5630-638-4

1. Museus - Aspectos educacionais - Brasil. 2. Museus - Política governamental - Brasil. 3. Formação profissional. 4. Ensino profissional. I. Canedo, Daniele Pereira. II. Nascimento, Mona. III. Severino, José Roberto.

CDD – 069.150981

Elaborada por Jamilli Quaresma – CRB-5: BA-001608

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina,
Salvador – Bahia CEP 40170 115 tel/fax (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

SUMÁRIO

9

Prefácio

Fernanda Castro

13

Apresentação

Daniele Canedo

19

De Porto Alegre a Cachoeira: pressupostos e fundamentos de uma
pesquisa nacional sobre educação museal

Marielle Costa Gonçalves

39

As estratégias metodológicas da PEMBrasil: por uma pesquisa diversa,
nacional e com evidências para as políticas públicas

Daniele Canedo

Beth Ponte

José Roberto Severino

Mona Nascimento

Caroline Fantinel

Amanda Haubert

Clarissa Narai Costa

61

Educação museal, políticas públicas e produção de dados:
revisão de literatura e análise do contexto histórico
e político brasileiro

Daniele Canedo

Beth Ponte

José Roberto Severino

Mona Nascimento

Caroline Fantinel

Amanda Haubert

Clarissa Narai Costa

89

Perfil dos(as) educadores(as) museais brasileiros(as): questões
de gênero e outras reflexões

Beth Ponte

Karlla Kamylla Passos

115

A questão da profissionalização da educação museal no Brasil

Luciana Conrado Martins

Mona Nascimento

135

Dinâmicas e desafios do fazer educativo nos museus

Amanda Haubert

Fabiana Sales

153

A institucionalização de setores educativos nos museus brasileiros:
uma análise a partir da Política Nacional de Educação Museal

Daniele Pereira Canedo

Andrea Costa

171

Um olhar sobre a acessibilidade nos museus brasileiros a partir
da PEMBrasil

Gabriela Aidar

Clarissa Narai Costa e Silva

189

Reverberações da PNEM nas práticas educativas dos museus
brasileiros: indícios a partir da PEMBrasil

Átila B. Tolentino

Caroline Fantinel

Renata Almendra

205

Contribuições para o debate sobre a educação museal nos museus
universitários brasileiros

Paola Maués

José Roberto Severino

219

Sobre os(as) autores(as)

Prefácio

Fernanda Castro

Presidenta do Instituto
Brasileiro de Museus

A concretização da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) é um processo dinâmico, que a exemplo de outras políticas públicas bem-sucedidas, vem sendo formatada e redesenhada em função de transformações da realidade, e aqui em específico, da educação museal desenvolvida no Brasil, presentes nas práticas e nas vozes de educadores museais, e de museus e processos museais do nosso país.

Essas são as vozes que se expressaram na realização da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) realizada em co-

operação com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio do Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), grupo de pesquisas interinstitucional (UFRB/UFBA/UNEB).

Os resultados da escuta redefinem os parâmetros e as dimensões da PNEM para além do cenário conhecido durante o seu processo de construção, entre os anos 2010 e 2017, quando foi institucionalizada. Essa construção infundiu à realização da PEMBrasil um modo de fazer: a muitas mãos, corações e saberes. Desde seu início, a pesquisa contou com a participação de educadores museais, gestores e pesquisadores da educação museal para o estabelecimento de seus referenciais, para o desenho de seus instrumentos de consulta, para a definição de recursos e suportes diversos, que possibilitem a partilha de seus resultados, alcançando pessoas também diversas em suas singularidades.

A PEMBrasil tem sido muito frutífera quanto aos recursos que oferece: dois boletins com análises parciais, um relatório final que apresenta a análise correspondente às principais informações coletadas, uma base de dados brutos anonimizada, um painel de dados interativos. E agora chegou o momento de ampliar a autoria das análises, de estabelecer uma conversa sobre o panorama da educação museal que foi revelado: na presente publicação, conheceremos as percepções de especialistas em educação museal de diversas universidades e museus brasileiros, em interlocução com a equipe que fez da PEMBrasil uma realidade. A partir dos vários contextos territoriais e das controvérsias, potências e incertezas que se apresentam, seja na academia, nos museus, ou nas relações comunitárias que dão sentido às ações educativas, vamos conhecer novas reflexões sobre a PNEM.

Em breve, esse conteúdo estará também disponibilizado na plataforma MuseusBR, integrando a área de pesquisa do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que abrirá espaço para o desenvolvimento de pesquisas em séries históricas.

Apresentamos, então, mais um passo no caminho de consolidação na PNEM, mais um convite e apoio do Ibram para que as instituições e processos museais voltem suas atenções para as potencialidades da educação museal como recurso para que o Brasil conheça a si mesmo, para que o povo seja dono de sua memória.

Apresentação

Daniele Canedo

A coletânea *Educação Museal Brasileira: reflexões a partir dos resultados da PEMBrasil* reúne um conjunto de estudos com análises sobre os resultados da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil). Elaborados por meio de uma parceria entre os integrantes da equipe de pesquisa e especialistas em educação museal convidados(as), os capítulos baseiam-se em dados obtidos pela pesquisa e consideram contextos territoriais específicos e questões acadêmicas e empíricas, visando fomentar reflexões acerca da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Este projeto é uma colaboração entre o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Universi-

dade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através do Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), um grupo de pesquisa interinstitucional.

A pesquisa desvendou um panorama dinâmico da educação museal, destacando a prevalência de atividades educativas, apesar da institucionalização limitada. Surpreendentemente, 90,4% dos museus participantes oferecem atividades educativas, com 86,5% realizando-as com alta frequência. Contudo, apenas metade dos museus com setores educativos formalizados possui equipes dedicadas integralmente a essas funções, sublinhando a necessidade de fortalecimento dessas áreas. As atividades mais comuns incluem visitas mediadas, oficinas e eventos, com uma ênfase particular no formato de visita mediada para estudantes. A pesquisa também revelou que públicos específicos, como indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e a comunidade de pessoas LGBTQIAPN⁺, são menos atendidos, indicando oportunidades de expansão de público, especialmente através das redes sociais, já utilizadas por 92,2% dos museus.

Os desafios são variados, desde a falta de recursos até a necessidade de mais parcerias e envolvimento comunitário. Profissionais da área tendem a ser mulheres cisgênero brancas, com até 40 anos, altamente escolarizadas, mas com salários modestos, ressaltando a necessidade de maior valorização e diversidade no setor. A PNEM é reconhecida por 67,5% dos participantes, mas quase 30% dos museus ainda carecem de um plano museológico, evidenciando uma lacuna na implementação de políticas.

Esta publicação oferece um exame detalhado dos progressos alcançados pela PNEM, ancorada na iniciativa PEMBrasil. O livro se estrutura em capítulos que abrangem desde a fundamentação da pesquisa até análises minuciosas sobre práticas educativas, perfis profissionais, desafios da institucionalização e da acessibilidade, culminando em uma reflexão sobre a educação museal em museus universitários.

Os três primeiros capítulos compõem a apresentação da pesquisa. O primeiro capítulo foi produzido por Marielle Costa Gonçalves, ser-

vidora do Ibram e responsável pela PEMBrasil. Com o título “De Porto Alegre a Cachoeira: pressupostos e fundamentos de uma pesquisa nacional sobre educação museal”, o texto explora os elementos históricos da constituição do campo da educação museal, discutindo como foram delimitados os pressupostos e fundamentos da PEMBrasil.

Os dois capítulos seguintes são assinados pela equipe do Obec responsável pelo desenvolvimento da PEMBrasil: Daniele Canedo, Beth Ponte, José Roberto Severino, Mona Nascimento, Caroline Fantinel, Amanda Haubert e Clarissa Narai Costa. O capítulo “As estratégias metodológicas da PEMBrasil: por uma pesquisa diversa, nacional e com evidências para as políticas públicas” detalha os procedimentos metodológicos adotados na PEMBrasil, explicando cada uma das etapas da pesquisa, desde o planejamento conceitual até a difusão dos resultados. Já o capítulo “Educação museal, políticas públicas e produção de dados: revisão de literatura e análise do contexto histórico e político brasileiro” aborda a revisão de literatura e a análise do contexto histórico e político sobre educação museal realizada como etapa da PEMBrasil.

Os sete capítulos seguintes foram produzidos a partir dos dados da PEMBrasil, porém, em uma colaboração entre membros das pesquisas e especialistas da educação museal. O capítulo “Perfil dos(as) educadores(as) museais brasileiros(as): questões de gênero e outras reflexões”, de Beth Ponte e Karlla Kamylla Passos, analisa o perfil dos profissionais de educação museal no Brasil, com foco nas questões de gênero, além de apresentar reflexões sobre a situação atual da profissionalização dessa área.

No capítulo “A questão da profissionalização da educação museal no Brasil”, Luciana Conrado Martins e Mona Nascimento focam na análise das contribuições da PEMBrasil para compreender o perfil dos profissionais de educação museal no Brasil. Essa é a terceira dimensão da pesquisa, que se propõe a examinar a situação atual da profissionalização da educação museal, utilizando como referência não apenas os panoramas brasileiros, mas também contextos internacionais.

Amanda Haubert e Fabiana Sales assinam o capítulo “Dinâmicas e desafios do fazer educativo nos museus”, em que destacam os resultados mais relevantes das práticas educativas nos museus brasileiros. Já no texto “A institucionalização de setores educativos nos museus brasileiros: uma análise a partir da Política Nacional de Educação Museal”, de Daniele Pereira Canedo e Andrea Costa, são apresentadas reflexões sobre o cenário atual e os desafios enfrentados pela educação museal no Brasil, conforme delineado pela PNEM, com foco na implementação de setores educativos nos museus.

O capítulo “Um olhar sobre a acessibilidade nos museus brasileiros a partir da PEMBrasil”, escrito por Gabriela Aidar e Clarissa Narai Costa e Silva, analisa dados da pesquisa relacionados à acessibilidade nos museus brasileiros, destacando a importância desse aspecto para a educação museal. No capítulo “Reverberações da PNEM nas práticas educativas dos museus brasileiros: indícios a partir da PEMBrasil”, são explorados a questão de se o processo participativo de construção da PNEM se reflete no conhecimento e implementação de seus princípios pelos profissionais que atuam em museus, bem como suas possíveis contribuições para avaliação e reconfiguração da política. O texto é assinado por Átila B. Tolentino, Caroline Fantinel e Renata Almendra. Por fim, o capítulo “Contribuições para o debate sobre a educação museal nos museus universitários brasileiros”, de Paola Maués e José Roberto Severino, apresenta o debate sobre a PNEM e os museus universitários, explorando diferenças e semelhanças entre eles e propondo caminhos para sua integração aos debates sobre educação museal no Brasil.

O propósito desta obra é oferecer subsídios valiosos para o aprimoramento e desenvolvimento da educação museal no Brasil, contribuindo, assim, para a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Esperamos que a publicação forneça uma visão abrangente e aprofundada sobre a educação museal no Brasil, utilizando os resultados da PEMBrasil como base para reflexões e proposições para o desen-

volvimento futuro desse campo crucial para a preservação e promoção do patrimônio cultural do país.

Nota

- 1 Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

De Porto Alegre a Cachoeira: pressupostos e fundamentos de uma pesquisa nacional sobre educação museal

Marielle Costa Gonçalves

Introdução

São inúmeras as possibilidades de construção de políticas públicas. Como também são muitas as possibilidades de organização e implementação dessas políticas. Ainda assim, em muitos dos manuais e orientações relativos ao tema, frequentemente, o primeiro passo recomendado é a identificação do cenário que a política pretende transformar, dos problemas ou das necessidades a serem abordados(as) pela política, e das ferramentas e dos recursos dis-

poníveis naquele determinado momento histórico e circunstância. Isso pode ser feito entre funcionários e gestores públicos, pode ser uma resposta a descobertas e estudos, pode envolver pesquisas e coletas de dados, pode decorrer da consulta a especialistas e a partes interessadas, ou reunir as metodologias citadas.

A construção da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) baseou-se num longo processo de diálogo com as pessoas que integram e constroem a educação museal desenvolvida no Brasil: trabalhadores de museus, especialmente aquelas e aqueles voltados à realização de práticas educativas, pesquisadores da educação e de práticas pedagógicas, estudantes, gestores de museus, gestores públicos e museólogos. Esses agentes, em interlocuções diversas – em encontros, em seu cotidiano, na partilha engajada de reflexões sobre os seus trabalhos –, forjaram uma demanda: a implementação de uma política pública que reconheça os processos educativos realizados nos museus e em relação a eles. Inicialmente, caracterizada como política que oriente a tomada de decisões institucionais para qualificação desses processos, levando em conta:

- a. as bases conceituais da educação museal e de áreas do conhecimento afins;
- b. as estruturas necessárias ao desenvolvimento do campo, incluindo aspectos legais, normativos, logísticos, de recursos materiais e orçamentários;
- c. a participação na gestão da instituição, a formação e qualificação de educadores;
- d. a promoção e difusão de conhecimentos produzidos pela área educativa do museu;
- e. o estímulo a estudos e pesquisas em educação museal;
- f. o desenvolvimento de estudos de públicos das atividades educativas; e
- g. a promoção da acessibilidade.

Essa demanda é resultado de um processo entremeado com a história da educação museal no Brasil. Foi sendo formulada à medida que a educação museal se estabelece como área de atuação profissional específica, como área de conhecimento e como perspectiva política no campo da memória, com seu impacto social sendo observado de forma cada vez mais nítida.

No percurso dessa formulação, foram diversos os marcos memoráveis. Foram criadas instâncias de diálogo com o poder público, e possibilidades de participação direta de agentes do campo museológico e do campo específico da educação museal. Em 2010, o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) abria espaço para discussão, entre as educadoras e educadores dos museus sob a gestão do instituto, sobre o que seria necessário à boa execução de práticas educativas nos museus, por meio da realização do 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Na ocasião, os educadores apontaram para a necessidade de criação de uma PNEM, como expressa a Carta de Petrópolis, resultante do encontro. Dois anos depois, a Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse) do Ibram continuou o diálogo e processo de construção participativa por meio da criação do *blog* PNEM, reunindo reflexões e propostas em fóruns organizados segundo dez eixos temáticos, com a participação de agentes com atuações e vínculos institucionais diversos – e incluindo interlocutores sem vínculos institucionais.

Encontros presenciais em todas as regiões foram organizados em estreita parceria com as Redes de Educadores em Museus (REMs) ao longo de 2013, impulsionando debates e propostas coletivas para a formulação, não de uma política, mas de um Programa Nacional de Educação Museal. As REMs são organizações que promovem a troca de experiências sobre a atuação em educação museal em suas três dimensões: prática, teórica e política, para além da institucionalidade. São essenciais mobilizadoras regionais e articuladoras da relação do Ibram com os educadores museais, e se multiplicaram e consolidaram ao longo da constituição da PNEM.

Dois encontros de cunho nacional foram realizados no âmbito do Fórum Nacional de Museus em suas 6ª e 7ª edições. O I Encontro Nacional, durante o 6º Fórum Nacional de Museus, aprovou os cinco princípios do PNEM na Carta de Belém. Em 2017, o II Encontro Nacional, no 7º Fórum Nacional de Museus, retoma a proposição formulada em 2010, de institucionalização de uma política, e não de um programa. Foram aprovadas 19 diretrizes e o texto final da PNEM, integrando os cinco princípios definidos em 2014, e a Carta de Porto Alegre, documento que se tornou muito mais estratégico do que se supunha na ocasião, e que indicava como ações futuras:

- Publicar o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, com o conteúdo mais detalhado da proposta, um glossário, sua memória, seu histórico de construção e proposições para sua implementação;
- Realizar pesquisas, lideradas pelo IBRAM e com colaboração das Redes de Educadores em Museus e dos articuladores do PNEM, sobre o atual estágio de desenvolvimento da educação museal no Brasil;
- Realizar o 1º Encontro Nacional de Educação Museal, até o 8º Fórum Nacional de Museus, para discutir o desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Educação Museal, conceitos e práticas do campo;
- Garantir um espaço para discussão das questões da educação museal nos Fóruns Nacionais de Museus;
- Incentivar a realização de seminários regionais para discussão e implementação da PNEM em parceria com as Redes de Educadores em Museus e articuladores regionais do Programa Nacional de Educação Museal (Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p. 126).

Os dois últimos itens integram o planejamento atual da Comuse do Ibram. As três primeiras ações elencadas foram realizadas e cada etapa gerou grandes transformações do entendimento institucional sobre a

PNEM e sua implementação. É preciso destacar o que faz da Carta de Porto Alegre um documento essencial ao desenvolvimento da política.

Figura 1 – Participantes do II Encontro Nacional do PNEM, realizado no GT de Educação do 7º Fórum Nacional de Museus. Porto Alegre (RS), 2017



Fotógrafo: Doni Maciel – divulgação Ibram.

A Carta de Porto Alegre, um remédio para a falta de dados sobre a educação museal desenvolvida no Brasil

A Portaria nº 422, publicada em novembro de 2017 – posteriormente revisada e revogada pela Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021 –, oficializou a PNEM, marcando o fim dessa primeira etapa de construção participativa. O simples fato de a política estar instituída gerou um lastro, ainda não adequadamente difundido ou apropriado pelo campo museológico brasileiro, mas, sem dúvidas, valioso para a consolidação da educação museal no país; representa uma estruturação nascente. A PNEM repercute positivamente sobre a contratação de educado-

res – ainda em escala muito aquém do desejável –, sobre a formação de educadores em exercício, sobre as pesquisas desenvolvidas na área; e sobretudo, na articulação das REMs, que obviamente não dependem da política pública para a sua manutenção, pelo contrário, orientam e realizam esforços conjuntos para que essa política seja uma realidade.

Mas o que vem depois da institucionalização de uma política pública? A pergunta admite muitas respostas. No caso da PNEM, ficou claro que o diálogo estabelecido com a sociedade civil, frutífero a ponto de gerar uma política cultural, não fornecera todos os parâmetros e referenciais necessários à formulação de um plano para a sua implementação e à definição de indicadores para o seu monitoramento. Também não estavam claramente definidas as estruturas de governança e de gestão necessárias. Por consequência, não estava prevista a alocação de recursos orçamentários em volume suficiente para assegurá-la. São as tarefas para hoje.

O referencial existente resultou dos diálogos possibilitados pelas instâncias criadas entre 2010 e 2017, e é possível identificar algumas fragilidades em relação ao que hoje se espera de um processo dessa natureza e dessa ordem de grandeza. Ele pode sim ser descrito como participativo e democrático, pois estava aberto a integrar pessoas com esse interesse. Ainda assim, observou-se a predominância de representantes da região Sudeste, atuantes em capitais; as suas perspectivas “dão o tom” a um texto que pretende abarcar uma realidade nacional, muito mais ampla, diversa, complexa. Não se trata de algo incomum no campo das políticas culturais do Brasil; a participação política carece de amadurecimento dos mecanismos adotados para propiciá-la, quanto à efetividade desses mecanismos e antes de tudo, quanto à sua definição conceitual, como destaca Bernardo Mata-Machado em *Política cultural: fundamentos* (2023, p. 128):

Se não há clareza quanto ao conteúdo do que seja participação política, corre-se o risco de interpretar como tal aquelas ações que têm aparência de participação, mas

que, na verdade, são formas de cooptação de lideranças societárias pelos governos, meros ritos de vocalização de demandas populares nunca atendidas ou a mesmo simples manipulação.

A partir desse alerta, o autor propõe:

[...] pode-se definir participação política como uma ação de atores sociais (pessoas, grupos, comunidades, organizações e movimentos sociopolíticos), cujo objetivo é influir nas decisões governamentais através da representação direta de interesses, materiais e ideológicos, em instâncias criadas pelo Poder Público para essa finalidade (Mata-Machado, 2023, p. 129-130).

A esse respeito, destaco o necessário aprimoramento de sistemas e instrumentos de participação social, indispensável para realização de um dos compromissos do Ibram definidos na PNEM em seu artigo 7º, ainda pendente:

[...] II – possibilitar a criação de uma instância representativa e consultiva da PNEM, que poderá ser integrada por servidores do Ibram, educadores museais, professores dos diversos níveis e esferas de ensino, estudantes, profissionais e usuários de museus integrantes ou não das Redes de Educadores em Museus, com o objetivo de debater e construir ações conjuntas e para acompanhamento da implementação da PNEM (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

O processo participativo de elaboração da PNEM, por mais competente que fosse, esteve abarcado pelo contexto brasileiro na sua dura realidade, na qual as disparidades regionais manifestam-se de forma massiva e decisiva. Essas desigualdades decorrem de processos históricos que levaram à concentração de riquezas e poder político, que por sua vez determinam hegemonias étnico-raciais, de gênero, regionais e vinculadas a desiguais níveis de escolaridade. Desse modo, a predominância das regiões Sul e Sudeste do Brasil em relação aos direcionamentos políticos da maior parte dos setores do Estado é uma constante, um problema evi-

dente que, muitas vezes, requer a definição de critérios de regionalização para de fato garantir o caráter democrático dos processos políticos, insuficiente no caso da construção participativa da PNEM, mesmo diante da promoção dos 44 encontros realizados em 14 estados das cinco regiões em colaboração entre as REMs e o Ibram. O que demonstra que os investimentos relativos à mobilização e à representatividade esperada devem ser contínuos e abranger aspectos diversos, como a formação, o conhecimento das instâncias políticas e as repercussões dos silenciamentos.

Também não estão contempladas na PNEM as peculiaridades educativas de museus de pequeno porte, onde a alocação exclusiva de um profissional para fins educativos pode ser inviável. Não está contemplada a diversidade e o dinamismo dos museus brasileiros, quanto aos seus objetivos, tipologias, formas de organização e papéis sociais nos contextos que integram. Não estão contempladas as iniciativas de museologia social que se valem da educação museal para o seu desenvolvimento, tais como os pontos de memória.

Dimensões temáticas ausentes no texto da política são vocalizadas e se fazem presentes em esferas de discussão e reflexão que alcançam cotidianamente muitas pessoas, como as redes sociais e outras mídias diversas, as escolas, o meio acadêmico. Ao longo desses cinco anos de institucionalização, isso gera a convocação, cada vez mais eloquente, de refundação dos propósitos e da atuação dos museus, e consequentemente das ações educativas. A infância, a diversidade étnica/cultural: a presença de grupos quilombolas, indígenas, comunidades que habitam o entorno do museu; os racismos, as consequências nefastas da colonização; uma abordagem mais profunda e mais ampla da promoção da acessibilidade; a visibilidade de pessoas LGBTQIAPN+¹; a saúde mental; os saberes, tradições, manifestações de culturas populares e do patrimônio imaterial. Mais do que sua abordagem como temas, esses assuntos e essas pessoas merecem ser considerados em relação à proposição da PNEM, à constituição das equipes educativas e aos públicos a que se dirigem as ações educativas.

Ante a detecção das lacunas, a Comuse/Ibram se voltou à Carta de Porto Alegre, um documento legitimado pelo campo da educação museal, pelas redes de educadores e pelo próprio Ibram, com objetivos claros que favorecem um entendimento mais preciso sobre as ações a serem empreendidas para o cumprimento da PNEM.

O primeiro desses objetivos, a publicação e distribuição do Caderno da PNEM, ao longo de 2018, permitiu a retomada do contato com as REMs. Dos diálogos estabelecidos na ocasião, sobrepôs-se o apontamento das dificuldades em estabelecer um monitoramento da PNEM diante da inexistência de indicadores para essa finalidade. O monitoramento da política permitiria “medir o progresso”, identificar áreas com melhor desempenho e aquelas com maior necessidade de ajustes, contribuindo a uma realização mais eficaz e transparente da política. Também não havia dados que caracterizassem de forma abrangente a educação museal realizada em todas as regiões do país, e a falta desse parâmetro não permitiria a mensuração dos impactos da institucionalização da política.

Assim se confirmava a pertinência da realização de uma pesquisa de abrangência nacional para sanar as ausências identificadas e dar resposta também à segunda demanda contida na Carta de Porto Alegre. O levantamento de dados desempenha papel crucial na formulação de políticas públicas de cultura por várias razões. Em primeiro lugar, propicia compreensão objetiva e embasada da realidade cultural, permitindo que os formuladores de políticas identifiquem necessidades, lapsos e potenciais. Isso ajuda a evitar decisões baseadas majoritariamente em percepções subjetivas, um traço presente na elaboração de muitas políticas públicas, e a PNEM não foi exceção.

Diretrizes da PNEM constantes do Eixo II – Profissionais, formação e pesquisa – enfatizam a importância da pesquisa e do levantamento de dados sobre a educação museal brasileira, sem, no entanto, prever a incidência desses dados sobre a própria execução, como se pode observar no texto da Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021:

[...]

b) reconhecer entre as atribuições do educador museal: a atuação na elaboração participativa do Programa Educativo Cultural; a realização de pesquisas e diagnósticos de sua competência; a implementação dos programas, projetos e ações educativas; a realização do registro, da sistematização e da avaliação dos mesmos; e promover a formação integral dos indivíduos;

[...]

e) potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em educação museal;

g) fortalecer a pesquisa em educação em museus e em contextos nos quais ocorrem processos museais, reconhecendo esses espaços como produtores de conhecimento em educação;

h) promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área; e

i) promover, em colaboração com outros setores dos museus, diagnósticos, estudos de público e avaliação, visando à verificação do cumprimento de sua função social e educacional [...] (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

Em suma, o levantamento de dados é ferramenta essencial para embasar, implementar e avaliar políticas culturais, garantindo que sejam informadas, eficazes e alinhadas com as necessidades e os desejos da sociedade, objetivo almejado pela PNEM.

Prelúdio da PEM Brasil

Buscou-se, então, empreender a tarefa. Duas iniciativas para o levantamento de dados sobre educação museal foram realizadas por unidades do Ibram em 2019: a “Pesquisa de Produção de Dados em Educação Mu-

seal”, realizada pelo Museu Histórico Nacional (MHN) e a “Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal – etapa Museus Ibram”, desenvolvida pela Comuse do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do Ibram.

O MHN é um museu público federal vinculado ao Ibram. O seu núcleo de educação abarca o Programa de Elaboração e Pesquisa em Educação Museal (Pepem), âmbito da proposição da realização da pesquisa de Produção de Dados em Educação Museal (Prodem), que em sua primeira etapa, tinha como objetivos o levantamento de dados e informações sobre educação museal, seu tratamento, disponibilização e divulgação. Optou-se por um recorte que abrangia os museus que integram o Ibram, presentes em oito estados brasileiros, e os museus dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo em função do estabelecimento de parcerias com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro (Secec-RJ), Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (Secec-SP), com as quais o MHN já mantinha relações institucionais. Entre as perspectivas imaginadas para a continuidade das ações do projeto, estavam: a ampliação das parcerias, da produção de informações e das pesquisas executadas para o alcance nacional da coleta de dados, a realização de estudos e a publicação de resultados.

Paralelamente, a Comuse deu início à realização de uma “Pesquisa Nacional sobre Práticas da Educação Museal” no Brasil cuja primeira etapa foi o levantamento de dados sobre atividades educativas e suas condições de desenvolvimento nos museus integrantes do Ibram. Para a fundamentação dessa consulta, a Comuse se muniu de pesquisas, consultas e referenciais realizadas anteriormente, quais sejam:

- 2010 (Comuse/DPMUS/Ibram) – Consulta dirigida aos educadores dos museus integrantes do Ibram com o propósito de conhecer a organização dos educativos dos museus que tiveram sua gestão atribuída ao instituto recém-criado;

- 2011 (CPAI/CGSIM/Ibram) – A publicação *Museus em Números* – volumes 1 e 2 – apresenta um item chamado atividades, que engloba a existência ou não de setor/divisão educativa; a oferta de visitas guiadas; a necessidade de agendamento para essas visitas e a natureza administrativa das instituições em relação a realização de visitas guiadas. O item “Atividades Culturais e publicações” também traz dados sobre realização de cursos e oficinas, de produção de materiais didáticos, entre outras formas de publicação;
- 2014 (CPAI/CGSIM/Ibram) – Pesquisa Anual de Museus (PAM), primeira ação de monitoramento do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM). A PAM apresenta alguns dos primeiros dados levantados pelo Ibram em relação à educação museal em âmbito nacional;
- A existência de equipe que trabalha *exclusivamente* no desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais;
- Porcentagem de museus, segundo a realização de visitas com guia/mediador/monitor;
- Porcentagem de museus que realizam visitas com guia/mediador/monitor, segundo a necessidade de agendamento;
- Porcentagem de museus, segundo a disponibilização de equipamentos de audioguia;
- Porcentagem de museus, segundo a realização de atividades educativas e culturais para públicos específicos:
 - Estudantes de ensino fundamental;
 - Estudantes de ensino médio;
 - Estudantes universitários;
 - Professores;
 - Terceira idade;
 - Pessoas com deficiência;
 - Indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais;
 - Turistas nacionais;
 - Turistas internacionais;
 - Outros (não especificados).

Todos os dados foram apresentados relativamente ao aspecto nacional geral, por região e pela natureza administrativa dos museus.

A elaboração do formulário empregado na consulta aos Museus Ibram se deu com o apoio técnico de duas unidades do Ibram, a Coordenação de Produção e Análise da Informação (CPAI), e a Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM). Conforme consta do relatório final da referida pesquisa, realizada ao longo de 2019:

O processo de coleta de dados foi realizado entre 22 de julho e 07 de agosto de 2019, por meio de aplicação de questionário, em plataforma online gratuita, LimeSurvey. O instrumento de pesquisa foi organizado em três blocos temáticos, totalizando 64 questões de respostas obrigatórias. As questões propostas estão relacionadas a alguns aspectos que envolvem toda a prática educativa nas instituições, quais sejam: a estruturação de atividades educativas; a constituição do quadro funcional de educadores museais; a abrangência da função educativa pela gestão dos museus; a participação dos profissionais de Educação Museal na gestão dos museus e no desenvolvimento de ações educativas; todos os blocos dialogando estreitamente com os princípios e diretrizes da PNEM (Instituto Brasileiro de Museus, 2022, p. 7).

As conclusões advindas do processo de consulta e análise dos dados têm sido corroboradas pelo diálogo aberto com os educadores dos Museus Ibram. Confirmam a necessidade de produção de indicadores para um acompanhamento do trabalho desenvolvido em Educação Museal, que preveja a produção de séries históricas, de um banco de dados amplamente acessível e de análises sobre os mesmos. Isso nos leva à necessidade de estabelecer a recorrência periódica da realização da consulta (Instituto Brasileiro de Museus, 2022, p. 55).

O desenvolvimento das duas pesquisas de 2019 pelo Ibram foi afetado por uma conjuntura política e sanitária que envolveu tanto transformações na área da cultura, que, em função do governo brasileiro vigente, sofria contínuos cortes orçamentários e dispunha de insuficientes recursos humanos – aspecto que se agrava progressivamente –, quanto a pandemia da covid-19, que alterou a dinâmica de trabalho e o

foco das atividades dos museus no Brasil e no mundo. Os resultados de ambas as pesquisas tardaram a ser sistematizados e as análises foram divulgadas apenas em 2022.

Posteriormente à coleta de dados das referidas pesquisas de 2019, foram produzidas, no Brasil, pesquisas realizadas pelo Conselho Internacional de Museus – inclusive sua seção brasileira – e pela Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil) em conjunto com o Comitê para Ação Educativa e Cultural do Brasil (Ceca-BR), que tangenciaram conteúdos também abarcados nas pesquisas do Ibram, porém, com caráter mais espontâneo, com amostras bem diferenciadas, e sobretudo, engajadas em revelar a precarização a que estavam sujeitos os educadores num contexto especialmente adverso como a pandemia da covid-19.

Entre os propósitos da pesquisa Prodem e da “Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal – etapa Museus Ibram”, estava o subsídio ao desenvolvimento de indicadores para uma pesquisa realizada em âmbito nacional.

E veio aí!

Na ocasião de realização da “Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal - etapa Museus Ibram”, ficaram evidentes limitações técnicas e de infraestrutura logística no Ibram para a ampliação do universo da pesquisa com vistas à obtenção de dados representativos do desenvolvimento da função educativa nos museus brasileiros. Assim, foi aventada pela equipe da Comuse, com apoio da direção do DPMUS, a busca de parceria(s) para realização da pesquisa em âmbito nacional.

A partir de diálogo consistente com o Observatório de Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), grupo de pesquisa interinstitucional Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), foi estabelecida cooperação para o desenvolvimento conjunto de pesquisas relativas ao campo museal brasileiro. Por meio de descentralização de créditos para a UFRB, formalizada

em outubro de 2021, foi realizada a “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal” – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), executada em parceria com o Obec-BA. Importa ressaltar que a cooperação com a UFRB e UFBA foi propositada; buscou-se mudança de referencial regional com vistas a corrigir histórica predominância da perspectiva sudestina sobre o campo da educação museal.

Para além da geração de dados sobre as práticas de educação museal desenvolvidas nos museus brasileiros, buscou-se estruturar a PEM-Brasil de modo a possibilitar a relação entre as informações obtidas e os princípios e diretrizes estabelecidos pela PNEM para a verificação das fragilidades da política e de suas reverberações no campo. Para a provisão de informações sobre métodos e práticas adotadas na realização de ações educativas nas instituições museológicas, foi definida a disponibilização de conteúdos derivados da pesquisa, visando estimular debates, reflexões e novas pesquisas, entre outras ações para o fortalecimento do campo da educação museal.

Tanto para o desenvolvimento de sua matriz de indicadores quanto para a estruturação da análise contida nos boletins parciais e no relatório final, a pesquisa foi dividida em quatro grandes dimensões, descritas abaixo:

1. Práticas e atividades educativas: com informações sobre tipificação das atividades educativas realizadas e de públicos atendidos; condições físicas disponíveis nos museus; bem como as práticas de planejamento, documentação, registro e avaliação das tais atividades educativas;
2. Gestão das práticas educativas nos museus: abrange informações sobre representatividade e formalização da função educativa dos museus, trazendo dados sobre existência de setores educativos, sua sustentabilidade e articulação com outros setores e processos dos museus;

3. Profissionalização da educação museal: traz informações socioeconômicas sobre o perfil dos profissionais que trabalham na elaboração e realização das atividades educativas;
4. Reverberações da PNEM no campo museal: com dados sobre o conhecimento da PNEM pelos profissionais dedicados às atividades educativas e dados sobre a aderência dos planos museológicos e demais documentos de gestão.

A estrutura decorre de todos os esforços anteriores de levantamento de dados e se associa também à organização da PNEM.

Os dados obtidos com a realização da PEMBrasil coincidem em boa medida com os achados das pesquisas anteriores, mas as supera largamente em relação ao escopo e ao número de indicadores, além de apontar contrapesos necessários a uma reconfiguração da PNEM e ao desenho de um plano de implementação da política. A pesquisa, enfim, gerou as informações de que carecia o campo da educação museal e respaldo necessário a um diagnóstico válido nesse começo de década.

Ao fim da realização da pesquisa, novas metas foram estabelecidas para a cooperação com a UFRB/UFBA por meio de termo aditivo à descentralização primária, formalizado em dezembro de 2022:

- Realização do Encontro Nacional de Educação Museal;
- Publicação de um livro virtual e impresso com análises sobre os resultados da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil);
- Pesquisa sobre o planejamento das ações educativas dos museus e as reverberações da PNEM;
- Painel interativo de dados associado ao *site* do Ibram com resultados da PEMBrasil.

Figura 2 – Participantes do I Encontro Nacional de Educação Museal, realizado em Cachoeira (BA), 2023

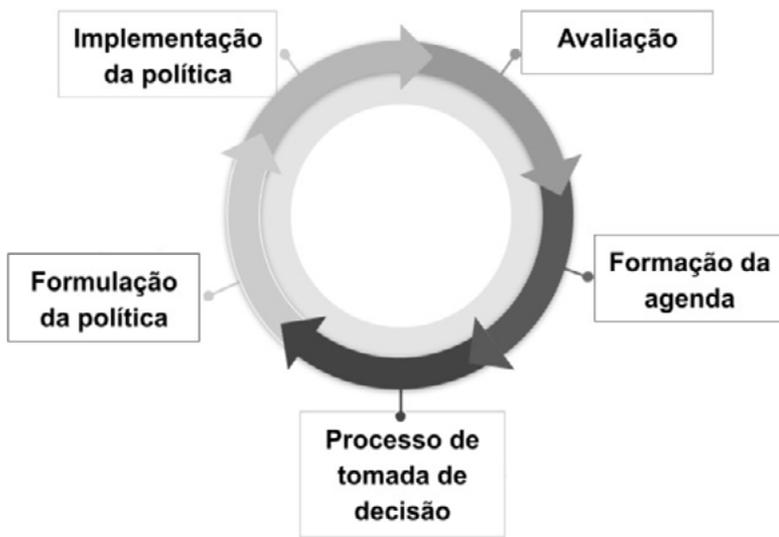


Fotógrafa: Bárbara Lima – divulgação Ibram.

O Encontro Nacional de Educação Museal (Emuse) foi realizado em junho de 2023 em Cachoeira, no estado da Bahia, mais uma vez tendo em vista o propósito maior de interiorização e democratização das políticas culturais, além da especial oportunidade de situar as discussões no contexto das celebrações pelo bicentenário da Independência do Brasil na Bahia. Trata-se do cumprimento da terceira demanda constante da Carta de Porto Alegre e foi a ocasião de apresentação dos resultados da pesquisa. A programação do evento foi organizada de modo a subsidiar reflexão coletiva sobre a implementação da PNEM, mediante o panorama da educação museal brasileira, desconhecido antes da realização da pesquisa, e discussões sobre os fundamentos da realização de políticas públicas, sobre as estratégias de fomento para possibilitá-las e mecanismos de participação social. Ao fim do Emuse, foi estabelecida a constituição de uma Comissão Nacional de Revisão da PNEM, a ser pautada pelos elementos aqui referidos. Assim, fica estabelecida

para a PNEM a dinâmica de um ciclo virtuoso de política pública, caminhando para a sua segunda “volta”:

Figura 3 – Ciclo virtuoso de política pública



Fonte: elaborada pela autora e por Amanda Haubert.

Os demais produtos integrantes da cooperação respondem a expectativas expressas pelos educadores que participaram da interlocução aberta para a estruturação da PEMBrasil em sua etapa inicial. Essa constatação evidencia que o caráter participativo e democrático pretendido em relação à construção da PNEM induz hoje uma efetiva colaboração entre poder público, universidades e sociedade civil, organizada em favor da política.

É uma demonstração de que esforços de cooperação e participação social podem e devem ser continuamente repensados e qualificados para responder às dinâmicas da realidade política e social do país.

A previsão de continuidade do levantamento de dados é essencial para isso: a produção de séries históricas é um meio importante de afirmação da relevância de uma política pública. A consolidação da PNEM passa pela adoção da PEMBrasil como mecanismo de desenvolvimento da política e de mobilização do setor, uma configuração que emerge como exemplo a ser adotado no desenvolvimento de políticas culturais, vez que está sempre posto o desafio de contemplar a organicidade do pacto federativo, de modo que as políticas públicas nascidas em âmbito federal sejam replicadas nas esferas estadual e municipal, mas também que haja caminhos para que as dimensões e especificidades territoriais e locais estejam expressas nas políticas de cunho nacional.

Referências

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Política pública em dez passos*. Brasília, DF: Segecexoma, 2021. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/1E/D0/D4/DF/12F99710D5C6CE87F18818A8/Politica%20Publica%20em%20Dez%20Passos_web.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.
- CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. Salvador: UFBA, 2007.
- CANEDO, D. P. et al. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final*. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.
- CASTRO, F. S. R. A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. *Revista Docência e Ciber cultural*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 90-114, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/40706>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS; OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA. *Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos*

Museus Brasileiros: boletim preliminar #1. [S. l.]: UFBA: UFRB: Ibram, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios-e-documentos/pesquisa-educacao-museal-brasil-boletim-1.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal* – etapa Museus Ibram. Brasília, DF: Ibram, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Brasília, DF: Ibram, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 153, p. 91, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/08/2021&jornal=515&pagina=92&totalArquivos=155>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MATA-MACHADO, B. N. da. *Política cultural: fundamentos*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

SANTOS, M. C. T. M. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: MinC: Iphan: DEMU, 2008.

WEBINÁRIO “A presença e a não presença do trabalhador da educação nos espaços museais”. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (107 min). Publicado pelo canal CECA BR. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC-Mn768F3xGUarK9HuCFuow>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Nota

- 1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

As estratégias metodológicas da PEMBrasil: por uma pesquisa diversa, nacional e com evidências para as políticas públicas

Daniele Canedo

Beth Ponte

José Roberto Severino

Mona Nascimento

Caroline Fantinel

Amanda Haubert

Clarissa Narai Costa e Silva

Introdução

A implementação da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), em 2017, marcou um passo significativo para a educação museal no Brasil, delineando cinco princípios e 19 diretrizes em três eixos fundamentais: Gestão; Profissionais, Formação e

Pesquisa; e Museus e Sociedade. Contudo, a escassez de dados sistematizados sobre o impacto e a adesão a essas diretrizes reforçou a necessidade da produção de informações e indicadores sobre o campo da educação museal. Respondendo a essa demanda, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) convidou o Observatório da Economia Criativa (Obec) para desenvolver a “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal” – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas nos Museus Brasileiros (PEMBrasil), realizada entre novembro de 2021 e junho de 2023, através da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Esta pesquisa visou não apenas mapear as práticas educativas em museus brasileiros em alinhamento com a PNEM, mas também identificar lacunas, desafios e oportunidades para enriquecer o diálogo e a prática no campo da educação museal. Os objetivos específicos foram:

1. Gerar dados sobre as práticas de educação museal desenvolvidas nos museus brasileiros;
2. Relacionar as informações obtidas com os princípios e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Museal;
3. Prover o setor museal brasileiro com informações sobre métodos e práticas sobre a realização de ações educativas no âmbito das instituições museológicas;
4. Apontar lacunas e dificuldades à execução da Política Nacional de Educação Museal;
5. Disponibilizar conteúdos derivados visando estimular os debates, as reflexões e as novas pesquisas desenvolvidas no campo da educação museal no Brasil;
6. Contribuir para o cumprimento de marcos legais nacionais e internacionais do direito à cultura em suas dimensões simbólica, econô-

mica e cidadã, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal do Brasil (1988).

A PEMBrasil foi desenvolvida a partir de dois pressupostos. O primeiro assinalava que a pesquisa sobre educação museal deveria ter abrangência nacional, de forma a abarcar as variadas discrepâncias regionais existentes no campo e identificar estratégias eficazes para mitigar tais desigualdades. O segundo pressuposto apontava a necessidade de gerar dados robustos para apoiar a implementação da PNEM e processos de formação, profissionalização e qualificação do desempenho dos profissionais do campo.

Tais pressupostos se confirmaram como expectativas trazidas pelos especialistas e, também, foram identificados como demandas e recomendações primordiais nos referenciais teóricos da área. Este capítulo é dedicado aos procedimentos metodológicos utilizados na PEMBrasil. Além da introdução e das considerações finais, o conteúdo é estruturado em três partes, cada uma abordando diferentes etapas da metodologia empregada na pesquisa. Inicialmente, discorre-se sobre o planejamento conceitual, metodológico e operacional, seguido pela descrição das ferramentas empregadas no desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados. A última parte oferece uma visão geral do plano amostral, incluindo os métodos de aplicação e disseminação dos questionários, a análise dos dados e a elaboração de diferentes produtos para a divulgação dos resultados. Com a exposição detalhada da metodologia e dos procedimentos neste capítulo, almejamos inspirar futuros estudos no âmbito da educação museal.

Planejamento conceitual, metodológico e operacional

A primeira etapa da PEMBrasil teve como objetivo elaborar um desenho avaliativo que viabilizasse o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. Nas metodologias do Obec, partimos da premissa de que existem

conhecimentos, idiossincrasias e contextos dos campos em processo de investigação que demandam um mergulho no tema para promoção de um alinhamento conceitual, metodológico e operacional entre os agentes envolvidos. Na PEMBrasil, assumimos que esse alinhamento deveria incluir as equipes diretamente envolvidas com a pesquisa, ou seja os(as) servidores(as) do Ibram, os(as) pesquisadores(as) do Obec, mas também agentes culturais que representam diferentes perspectivas de atuação no campo da educação museal. É importante frisar o quanto este último grupo é importante para a pesquisa, tendo em vista a intensidade da participação social que caracteriza politicamente o campo. Como abordado em capítulos anteriores, na história da educação museal no Brasil, destaca-se a influência de agentes culturais e da Rede de Educadores Museais (REM) nos movimentos que culminaram na instituição da PNEM.

Assim, o primeiro procedimento executado foi uma *revisão de literatura* sobre a educação museal no Brasil. Para a coleta dos textos, optou-se pela realização de uma seleção conjunta e organizada pelas equipes da pesquisa e do Ibram. A esta base inicial foram acrescentadas outras referências indicadas pelos agentes do campo da educação museal. O portfólio bibliográfico, que é o conjunto de referências utilizadas na revisão, foi estruturado em três eixos: 1) Histórico da educação museal como abordagem educativa; 2) Educação museal e políticas públicas; e 3) Produção de dados e indicadores em educação museal. O portfólio, apresentado no Quadro 1, abrange uma diversidade de fontes, incluindo legislações, relatórios, documentos oficiais, textos acadêmicos e pesquisas.

A leitura e discussão das referências promoveu um alinhamento conceitual entre os integrantes do projeto. Os destaques são apresentados neste livro no capítulo “Educação museal, políticas públicas e produção de dados: revisão de literatura e análise do contexto histórico e político brasileiro”. A partir da literatura consultada, o texto ressalta aspectos do desenvolvimento histórico da educação museal no Brasil,

os antecedentes da PNEM e a análise do campo da educação museal, especialmente em termos de geração de dados e pesquisa. Para além da perspectiva acadêmica, a revisão de literatura e a análise de documentos permitiu a introdução a uma compreensão sobre a conjuntura histórica e política no campo em investigação.

Além dos encontros de alinhamento conceitual entre membros da pesquisa e a equipe do Ibram, também foi desenvolvida a etapa de Mapeamento das Expectativas. Trata-se de uma metodologia de escuta ao campo executada nas pesquisas do Obec que prevê a consulta a profissionais do campo em investigação para alinhamento em relação às expectativas. Foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas com agentes sociais representativos que atuam diretamente ou em interfaces com a educação museal no Brasil, entre os dias 9 de março e 14 de abril de 2022.

Quadro 1 – Portfólio bibliográfico da revisão de literatura da PEMBrasil

Nº	Ano	Eixo	Tipo	Título	Autores	Publicação
1	1988	Políticas Públicas	Documento	Constituição da República Federativa do Brasil	Brasil	Senado Federal
2	1991	Histórico	Artigo	A favor da desescolarização dos museus	LOPES, Maria Margaret	<i>Revista Educação & Sociedade</i> , Campinas
3	2003	Histórico	Livro	Imagens das “ciências dos museus” no Brasil no século XIX.	SOUSA, Cidival Morais de; PERIÇO, Nuno Marques; SILVEIRA, Tatiana Scalco	A Comunicação Pública da Ciência. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária
4	2003	Políticas Públicas	Documento	Política Nacional de Museus	Brasil	Ministério da Cultura
5	2004	Histórico	Dissertação	Museus e Educação em Museus - história, metodologias e projetos, com análises de caso: Museus de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul.	BEMVENUTI, Alice	PPGAV/UFRGS
6	2004	Histórico	Notícia	John Dewey and Museum Education	HEIN, George E.	<i>The Museum Journal</i> , California
7	2007	Políticas Públicas	Documento	Política Nacional de Museus	JUNIOR, José do Nascimento; CHAGAS, Mário de Souza	Ministério da Cultura

Nº	Ano	Eixo	Tipo	Título	Autores	Publicação
8	2009	Histórico	Livro	O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.	Aderaldo & Rothschild	Ed. UnB
9	2009	Políticas Públicas	Capítulo de livro	Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.	FONSECA, Maria Cecília Londres	Dp&A Editora
10	2009	Políticas Públicas	Artigo	Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.	ABREU, Regina; CHAGAS, Mário	
11	2009	Dados e Indicadores	Artigo	Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social.	SANTOS, Tania Steren dos.	<i>Revista Sociologias</i> , Porto Alegre
12	2010	Histórico	Dissertação	Educação museal – entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional.	PEREIRA, Marcele Regina Nogueira	PPGPMUS/Unirio
13	2010	Políticas Públicas	Documento	Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020	MinC/Ibram	
14	2011	Histórico	Documento	Museus em Números, volume 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus	Ibram	
15	2014	Políticas Públicas	Dissertação	Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia.	ROCHA, Sophia Cardoso	Universidade Federal da Bahia
16	2017	Políticas Públicas	Documento	Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017	MinC/Ibram	MinC/Ibram
17	2018	Histórico	Artigo	Políticas Públicas: garantia do direito à cultura e à memória	CASTRO, Fernanda S. R.; SOARES, Ozias de Jesus	<i>Revista MOUSEION (UNILASALLE)</i>
18	2018	Políticas Públicas	Documento	Caderno da Política Nacional de Educação Museal	Ibram	Ibram
19	2018	Políticas Públicas	Tese	Da imaginação à constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016	ROCHA, Sophia Cardoso	Universidade Federal da Bahia
20	2019	Políticas Públicas	Artigo	A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional	CASTRO, Fernanda	<i>Revista Docência e Ciberultura</i>
21	2019	Transversal	Artigo	Educação museal em rede: surgimento e atuação das redes de educadores em museus no Brasil	NASCIMENTO, Mona; GONÇALVES, Leane Cristina Ferreira	<i>Revista Docência e Ciberultura</i>
22	2020	Histórico	Artigo	Educação museal: conceitos, história e política. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional	CASTRO, Fernanda S. R.; SOARES, Ozias de Jesus; COSTA, Andrea	Museu Histórico Nacional

Nº	Ano	Eixo	Tipo	Título	Autores	Publicação
23	2021	Transversal	Artigo	Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa	ALMEIDA, Adriana Mortara; ABADIA, Lília; JUNQUEIRA, Fernanda Maziero; POHIA, Suzana Gomez; ROCHA, Jessica Norberto; FONSECA, Gabriela da; CASTRO, Fernanda; MARTINS, Luciana Conrado.	<i>Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio</i>
24	2021	Dados e Indicadores	Tese	Setor educativo de museus de ciência da cidade do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas.	HENZE, Isabel Aparecida Mendes.	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

A escuta teve como objetivo promover uma compreensão mais orgânica da educação museal na contemporaneidade a partir das experiências e dos pontos de vista, sobretudo, daqueles que participaram do processo de construção da PNEM. A partir de alguns critérios como diversidade geográfica, de atuação e de representatividade institucional, foi elaborada uma lista inicial contendo 29 profissionais da área, tendo entre esses pesquisadores(as), profissionais de museus e da gestão pública. As pessoas foram convidadas formalmente a participar de uma conversa com a equipe da pesquisa a partir de um roteiro semiestruturado. Do total de 29 pessoas convidadas, 11 se disponibilizaram a conceder a entrevista (Quadro 2).

As questões da entrevista foram pensadas levando em consideração as contribuições que os convidados poderiam dar em relação tanto ao tema geral quanto à elaboração do questionário a ser posteriormente aplicado aos sujeitos da pesquisa, os museus brasileiros e as pessoas que atuam profissionalmente na educação museal. As entrevistas tiveram, em média, 30 a 40 minutos de duração, sendo feitas sempre por duas pessoas da equipe Obec, de forma que uma pudesse conduzir a conversa e a outra registrasse as contribuições em um formulário de registro sintético.

Quadro 2 – Pessoas entrevistadas na etapa dos Encontros com Especialistas

Nome	Filiação Institucional na época	Data
Fernanda Castro	Técnica em Assuntos Educacionais do Museu Histórico Nacional – Ibram/Coordenadora do Ceca BR (ICOM).	09/03/2022
Mila Chiovatto	Coordenadora do Educativo da Pinacoteca de SP.	09/03/2022
Paola Maués	Membro da REM PA/Técnica de Nível Superior na UFPA.	15/03/2022
Luciana Conrado Martins	Percebe Educa/Professora da PUC/SP.	16/03/2022
Átila Tolentino	Membro da REM PB/Foi servidor do Iphan.	17/03/2022
Kamylla Passos dos Santos	Professora Substituta de Museologia na UFG/Membro da REM GO.	17/03/2022
Mônica Padilha	Servidora do IBRAM à época da elaboração da PNEM.	24/03/2022
Hilda Bárbara Cezário	Membro da REM BA/Gestora do MASB.	24/03/2022
Moana Soto	Doutoranda e mestre em Museologia. Pesquisa e atua no campo da educação museal.	01/04/2022
Diego Vivian	Ex-diretor e educador do Museu das Missões (RS) e coordenador do CT Museus e Comunidades na PNEM.	11/04/2022
Cayo Honorato	Professor da UnB e pesquisador de mediação em museus.	14/04/2022

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

O primeiro encontro de alinhamento conceitual, metodológico e operacional entre as equipes da pesquisa e do Ibram aconteceu em formato híbrido, com alguns membros reunidos presencialmente, em 26 de novembro de 2021, na sala do Obec-BA, no *campus* de Ondina da UFBA, e outros a partir de acesso remoto. A partir de fevereiro, a equipe passou a se reunir com regularidade semanal. Os encontros tiveram por objetivo promover a convergência teórica e conceitual sobre a pesquisa, bem como sobre os métodos utilizados para a pactuação operacional, o que incluiu definições quanto a técnicas de coleta, sistematização e análise dos dados; responsabilidades e fluxos de trabalho; prazos; produtos previstos e formas de difusão dos resultados. Os resultados das entrevistas, das reuniões e do levantamento bibliográfico do estado da arte da educação museal no país geraram subsídios relevantes para a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que serão apresentados nas próximas páginas.

Desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados

A segunda etapa da pesquisa foi dedicada ao desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados. A partir dos subsídios teóricos, metodológicos e empíricos recebidos na etapa anterior, a equipe se dedicou à tarefa de elaborar instrumentos observando as melhores técnicas de construção de perguntas e aplicação de questionários para potencializar a capacidade de atingir os objetivos da pesquisa. As 11 entrevistas semiestruturadas realizadas pela equipe entre março e abril de 2022 geraram um documento com a síntese das expectativas. A ferramenta, apresentada no Quadro 3, ajudou a organizar as expectativas identificadas nas entrevistas com especialistas e na análise de quais delas estavam relacionadas a informações que pudessem ser obtidas pela pesquisa ou cujas temáticas centrais foram contempladas nas perguntas.

De maneira geral, a ideia de conduzir uma pesquisa capaz de abranger o campo da educação museal em âmbito nacional foi recebida com entusiasmo. No entanto, havia a consciência das dificuldades típicas de empreitadas dessa magnitude: a vasta quantidade e diversidade de experiências, as grandes dimensões do país, os desafios de comunicação com algumas regiões e a concentração de recursos no Sudeste urbano. Nos depoimentos, também foram frequentemente mencionados temas como a formação de educadores museais, a institucionalização de suas funções, a integração dessas atividades no planejamento e financiamento dos museus e a natureza orgânica da educação museal. Ressalta-se a importância das práticas educativas, das redes de profissionais e das políticas voltadas para o setor.

Quadro 3 – Mapeamento das expectativas

EXPECTATIVAS PRIMÁRIAS:
1. Levantamento de dados de abrangência nacional sobre educação museal, de forma a abarcar e revelar as discrepâncias regionais existentes no campo;
2. Produção de informações para apoiar a implantação da PNEM e processos de formação, profissionalização e qualificação do desempenho dos profissionais do campo.

PRÁTICAS EDUCATIVAS	<ul style="list-style-type: none"> • Tipificar as ações de educação realizadas nos museus: quais as principais ações educativas realizadas e com que objetivos; • Caracterizar os diversos públicos atendidos pelos educativos; • Abordar a relação museu-escola e sua relevância na prática educativa do museu; • Revelar os embasamentos e referenciais teóricos que fundamentam o trabalho educativo; • Produzir indicadores que permitam mensurar a diversidade de metodologias praticadas no campo; • Investigar as metodologias utilizadas nas ações educativas (tradicional, de 'guiamento' ou dialógico, coletivo e colaborativo para a construção de cidadania); • Identificar formas de relacionamento do museu e seus educativos com as escolas.
GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Obter informações sobre estruturação e gestão dos (setores) educativos quanto aos recursos disponíveis e constituição de equipes; • Averiguar a previsão orçamentária (sistemática) para o desenvolvimento das ações educativas e para a capacitação de profissionais.
PROFISSIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Coletar dados sobre o perfil dos profissionais que atuam nos educativos; • Abordar processos de formação, profissionalização e qualificação do desempenho dos profissionais do campo, bem como os regimes de trabalho e tipos de vínculos empregatícios nos museus; • Conhecer formas de articulação dos educadores em redes, fóruns, sistemas, etc.; • Investigar se e como ocorre o processo de capacitação dos educadores museais; • Identificar as principais necessidades dessa categoria profissional; • Identificar aqueles profissionais que atuam no campo, mas não estão nas redes.
PNEM	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o monitoramento da implementação da PNEM - perguntas que demonstrem a evolução de dados quantitativos e qualitativos relativos às diretrizes da PNEM e que contribuam para a definição de indicadores para a realização de séries históricas; • Averiguar a existência de PEC (e se o PEC se vincula ou não ao Plano Museológico).

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

Com base nos resultados, foi desenvolvida a Matriz Sintética da pesquisa. Trata-se de um quadro lógico que tem como objetivo conectar o “problema da pesquisa” com indicadores, públicos-alvo e métodos. Esse instrumento orientou a coleta de dados, permitindo ter mais clareza sobre os enfoques e as perguntas que deveriam ser priorizadas na pesquisa. Além disso, subsidiou a construção das ferramentas de coleta de dados.

O processo de construção da matriz sintética da pesquisa seguiu os seguintes passos:

1. Mapeamento das expectativas: análise das expectativas levantadas pelo campo (entrevistados) e priorizadas pelo Ibram;
2. Análise da ferramenta de pesquisa anterior: decupagem das dimensões de análise, interpretação e indicadores da Pesquisa IBRAM 2019;

3. Revisão/construção das dimensões e seus descritores: identificação das dimensões, dos grandes focos da pesquisa, e dos descritores, que especificam o que foi considerado dentro de cada dimensão;
4. Elaboração das perguntas gerais da pesquisa: o que queremos saber?;
5. Detalhamento de indicadores para cada dimensão e de exemplos de perguntas específicas: o que devemos/queremos observar/coletar? Quais os métodos a serem utilizados?;
6. Construção dos instrumentos da pesquisa: elaboração da primeira versão dos questionários e modelos de análise documental.

Quadro 4 – Campos da matriz sintética da pesquisa

Dimensão	Perguntas gerais	Indicadores quantitativos e qualitativos	Fontes	Meios de verificação	Perguntas específicas
Quais os grandes focos da pesquisa?	Quais as perguntas da pesquisa?	O que devemos observar/coletar?	Quais as fontes de informação?	Que métodos serão utilizados?	Exemplos de perguntas para compor o roteiro dos questionários.

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

A pesquisa foi dividida em quatro dimensões principais. A primeira, “Práticas e Atividades Educativas”, objetivou o levantamento de informações sobre a natureza das atividades educativas realizadas, os públicos atendidos, as condições físicas dos museus, além das práticas de planejamento, documentação, registro e avaliação dessas atividades. A segunda dimensão, “Gestão das Práticas Educativas nos Museus”, concentrou-se em informações sobre a representatividade e formalização da função educativa nos museus, incluindo dados sobre a existência de setores educativos, sua participação no planejamento e na tomada de decisão, parcerias com comunidades, fontes de recursos e a integração do setor educativo com outros setores dos museus.

A terceira dimensão, “Profissionalização da Educação Museal”, buscou informações socioeconômicas sobre os profissionais envolvi-

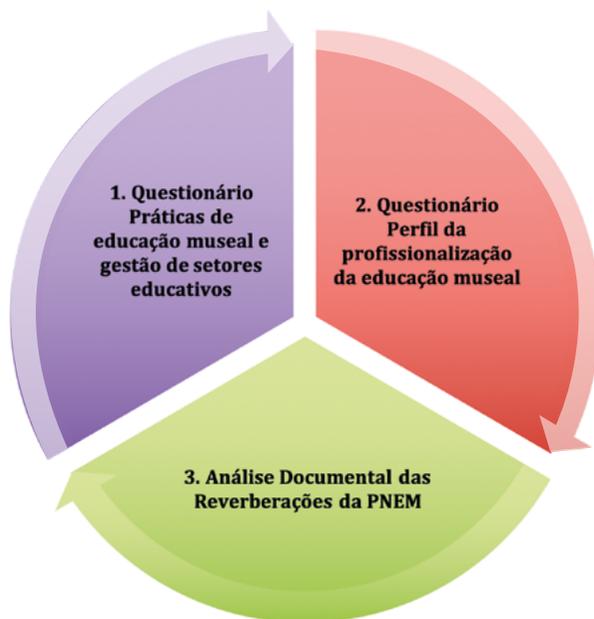
dos nas atividades educativas, abordando formação, cargos, vínculo institucional e remuneração média. A quarta e última dimensão, “Reverberações da PNEM no Campo Museal”, focou no conhecimento e na adesão à PNEM por parte dos profissionais e dos museus, além da conformidade dos planos museológicos e outras práticas educativas com as diretrizes da política. Dentro de cada dimensão, foram estabelecidos indicadores selecionados por meio dos instrumentos de pesquisa, visando abarcar tanto as expectativas pré-definidas quanto agregar informações valiosas para a compreensão do campo da educação museal no Brasil.

O projeto inicial previa a aplicação de um questionário para mapeamento e avaliação de práticas de educação museal. Todavia, as leituras e escutas deixaram evidente que, além da identificação, tipificação e classificação de tais práticas e da estrutura da gestão dos setores educativos, por meio do questionário “Práticas de educação museal e gestão dos setores educativos”, também foi necessário aplicar um instrumento de identificação de perfis de atuação profissional no campo da educação museal – o questionário “Perfil da profissionalização da educação museal”. A decisão se fundamentou na grande recorrência de discussões nas entrevistas e no referencial teórico sobre a lacuna de informações que permitissem conhecer o perfil e o cotidiano das pessoas que se dedicam ao campo como educadores museais.

Por fim, a equipe também identificou uma terceira demanda relacionada às reverberações da PNEM nas políticas e nos planejamentos internos das instituições museais do Brasil. Para essa demanda, foi apontada a necessidade de desenvolvimento de instrumento que viabilizasse a análise documental das reverberações da PNEM nos planos museológicos e outros documentos de planejamento de museus brasileiros. As equipes da pesquisa e do Ibram decidiram conjuntamente priorizar as duas demandas anteriores em uma primeira etapa da pesquisa e realizar a etapa de análise documental em um segundo momento do trabalho. Essa etapa foi iniciada em agosto de 2023, logo após a realização

do Encontro Nacional de Educação Museal (Emuse), e tem previsão de finalização em maio de 2024. Essa etapa da pesquisa tem como intuito identificar e examinar os impactos dos princípios e diretrizes da PNEM em planos museológicos e em outros documentos de planejamento das ações educativas de museus brasileiros.

Figura 1 – Desenho avaliativo – instrumentos de coleta de dados PEMBrasil



Fonte: Canedo e demais autores (2023).

A estrutura do questionário “Práticas de educação museal e gestão de setores educativos” continha cinco dimensões e 73 questões: 1) Caracterização do museu (6 questões); 2) Gestão das práticas educativas nos museus (12 questões); 3) Práticas e atividades educativas (34 questões); 4) Reverberações da PNEM no campo museal (8 questões); e 5) Identificação do respondente (8 questões). Já o questionário

rio “Perfil da profissionalização da educação museal” continha três dimensões e 34 questões: 1) Perfil socioeconômico e da ocupação profissional na área (18 questões); 2) Percepções e experiências pessoais com práticas e atividades educativas (11 questões); e 3) Percepções sobre as reverberações da PNEM (5 questões). Os formatos das questões eram variados.

Na fase subsequente à elaboração, a aplicabilidade dos questionários foi testada com um grupo qualificado de agentes do campo da educação museal a fim de avaliar a adequação dos instrumentos aos objetivos da pesquisa. Essa etapa também incluiu uma análise de risco, promovendo reflexões sobre os desafios e as oportunidades no contexto da educação museal. Como resultado, ajustes foram realizados para aprimorar os aspectos identificados como passíveis de melhoria.

Por fim, foi realizado o Encontro com Especialistas para validação dos instrumentos. Trata-se de um método de escuta ao campo executado nas pesquisas do Obec que prevê a consulta a profissionais da cultura, da gestão pública e da academia para discussão e aprimoramento dos instrumentos de pesquisa e das estratégias de difusão, bem como de discussão e validação do plano amostral. Para o encontro, foram convidadas pessoas que atuam como servidoras do Ibram, bem como especialistas externos ao órgão, com atuação acadêmica e profissional no campo da educação museal, das políticas públicas e da produção de pesquisas e indicadores. A participação desses agentes foi fundamental para o aprimoramento das estratégias da pesquisa (Quadro 5).

Quadro 5 – Especialistas externos ao Ibram que participaram da Validação dos Instrumentos

Cayo Honorato	Isabel Portela	Mila Chiovatto
Moana Soto	Frederico Barbosa	Thiago Consiglio
Átila Tolentino	Kamylla Passos	Paola Maués

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

Plano amostral, difusão dos instrumentos e dos resultados

Esta última seção oferece uma visão geral do plano amostral, incluindo os métodos de aplicação e disseminação dos questionários, a análise dos dados e a elaboração de produtos para a divulgação dos resultados. É importante destacar que a definição do planejamento amostral ocorreu concomitantemente à elaboração dos instrumentos de pesquisa. Dessa forma, todas as decisões pertinentes ao plano foram estabelecidas antes da conclusão do questionário, garantindo uma integração efetiva entre os processos de planejamento e execução da pesquisa.

O plano amostral teve como fundamento o pressuposto que a pesquisa sobre educação museal deveria ter abrangência nacional, de forma a abarcar as variadas discrepâncias regionais existentes no campo e identificar estratégias eficazes para mitigar tais desigualdades. Assim, a equipe utilizou como base primária os dados dos museus em funcionamento no Brasil presentes no Cadastro Nacional de Museus (CNM). Foi criado um plano de metas regionais de acordo com a quantidade de museus presentes em cada uma das cinco regiões brasileiras, com o objetivo de garantir não apenas a validade estatística da pesquisa, mas sobretudo sua representatividade nacional.

A consolidação da amostra derivou tanto da divulgação *on-line*, que propiciou uma amostra espontânea, quanto de esforços de amostragem dirigida, que envolveram contatos diretos pela nossa equipe. Essa abordagem dual assegurou a inclusão de museus com variados tipos, tamanhos e origens geográficas, situados em contextos distintos, reforçando a representatividade nacional dos resultados obtidos. Adotamos estratégias diversificadas de coleta de dados nos questionários, alinhadas aos perfis dos participantes.

O questionário intitulado “Práticas de educação museal e gestão de setores educativos” focou em gestores e profissionais do setor educativo de museus brasileiros, ou aqueles nomeados como seus representantes. Esses indivíduos foram identificados através da base de dados do Ibram e

de um processo de busca ativa, garantindo uma amostra abrangente por meio de critérios de diversidade que consideraram tipologias, tamanhos e localizações dos museus, assim como a variação entre capitais e cidades do interior, alinhados às metas de regionalização da pesquisa.

O questionário “Perfil da profissionalização da educação museal” foi elaborado especificamente para profissionais atuantes na educação museal, independentemente de estarem ou não vinculados a instituições museais no momento. Reconhecendo a ausência de um levantamento abrangente que contemple todos os educadores museais no Brasil, a pesquisa beneficiou-se significativamente da colaboração com a Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil) e suas representações estaduais. Essas entidades forneceram acesso a suas bases de dados, permitindo-nos identificar potenciais respondentes distribuídos por todo o território nacional, utilizando critérios de localização geográfica para assegurar uma amostragem representativa do campo da educação museal.

PEMBrasil foi divulgada em formato digital, através do serviço de pesquisa acadêmica pela internet Research Electronic Data Capture (REDCap) e estava sediada em página específica no *site* do Obec-BA com *links* disponibilizados no *site* do Ibram. O questionário recebeu respostas durante o período de 12 de agosto a 15 de outubro de 2022. Divulgamos apenas um *link* para acesso aos instrumentos: 1) Práticas de educação museal e gestão dos setores educativos e; 2) Perfil da profissionalização da educação museal. O direcionamento dos respondentes de acordo com o perfil foi feito através de ramificação interna na lógica do questionário (Quadro 6).

Quadro 6 – Perfis dos respondentes e direcionamento para os questionários

Pergunta	Possíveis respostas	Direcionamento por perfis
De que forma você está participando deste questionário?	Como profissional da educação museal representante de um museu	Questionário “Práticas de educação museal e gestão de setores educativos”
	Gestor(a) representante de um museu	Questionário “Práticas de educação museal e gestão de setores educativos”
	Profissional da educação museal não representante de um museu	Questionário “Perfil da profissionalização da educação”

Fonte: Canedo e demais autores (2023).

Os questionários foram divulgados através da parceria com as REMs e outros articuladores; envio por *e-mail* e contato telefônico; divulgação nas redes sociais; e encontros de apresentação da pesquisa em todas as regiões do Brasil, sendo três virtuais e 12 presenciais.

Figura 2 – Agenda de Encontros da PEMBRasil 2022



Fonte: Canedo e demais autores (2023).

Com a finalização da coleta de respostas, a PEMBrasil entrou na etapa, que compreendeu o tratamento e análise dos dados e a elaboração e lançamento dos produtos da pesquisa. Em dezembro de 2022, foi lançado o primeiro boletim preliminar apresentando a pesquisa e alguns resultados com foco nos museus participantes. Em maio de 2023, foi lançado o segundo boletim, com informações sobre educadores(as) museais e demais indivíduos participantes da pesquisa, além de destacar dados preliminares sobre a reverberação da PNEM no campo mu-

seal. Por fim, o relatório final da pesquisa, em formato *e-book* e painel de dados interativo, foi publicado em julho de 2023.

Figura 3 – Acesso aos boletins e relatórios da pesquisa



Fonte: elaborada pelos autores.

O painel de dados interativos da PEMBrasil apresenta dados sobre as práticas educativas dos museus brasileiros e sobre os(as) educadores(as) museais a partir de 30 indicadores selecionados, permitindo cruzamentos entre os dados. Além de possibilitar a visualização dos dados a partir de filtros, o painel também disponibiliza os dados brutos e anonimizados da pesquisa para que sejam baixados e utilizados em novas pesquisas.

Figura 4 – Acesso ao Painel de Dados Interativo



Fonte: elaborada pelos autores.

Considerações finais

A implementação da PNEM, em 2017, iniciou uma nova fase para a educação museal no Brasil, estabelecendo diretrizes para enriquecer as práticas nesse campo. Em resposta à necessidade de dados sobre o impacto dessas diretrizes, a PEMBrasil, conduzida pelo Obec por iniciativa do Ibram, buscou mapear as práticas educativas dos museus brasileiros, identificar desafios e oportunidades, e contribuir para o diálogo e a prática na educação museal. Essa pesquisa abrangente, realizada entre 2021 e 2023, envolveu uma revisão literária detalhada, entrevistas com profissionais chave e o desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados meticulosos, garantindo uma abordagem nacional que reflete as diversas realidades regionais do Brasil. Através de questionários focados tanto nos gestores dos museus quanto nos profissionais de educação museal, a PEMBrasil produziu dados inéditos e uma diversidade complexa de percepções sobre as práticas educativas, a gestão dos setores educativos e o perfil profissional no campo, destacando a importância das políticas culturais e educacionais em museus para o avanço da educação museal no país.

A PEMBrasil recebeu um total de 1.153 respostas em diferentes modalidades. Na modalidade Indivíduos, a pesquisa contou com a participação de 484 educadores(as) museais com ou sem vínculo com instituições. Trata-se de uma participação significativa, refletindo a diversidade de perfis tanto de indivíduos quanto de museus em todo o território nacional. A pesquisa conseguiu envolver um amplo espectro de educadores museais, tanto vinculados quanto não vinculados a instituições museais. Na modalidade Museus, a pesquisa alcançou 669 museus, possibilitando uma análise inédita sobre as práticas de educação museal nas instituições brasileiras. Em termos absolutos, os museus participantes representam 19,2% de todos os museus brasileiros em funcionamento, indicados no CNM. Destaca-se, por exemplo, que na região Norte, a pesquisa contou com a participação de 30,5% dos museus em funcionamento naquela região.

Considera-se que a pesquisa alcançou abrangência nacional e validade estatística tendo em vista que o percentual dos museus respondentes por região assemelha-se, com pequenas variações, à proporção dos museus nas regiões brasileiras. Por exemplo, a região Sudeste, que concentra 38,8% dos museus brasileiros, representa 43,3% dos museus participantes da PEMBrasil. A proporção de museus do Nordeste na pesquisa (22,1%) foi similar à presença nacional (21,9%) e as demais regiões têm uma diferença mínima de um e máxima de seis pontos percentuais em relação à distribuição nacional de museus. Ademais, a distribuição das respostas evidencia a predominância de museus de pequeno porte, muitos dos quais sob gestão municipal e situados no interior, o que reflete a importância das políticas culturais locais e o papel dos museus como espaços de cultura e educação acessíveis a uma ampla parcela da população.

A colaboração com o Ibram, a REM Brasil e as REMs estaduais foi fundamental para alcançar essa abrangência, possibilitando o acesso a uma rede extensa de profissionais dispersos geograficamente. Esse alcance permitiu captar as nuances regionais das práticas educativas em museus, destacando a rica diversidade de abordagens e desafios enfrentados em diferentes contextos. A classificação dos museus, seguindo as categorias do CNM, revelou uma concentração em museus tradicionais ou clássicos, mas também apontou para a existência de uma variedade de outros tipos, incluindo ecomuseus e museus virtuais. A significativa porcentagem de respondentes que optaram por “Outros” na classificação sugere a evolução contínua do campo museal e a emergência de novas formas e conceitos de museus, refletindo a dinâmica e a adaptabilidade do setor.

Em suma, os resultados da PEMBrasil não apenas oferecem um panorama detalhado das práticas de educação museal no Brasil, como também destacam a importância da continuidade das políticas culturais e do investimento em museus como espaços de educação e memória. A metodologia adotada pela pesquisa provou ser eficaz em atingir os objetivos do projeto, abrindo caminhos para futuros estudos e políticas voltadas ao fortalecimento e à valorização da educação museal no país.

Referências

CANEDO, D. P. *et al.* *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final*. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018.

Notas

1 Ver em: <https://obec.ufba.br/>.

2 Ver em: www.museus.gov.br.

Educação museal, políticas públicas e produção de dados: revisão de literatura e análise do contexto histórico e político brasileiro

Daniele Canedo

Beth Ponte

José Roberto Severino

Mona Nascimento

Caroline Fantinel

Amanda Haubert

Clarissa Narai Costa e Silva

Introdução

A educação museal é um campo científico em processo de construção. Sua principal fonte de informações é a própria prática profissional, que tem traçado um percurso não linear, permeado de avanços e retrocessos. A relação entre educação e museologia

não é recente no Brasil. No texto “Por uma história da educação museal no Brasil” (2020), Andréa Costa, Fernanda Castro e Ozias Soares defendem que a prática vem sendo historicamente construída desde o surgimento dos primeiros museus, sendo alvo de diferentes denominações e formas de fazer educativo-pedagógico. Essa diversidade de fazeres foi acompanhada pelo florescimento de estudos, o que vem configurando um campo teórico-conceitual profícuo. Paralelamente aos avanços prático e teórico, o desenvolvimento da educação museal também se deu no campo político, através da construção de políticas públicas relacionadas, assim como pela atuação política e militante dos educadores museais e agentes do campo. Daí a defesa por uma compreensão do campo da educação museal a partir do tripé prática-teoria-política.

Este texto apresenta a revisão de literatura e da conjuntura histórica e política sobre educação museal realizada como etapa da “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal” – Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil). A composição do portfólio bibliográfico a ser usado como referência na revisão acadêmica sobre o tema educação museal foi feita a partir de seleção e priorização conjunta, organizada pelas equipes da pesquisa e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). No primeiro momento, em uma pasta no Google Drive, foram organizados os referenciais divididos em três eixos: 1) Histórico da educação museal como abordagem educativa; 2) Educação museal e políticas públicas; 3) Produção de dados e indicadores em educação museal. Também foram adicionadas referências diversas a uma outra pasta com textos complementares relativos à museologia, à cultura e às políticas culturais, entre outros temas transversais.

O portfólio bibliográfico da pesquisa inclui legislações, relatórios e outros documentos oficiais; artigos, dissertações e teses acadêmicas; e levantamentos de dados acadêmicos e de mercado. Visando promover o alinhamento conceitual entre os participantes do projeto, os textos foram lidos e os selecionados como prioritários foram discutidos nas

reuniões entre as equipes da pesquisa e do Ibram. Os principais pontos de destaque estão apresentados neste capítulo, divididos em cinco seções. A primeira e a segunda seções apresentam o desenvolvimento histórico da educação museal no Brasil. Nas duas seções seguintes, reflete-se sobre os antecedentes que culminaram na elaboração e instituição da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Por fim, discute-se o campo da educação museal e as pesquisas que se dedicaram à produção de dados sobre o tema.

Desenvolvimento histórico da educação museal

O desenvolvimento histórico da educação museal é situado por Costa, Castro e Soares (2020) a partir de três momentos: 1) a criação dos museus; 2) a institucionalização dos processos educativos; 3) a consolidação e a convergência de políticas públicas de educação museal. Os marcos temporais relacionados a essas etapas serão apresentados na sequência.

O século XIX foi palco do surgimento das primeiras instituições museais no Brasil, caracterizadas fortemente por seu perfil científico. A estreia foi feita pelo Museu Nacional, criado no Rio de Janeiro, em 1818. Na segunda metade do século, foram criadas outras instituições, como o Museu Militar do Arsenal de Guerra (1865), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), Museu Naval (1870), Museu Paranaense (1876) e Museu Paulista (1895). De acordo com o Cadastro Nacional de Museus (CNM), o Brasil tinha 11 museus até o final do século XIX. Majoritariamente públicos, esses primeiros museus eram detentores de uma dimensão educativa intrínseca, conduzindo processos educativos que nem sempre estavam implicados com uma atuação pedagógica mais consciente.

O segundo momento foi marcado pela expansão dos museus no Brasil e pela institucionalização da educação museal. O principal marco desse momento é a criação do primeiro setor educativo de museus no país, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1927. Nas décadas seguintes, identificou-se o incremento da prática educativa, a criação de setores

educativos nos museus, a oferta de cursos e de formação para a atuação, pesquisas e estudos sobre as mais diversas dimensões do campo museal.

Na segunda metade do século XX, a quantidade de museus no Brasil cresceu de forma vertiginosa. Somente na década de 1970, foram criados 187 museus e nas três décadas seguintes, mais de mil museus foram organizados no país (Instituto Brasileiro de Museus, 2011a). O CNM, criado em 2006, conta atualmente com o registro de mais de 3,8 mil instituições, incluindo as mais variadas tipologias de acervo.

O terceiro movimento tomou forma a partir dos primeiros anos do século XXI e é marcado pela consolidação do caráter político da educação museal – em termos de políticas públicas, de atuação política e, também, como campo de produção de conhecimento acadêmico.

Costa, Castro e Soares (2020) destacam que a produção acadêmica foi imprescindível para a consolidação do campo da educação museal. Os trabalhos que marcam a produção de conhecimento em educação museal no meio acadêmico nacional remontam ao início da década de 1980, quando foram defendidas as primeiras dissertações de mestrado vinculadas ao tema. Os marcos desse terceiro momento, que se estende até os dias atuais, são a criação das Redes de Educadores em Museus (REMs) e a construção participativa da PNEM, temas que serão abordados mais adiante.

O trabalho educativo nos museus brasileiros

A relação museus-escola ocupou um papel central no surgimento e primeiros passos da educação museal brasileira, hoje com um foco bem mais abrangente. A educação museal surgiu com base no ideário escolanovista (Hein, 2004), no qual os museus, assim como as bibliotecas, deveriam estar situados no centro do processo educativo. De acordo com Lopes (1991, p. 21),

A atenção da nova pedagogia se voltou para a melhoria da escola e, sob a influência dela, o museu passou a concentrar seus esforços no apoio à instituição escolar, for-

jando assim uma relação de dependência em relação à mesma e consolidando a ideia, que atravessaria décadas, do museu como complemento da escola.

Essa relação de proximidade marcou a produção de conhecimento no campo da educação museal. Os primeiros livros nacionais acerca do uso educacional dos museus, ainda na década de 1920, se voltaram ao tema “museus escolares”, abordando sua formação e orientando sobre a sua manutenção e relevância pedagógica. Na década de 1930, a *Revista Estudos Brasileiros* publicou o artigo “A função educadora dos museus” (1939), de Francisco Venâncio Filho. Para o autor, o museu é uma instituição possuidora de características educativas próprias e cuja atividade educacional é denominada como “extraclasse”, a exemplo do cinema e do rádio (Castro, 2018).

Surgem, nesse contexto, algumas das nomenclaturas ainda hoje utilizadas – com margem a divergências – para caracterizar a função educativa dos museus, como o termo “extensão cultural” para designar o trabalho educativo desenvolvido pelos museus e por outras instituições. Em *A extensão cultural nos museus* (1946), Edgard Sussekind de Mendonça defende que os museus atuam na “educação assistemática” (Castro, 2018). O autor aborda as influências recíprocas que devem existir entre museus e escolas e teoriza sobre essa relação, apresentando ideias para concretizá-la (Castro, 2018).

Na historiografia da educação museal brasileira, fica também evidente que o desenvolvimento e a consolidação do campo da educação museal foram impulsionados pela atuação e pioneirismo de algumas instituições relevantes. Grande destaque é dado ao Museu Nacional, fundado em 1818, no Rio de Janeiro, e que incluiu compromissos educacionais em seus regulamentos. A trajetória da instituição ao longo do século XIX é constituída, entre outras iniciativas, por doação de material mineralógico, zoológico e botânico às escolas, acolhimento de escolares em visitas ao museu, e pela criação dos Cursos Públicos (1876), compostos por palestras gratuitas, promovidas em horário noturno, e

que visavam à promoção do ensino popular. Destaca-se, nessas iniciativas, a participação de mulheres, impedidas de frequentar os cursos superiores existentes no país até 1879 (Lopes, 2003).

Ainda que não tenham incluído compromissos educacionais em seus regulamentos, a exemplo do que fez o Museu Nacional, outros importantes museus brasileiros do século XIX, a exemplo do Museu Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1895), reconheceram a importância do caráter público e educativo de suas exposições (Lopes, 2003, 2009). No entanto, coube ao Museu Nacional o papel de pioneiro e impulsionador do campo, a partir da criação do Serviço de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional, em 1927.

O SAE foi criado como parte de um amplo projeto de reestruturação do Museu Nacional, promovido por Edgard Roquette-Pinto, seu diretor à época, com inspiração no Museu Americano de História Natural de Nova York (Gilioli, 2008 *apud* Costa; Castro; Soares, 2020). Em consonância com a política educacional vigente, o SAE concentrou as demandas por apoio educacional oriundas, sobretudo, das escolas. Sua atuação visava garantir aos professores acesso aos diferentes materiais, como filmes, dispositivos e acervos do museu, assumindo, com uma de suas principais funções, a orientação das escolas na montagem de seus museus (Pereira, 2010). A criação do SAE não fez despontar de imediato o surgimento de outros setores educativos, mas teve grande importância pelo pioneirismo.

Além disso, nos anos 1950, outros eventos ajudaram a transformar a educação em um tema de permanente atenção dos museus. Na época, três seminários sobre a função educativa dos museus foram organizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): o Seminário Internacional “Sobre o papel educativo dos museus na Educação”, realizado em 1952, na cidade de Nova York; o Seminário Internacional realizado em Atenas, no ano de 1954; e o Seminário Regional “A função educativa dos museus”, realizado no Rio de Janeiro, em 1958. Os eventos promoveram tanto o debate quanto a

sistematização de práticas educativas museais já desenvolvidas. A realização do Seminário Regional da Unesco no Brasil estimulou a edição, em 1958, de publicações nacionais acerca do tema.

Também nos anos 1950, importantes iniciativas educativas, a exemplo de oficinas para o público infantil, foram conduzidas pelo Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro e de São Paulo, mesmo sem setores educativos institucionalizados (Bemvenuti, 2004). Na década de 1970, instituições como o Museu Casa de Rui Barbosa, a Pinacoteca do Estado de São Paulo e os Museus Castro Maya estruturam seus setores educativos, enquanto o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP), Museu Lasar Segall e o Museu Paraense Emílio Goeldi o fizeram na década de 1980. No início dos anos 2010, 48% dos museus brasileiros possuíam setores educativos (Instituto Brasileiro de Museus, 2011a).

Educação museal e políticas públicas no Brasil

Ao processo de criação de setores educativos nos museus brasileiros, somou-se um conjunto de movimentos e conjunturas que culminaram na promoção de maior conquista do campo da educação museal na seara das políticas públicas brasileiras. A culminância desse processo foi a elaboração e institucionalização da PNEM.

Esse contexto está diretamente relacionado com os cenários político e social brasileiros. No entanto, também pode ser considerado ressonância do debate iniciado durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, no ano de 1972. O evento consagrou-se como um marco internacional para o desenvolvimento de políticas públicas do campo museal, promovendo uma nova prática social dos museus e apresentando o conceito de “museu integral”, que teve ampla repercussão e contribuiu com uma visão de integração dos meios material e cultural (Brasil, 2017).

Enquanto isso, no Brasil, no bojo das décadas de 1970 e 1980, ganharam voz as reivindicações de diferentes grupos pelo reconhecimento de

identidades até então suprimidas, como as étnicas, ideológicas, religiosas, de gênero etc. Em meio a um cenário de disputas e de tensões entre diferentes sujeitos e dissonantes interesses, esse movimento teve desdobramentos importantes no texto da Constituição Federal de 1988, que garantiu à cultura o *status* de direito fundamental e consolidou a ideia de uma identidade nacional múltipla e plural. Esse conjunto de avanços impulsionou o desenvolvimento de uma compreensão ampliada das noções de cultura e de patrimônio cultural.

Também é possível situar esses acontecimentos na emergência da filosofia do Estado do bem-estar social, constituída por valores como a inclusão social e a responsabilização pública e que teve como uma de suas consequências a institucionalização da política cultural (Morató, 2007). Maria Cecília Londres Fonseca (2009) lembra que a ampliação do conceito de cidadania também contribuiu para que as fronteiras apertadas do imaginário nacional fossem extrapoladas através do reconhecimento dos direitos culturais dos diferentes grupos que compõem uma sociedade. Essa mudança de paradigma, registrada na Carta Magna do país, foi um passo decisivo para a aproximação do Estado brasileiro com a diversidade cultural que o forma, incorporando-a no âmbito de suas políticas públicas. A primeira política pública específica para museus – o Programa Nacional de Museus – foi instituída em 1985. Apesar de não ter se estabelecido ao longo do tempo, trata-se de um marco importante pelo ineditismo e, no que diz respeito ao papel educativo dos museus, pela promoção de ações de formação, publicação de materiais e diretrizes para atuação nesta seara (Costa; Castro; Soares, 2020).

Depois disso, o país entrou em um cenário político confuso, com sucessivos retrocessos no campo cultural ao longo de toda a década de 1990. Nesse período, houve, de um lado, o desmonte do aparelho público, com o fim do Ministério da Cultura, e, de outro, a priorização do investimento privado na cultura por meio da Lei Rouanet. Trata-se de uma década pouco fértil para as políticas culturais e com baixo incentivo do Estado ao campo cultural.

A realidade mudou novamente no início do século XXI, com uma atuação inédita e disruptiva do Ministério da Cultura durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, especialmente nos mandatos do presidente Lula (2003-2010). Nesse período, houve um esforço significativo quanto à institucionalização das políticas públicas de cultura, com importantes iniciativas levadas a cabo – alguns destaques são o Programa Cultura Viva, a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC), a elaboração do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Projeto de Emenda Constitucional 150¹.

O estímulo à participação da sociedade civil nos processos políticos também foi priorizado de forma acentuada e inédita nesse período, com a ampliação de canais de diálogo que impulsionaram o protagonismo social e redirecionaram a relação do Estado com a sociedade. No campo da cultura, destacam-se as câmaras setoriais, seminários, conferência nacional etc.

A mobilização do campo cultural nacional atravessou também o campo museal. Apesar do marco inaugural das políticas públicas museais datar da década de 1980, foi a partir dos anos 2000 que o campo passou a contar com políticas mais específicas e um debate mais engajado. A partir de uma intensa participação dos profissionais do campo, foi estabelecida, em 2003, a Política Nacional de Museus (PNM).

O documento destaca a necessidade de democratizar o acesso e as possibilidades de criação de bens culturais. Alinhado com as premissas nacionais em voga naquele momento, incentiva a ampliação da participação cidadã, com a inclusão de diferentes grupos étnico-sociais, de diferentes regiões do país. Para isso, propõe a criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas dessa diversidade.

Implicado no desenvolvimento e revitalização das instituições museológicas, a PNM apresenta princípios orientadores e eixos programáticos que contemplam temas como gestão, democratização e acesso, recursos humanos, informatização, infraestrutura, financiamento e acervos. É indiscutível que se trata de um documento fundamental

para o campo museal brasileiro, no entanto, seu alcance é considerado limitado por ter sido construído a partir de dados muito incipientes, o que gerou um material pouco apoiado no conhecimento da realidade, e por não ter acompanhado o rápido desenvolvimento e a diversidade do campo nas últimas duas décadas.

Instalada inicialmente no Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a PNM logo passou a ser responsabilidade do Ibram – instituído em 2009 para, entre outras funções, viabilizar e monitorar essa política. Uma série de outras ações é fruto desse fértil período, como o CNM, o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto dos Museus, a ampliação dos investimentos federais no setor, a realização de fóruns estaduais para incentivo à criação e revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus. Em 2010, foi publicado o Plano Nacional Setorial de Museus, que propõe uma agenda política para a década 2010-2020. Esse instrumento contou com ampla participação dos atores sociais do campo, porém, o seu resultado foi considerado pouco objetivo, necessitando ser retomado e revisado.

Elaboração e instituição da Política Nacional de Educação Museal (PNEM)

O campo da educação museal acompanhava os encaminhamentos das políticas públicas para o setor museal e pleiteava o desenvolvimento de políticas públicas específicas através do engajamento ativo e da interlocução entre profissionais e pesquisadores de todo o país, bem como da ampliação e complexificação das reflexões sobre a prática educativa. A elaboração e instituição da PNEM foi resultado de um processo iniciado pelo Ibram, tendo sido construída de forma coletiva, participativa e democrática entre os anos de 2010 e 2017. Assim como a PNM, ela surge como programa (2012) e, posteriormente, é consolidada como política pública de âmbito nacional (2017).

Amparada pelos documentos orientadores da cultura e desdobrando o que a PNM aponta para o campo da educação, a PNEM orienta e subsidia a ação educativa nos museus brasileiros. Longe de ser um fato isolado ou uma iniciativa estritamente governamental, a PNEM surge como demanda do campo organizado. É ponto consensual que a mobilização ativa desses atores foi fundamental para a construção e publicação da política. Prova disso, o desenvolvimento da PNEM foi marcado por vários encontros locais e nacionais entre educadores museais, construção coletiva de documentos de referência e consultas públicas.

Considera-se que o processo foi iniciado no I Encontro dos Educadores de Museus do Ibram, em 2010. Esse evento produziu um dos documentos de referência da PNEM, a Carta de Petrópolis – que apresentou as bases para uma política nacional específica para o campo. Em 2012, foi aberto um processo de consulta visando a construção participativa do Programa Nacional de Educação Museal. Para isso, a Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse/Ibram) criou o *blog* PNEM, um espaço virtual que possibilitou a troca de reflexões e recebeu propostas do campo.

Mais uma prova da forte atuação da sociedade civil no processo, durante o ano de 2013, as REMs, museus e universidades organizaram uma série de encontros para debater aspectos importantes da política. Ao final de todo esse processo, nesse mesmo ano, foi apresentado o Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal.

No ano seguinte, encontros regionais foram promovidos para a apreciação e discussão do Documento Preliminar. Desse processo, durante o I Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, foram aprovados os cinco princípios da PNEM, expressos na Carta de Belém.

Em 2017, após um período de pausa, foi realizado o II Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, que sistematizou o Documento Preliminar e aprovou o texto final da PNEM. Desse evento, resultou a Carta de Porto Alegre, que deu início a uma nova etapa deste processo – a de encaminhamentos e implementação das diretrizes de-

finalizadas. No dia 30 de novembro de 2017, consolidando uma demanda histórica do campo, foi publicada a Portaria nº 422, que dispõe sobre a PNEM e dá outras providências.

A PNEM, segundo o texto oficial, tem como objetivo a organização, o desenvolvimento, o fortalecimento e a fundamentação do campo no Brasil. O texto compreende educação museal como “um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade” (Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p. 129). Para as terminologias “museu” e “processo museológico”, foram mantidas as definições que constam no artigo 2º, incisos IX e X, do Decreto nº 8.124/2013².

A PNEM apresenta um conjunto de cinco princípios norteadores para a estruturação da educação no âmbito dos museus. Coerentes entre si, eles apontam para o fortalecimento do campo, mencionando a institucionalização e a qualificação dos educativos e a importância da construção e atualização do Programa Educativo e Cultural (PEC). Além disso, situam a educação museal como processo teórico, prático e de planejamento e os museus como espaços de educação e de promoção da cidadania.

As 19 diretrizes da PNEM estão sistematizadas em três Eixos Temáticos – (I) Gestão; (II) Profissionais, Formação e Pesquisa; e (III) Museus e Sociedade. O primeiro reúne orientações sobre organização administrativa e financeira para o campo, tendo o PEC como destaque. O segundo versa sobre o desenvolvimento profissional e acadêmico dos atores implicados com o campo. Já o terceiro instrui sobre a relação do museu e do patrimônio com a sociedade.

Todo esse processo culminou na publicação do Caderno da PNEM, importante pleito da Carta de Porto Alegre (2017). O documento apresenta um panorama sobre a política, com textos sobre o histórico da educação museal no Brasil, os principais marcos da construção da política e a apresentação das REMs como atores sociais fundamentais de todo o processo. O caderno ilustra, ainda, os princípios e diretrizes da PNEM através de experiências práticas. Além disso, tem como ponto

alto um glossário com 13 palavras-chave, acompanhadas da relação que possuem com o campo museológico e a educação museal.

Apesar de recente, é possível verificar que o processo de elaboração e a publicação da PNEM impactaram positivamente o campo, profissionalizando-o ainda mais e engajando-o no desenvolvimento, avaliação e reestruturação das práticas, assim como na ampliação do debate teórico (Castro, 2019). No entanto, a situação crítica que acometeu o campo das políticas culturais no país nos últimos anos impactou negativamente a execução dos princípios e diretrizes da PNEM. Além disso, a fragilidade e a defasagem da PNM acometem também a PNEM, que foi aprovada sem dotação orçamentária e não possui clareza quanto aos caminhos seguros para a sua efetiva implementação.

O campo da educação museal

Atualmente, o campo da educação museal brasileira é formado por profissionais com variadas formações, pesquisadores, ativistas e vem reunindo cada vez mais pessoas interessadas em discutir os impactos da função educativa dos museus nas relações com seus públicos. Nesse ínterim, são também variadas as formas de organização que esses profissionais encontram para colaborar em discussões e ações que fortaleçam o desenvolvimento teórico, prático e político do campo.

As REMs figuram entre as mais representativas dessas formas de organização. Desde o seu surgimento, essas organizações têm atuado como importantes espaços de formação e atuação política para os diferentes sujeitos envolvidos nesses processos. O objetivo principal das redes é trocar experiências, discutir e deliberar sobre aspectos da educação museal no Brasil, ampliando assim fontes de referenciais teóricos e práticos sobre o campo no país (Nascimento; Gonçalves, 2019).

Entende-se, aqui, redes como estruturas plásticas, dinâmicas e indeterminadas, no sentido de que sua configuração é flexível e regida por mecanismos de autogestão. Organizações de gestão social em redes

caracterizam-se por não terem centro, isto é, qualquer ponto da rede é um centro em potencial. Assim, redes são entidades fluidas, não delimitadas, não circunscritas e não descritas conforme as definições já existentes (Castells, 2010; Martinho, 2003).

Com essa terminologia, as REMs existem no Brasil desde 2003, quando um grupo de educadoras museais do Rio de Janeiro se organizou, inicialmente com vistas a defender, no âmbito da PNM, o pleito por maior visibilidade e atenção às demandas educativas dos museus, bem como a organização das pessoas atuantes nesse campo.

Um exemplo significativo da capacidade de organização e participação das redes em processos sociais, inclusive na construção de políticas públicas, é a própria elaboração da PNEM. O processo, conforme descrito anteriormente, só foi possível de ser realizado de maneira democrática e participativa por causa da organização da sociedade civil do campo, sobretudo aqueles organizados em redes. A partir da mobilização desses coletivos, foi possível discutir amplamente as propostas de temas e abordagens possíveis para a política, seja no âmbito virtual – com o *blog* PNEM –, ou presencial – com os mais de 30 encontros regionais realizados nas cinco regiões do país. Alguns desses encontros, promovidos por articuladores, foram, inclusive, ponto de partida para o surgimento de outras redes (Brasil, 2018).

Aquela que, em 2003, se nomeou apenas como REM, logo precisou ser identificada pelo marcador de localização, passando a ser a REM RJ, uma vez que outras organizações similares foram criadas em diversas partes do país. Em 2024, já são 17 redes em funcionamento e outras iniciativas em vias de implementação, além da Rede de Educadores em Museus do Brasil, criada em 2014 e que congrega profissionais, pesquisadores e pessoas interessadas no campo, atuantes nas redes regionais ou não (Nascimento; Gonçalves, 2019).

Outro momento significativo da atuação das REMs se deu em 2020, quando, em parceria com o Comitê Internacional para a Educação e Ação Cultural (Ceca) do Conselho Internacional de Museu (ICOM Brasil),

realizou um levantamento inédito de dados para o campo com vistas a aferir o impacto da pandemia nos museus e, em especial, nos setores educativos. A pesquisa trouxe diversos questionamentos considerados essenciais para a articulação de novas pesquisas, para mais reflexões no âmbito acadêmico e profissional e para a aplicação e consolidação da PNEM (Almeida *et al.*, 2021).

Ainda, é importante ressaltar que esses coletivos foram importantes aliados na construção e execução da PEMBrasil. A capacidade de capilarização e articulação dessas organizações foi fundamental para realizar uma pesquisa de abrangência nacional.

Produção de dados sobre educação museal

Como visto até aqui, um contexto histórico multifatorial conformou as condições necessárias para a criação da PNEM. Na produção participativa do documento, buscou-se estratégias para conciliar demandas de grupos diversos e, por vezes, com interesses conflitantes, o que ressalta a necessidade do estabelecimento de estratégias de governança também para a execução da política.

Entretanto, como avaliar se as ações a serem implementadas terão eficácia, eficiência e efetividade no atendimento das principais necessidades da população? No campo das políticas públicas, tem crescido a compreensão sobre a importância da gestão de dados para orientar a tomada de decisões na gestão pública, especialmente a partir de uma perspectiva democrática. Carlos Matus (1993) ressalta que um plano de política pública deve sempre ser uma mediação entre o conhecimento e a ação. Nos estudos teóricos e empíricos sobre Políticas Públicas Baseadas em Evidências, discute-se que, apesar dos contextos de incertezas nos quais, em geral, os gestores públicos estão inseridos, é de fundamental importância a produção sistemática de dados empíricos que possam gerar informações quantitativas e qualitativas para fundamentar as decisões sobre o planejamento e a gestão dos investimentos públicos.

Entretanto, no Brasil, as iniciativas de levantamento de dados e informações sobre os setores culturais ainda são recentes, marcadas por descontinuidades e com pequena capacidade de comparabilidade. O marco da produção de dados no setor aponta para o ano de 2003, a partir de negociações entre o Ministério da Cultura, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que gerou o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), um projeto que visa a sistematização das informações culturais presentes em pesquisas econômicas brasileiras, e algumas pesquisas setoriais, ao longo dos anos. Outras iniciativas mais recentes, de instituições públicas e privadas, inclusive com perfil setorial, complementam o cenário de dados disponíveis, porém incompletos, para a tomada de decisões no campo das políticas culturais.

No processo de elaboração da PNEM, discutiu-se, com frequência, a necessidade de realização de pesquisas para subsidiar o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da política. Porém, de lá para cá, registram-se poucos avanços efetivos. As diretrizes da PNEM destacam a necessidade de iniciativas de levantamento de dados capazes de: 1) diagnosticar e avaliar o cumprimento da função educacional das instituições museais brasileiras; 2) mapear as condições de atuação dos profissionais da educação museal; 3) promover intercâmbios de experiências sobre práticas de educação museal no Brasil e os resultados alcançados. A seguir, apresentaremos brevemente destaques de pesquisas realizadas no Brasil recentemente. Vale notar que todas as pesquisas ressaltam a carência de dados sobre o setor museal, em geral, e sobre estruturas dos setores educativos e a atuação de profissionais no campo da educação museal, em particular.

Avaliação da função educativa dos museus

Entre as pesquisas identificadas, a única que buscou diagnosticar e avaliar o cumprimento da função educacional das instituições museais brasileiras foi desenvolvida pelo próprio Ibram, em 2020. Trata-se da

“Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal – etapa Museus Ibram”, realizada pela Comuse, do Departamento de Processos Museais (DPMUS).

Um questionário de 64 questões foi aplicado a 29 dos museus integrantes do Ibram. Tendo como base os princípios e as diretrizes da PNEM, além de mapear as práticas de educação museal, a pesquisa também averiguou:

- a estruturação de atividades educativas;
- a constituição do quadro funcional de educadores museais;
- a abrangência da função educativa pela gestão dos museus;
- a participação dos profissionais de educação museal na gestão dos museus e no desenvolvimento de ações educativas;
- os aspectos que afetam a realização de atividades educativas e culturais nos museus que integram o Ibram.

Os resultados foram apresentados nos seguintes blocos temáticos: 1) Atividades Educativas, que identificou a estrutura para o desenvolvimento das ações e as práticas de documentação, registro e avaliação; 2) Gestão dos Museus e Setores Educativos, que mapeou a participação profissional na tomada de decisões; e o 3) bloco Museus e Sociedade, que apresenta parcerias estabelecidas entre os museus e outras instituições para o desenvolvimento de ações.

A metodologia apresenta como referências outras experiências de levantamento de dados desenvolvidas pelo Ibram e com parceiros, como a pesquisa sobre educação museal na rede Ibram desenvolvida em 2010 pela Comuse/DPMUS/Ibram; a Pesquisa Anual de Museus (PAM), desenvolvida em 2014 como primeira ação de monitoramento do Plano Nacional Setorial de Museus; e a Pesquisa Estrutura e Organização da Educação Museal realizada em 2019, pelo Programa de Elaboração e Pesquisa em Educação Museal (Pepem), do Núcleo de Educação

do Museu Histórico Nacional (MHN/Ibram), em parceria com a Coordenação de Produção e Análise da Informação (CPAI)/CGSIM/Ibram, a Comuse/DPMUS/Ibram, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro.

A pesquisa também menciona a publicação do Ibram *Museus em Números* (2011a, 2011b) – volumes 1 e 2, que buscou promover um panorama de estatísticas das instituições museais brasileiras. As publicações apresentam dados relevantes sobre a existência de setor educativo nos museus; a oferta de visitas acompanhadas; a necessidade de agendamento para visitas; a realização de cursos e oficinas e a produção de materiais didáticos. Infelizmente, a produção dos indicadores foi descontinuada.

Desse modo, a “Pesquisa Nacional sobre Práticas em Educação Museal – etapa Museus Ibram” adotou os seguintes indicadores do desenvolvimento da PNEM:

- A existência de equipe que trabalha exclusivamente no desenvolvimento e realização de ações educativas e culturais;
- Porcentagem de museus, segundo a realização de visitas com guia/mediador/monitor;
- Porcentagem de museus que realizam visitas com guia/mediador/monitor, segundo a necessidade de agendamento;
- Porcentagem de museus, segundo a disponibilização de equipamentos de audioguia;
- Porcentagem de museus, segundo a realização de atividades educativas e culturais para públicos específicos.

Levantamento sobre as condições de atuação profissional dos educadores museais

No contexto da pandemia, foram identificadas duas pesquisas que buscaram mapear os efeitos da crise sanitária para as condições de atu-

ação profissional dos educadores museais. A pesquisa “Dados para navegar em meio às incertezas”, desenvolvida pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil) em parceria com a Tomara! Educação & Cultura, se propôs a diagnosticar o cenário pandêmico e identificar tendências para o futuro através da pesquisa com profissionais (parte 1) e públicos dos museus (parte 2).

Na parte 1, a coleta recebeu resposta de 1.039 profissionais de diferentes áreas da museologia atuantes em 23 estados brasileiros, sendo que a maioria dos respondentes (19,2%) declarou trabalhar no setor educativo dos museus. Os resultados apresentam o perfil dos respondentes, a percepção sobre os efeitos emocionais da pandemia para a vida pessoal e para a atuação profissional e as perspectivas de futuro. Em relação às condições, os profissionais relataram a deficiência de equipamentos e treinamento para as demandas do trabalho remoto, a ampliação da jornada no ambiente familiar, sem orientação suficiente e com maior cobrança. Em relação ao futuro, foram apontadas como tendências a ampliação da digitalização da programação cultural e educativa; a potencialização das oportunidades de comunicação com os públicos através do ambiente digital; e a integração de atividades remotas nas rotinas de trabalho.

No artigo “Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa” (2021), oito pessoas relatam a experiência da realização de uma pesquisa voluntária desenvolvida entre março e abril de 2020, a partir do Comitê para Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus (Ceca-BR ICOM) e do Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil). A pesquisa teve como objetivo mapear situações vivenciadas por profissionais da educação museal durante a pandemia através da identificação do perfil dos educadores, das instituições e das mudanças na condição da atuação profissional em decorrência da pandemia. Os dados da pesquisa geraram a “Carta Aberta dos educadores museais brasileiros sobre os efeitos da Pandemia de Covid-19 na educação museal no Brasil”, que foi publicada

em 30 de abril de 2020 e ressaltou a “diversidade e a precariedade da situação de educadores museais, mais do que sobre as demissões e suspensões de contratos em função da pandemia de Covid-19” (Almeida *et al.*, 2021, p. 241), principalmente no que concerne às condições para produção de conteúdos para as plataformas digitais. Por fim, também foram destacadas a importância de formalização e organização dos setores educativos e a realização de novas pesquisas.

Entre os principais desafios elencados, estão a identificação de quem e quantas pessoas deveriam responder ao questionário no museu – o questionário foi destinado aos educadores museais, mas continha questões de gestão que dependiam de informações que estes não conheciam. Ademais, como mais de uma pessoa poderia responder ao questionário individualmente dentro de uma mesma instituição, houve divergência nas respostas, o que demandou pesquisa complementar nos *sites* institucionais para correção das informações. As pesquisadoras também relatam dificuldades com imprecisões terminológicas, como o nome do cargo das pessoas que estão na gestão do setor educativo.

Pesquisas sobre experiências de práticas de educação museal no Brasil

A pesquisa “Narrativas para o Futuro – Oi Futuro” foi desenvolvida em 2019, em uma parceria entre a Oi Futuro e a consultoria Consumo-teca. Na sua fase qualitativa, a pesquisa realizou grupos focais *on-line* com 36 frequentadores, frequentadores virtuais e não frequentadores de museus de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Recife, de Belém e de Porto Alegre. Já na fase quantitativa, foi aplicado um questionário a 600 brasileiros que frequentam museus pelo menos uma vez ao ano ou a cada dois anos ou menos. Como resultados, a pesquisa apresentou informações sobre o perfil do público entrevistado, sobre o perfil da frequência aos museus e sobre a percepção do público sobre os museus na contemporaneidade e tendências futuras. Os resultados iniciais foram discutidos com seis especialistas da área museal, que apresentaram re-

flexões sobre os achados da pesquisa. Entre os destaques, o relatório pondera sobre a necessidade de suprir o desejo de participação do visitante em cada interação com o museu e permitir a sensação de experiência inédita a cada visita ao museu.

Um exemplo de pesquisa que avalia o desenvolvimento da função educativa dos museus foi relatado no artigo “Como avaliar o sensível? A experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo em avaliação para ações de inclusão sociocultural” (2015), de Milene Chiovatto e Gabriela Aidar. O relato apresenta as experiências compreendidas com o intuito de avaliar as ações educativas da Pinacoteca do estado, museu público vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. As autoras relatam que as iniciativas de avaliação se tornaram sistemáticas a partir de 2002, através de relatórios de observação de caráter descritivo e analítico, que eram preenchidos pelos educadores do museu após cada atendimento de grupo. Aos poucos, percebeu-se a necessidade de ampliação dos pontos de vista sobre os resultados da ação educativa e foram desenvolvidos quatro instrumentos a serem respondidos por educadores do museu, participantes dos grupos, para educadores e para crianças não alfabetizadas, através da produção de desenhos. Chiovatto e Aidar relatam que, como resultado da aplicação, foi possível identificar diretrizes objetivas do trabalho, que podem contribuir para a tomada de decisão.

Por fim, a tese *Setor educativo de museus de ciência da cidade do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas* (2021), de Isabel Aparecida Mendes Henze, analisa os setores educativos de seis museus de ciência da cidade do Rio de Janeiro: Casa da Ciência, o Museu da Geodiversidade, o Museu da Vida, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu do Meio Ambiente e o Museu Nacional. A pesquisa também realizou entrevistas em profundidade com nove educadores museais.

Além de apresentar os resultados da própria pesquisa, a autora faz uma revisão de literatura sobre o setor educativo dos museus, partindo de um outro trabalho, publicado em 2009, com referências do período de 1987 a 2006 e atualizando este a partir da identificação de disser-

tações e teses defendidas em universidades brasileiras no período de 2009 a 2019. Segundo a autora, os seguintes eixos temáticos perpassam os trabalhos identificados: concepção de educação; referenciais teóricos; práticas educativas; formação e avaliação. A disparidade entre o número significativo de produções sobre educação em museus em relação ao número pequeno de produções identificadas sobre institucionalização do setor educativo é criticada em ambos os estudos.

Considerações finais

A revisão literária e a análise da conjuntura histórica e política são dois dos métodos de pesquisa utilizado pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia para promover uma imersão da equipe no campo de conhecimento em processo de investigação. Este texto apresentou um resumo do trabalho realizado na pesquisa PEMBrasil na busca por construir conhecimento no tema da educação museal, de modo a assegurar que a equipe, de composição multidisciplinar, estivesse alinhada conceitual e metodologicamente para o desenvolvimento do trabalho nas fases subsequentes da pesquisa.

Foram abordados vários aspectos importantes que emergiram das leituras, com destaque para a natureza dinâmica e ainda em formação da educação museal. Essa dualidade é fundamental para entender o estado atual e as perspectivas futuras da educação museal. Outro ponto crucial é a interação histórica entre os museus e a educação no Brasil, que, embora não seja um fenômeno recente, tem se complexificado e se diversificado ao longo do tempo. Desde os primeiros museus do século XIX até a institucionalização e a consolidação das práticas educativas nos museus, observa-se um percurso marcado por inovações, desafios e a constante busca pela integração com as comunidades e o sistema educacional mais amplo.

A consciência crescente sobre a importância de políticas públicas específicas para a educação museal, culminando na elaboração e institui-

ção da PNEM, reflete um amadurecimento do campo tanto em termos de sua autoconcepção quanto em relação ao seu papel na sociedade brasileira. Esse movimento político, impulsionado por profissionais, pesquisadores e ativistas, sublinha a necessidade de uma abordagem mais integrada e participativa na formulação e implementação de estratégias educativas nos museus.

A construção coletiva e democrática da PNEM, com ampla participação de diferentes atores do campo, é um exemplo ilustrativo da vitalidade e do comprometimento da comunidade de educação museal no Brasil. Essa abordagem colaborativa não apenas enriquece o processo de formulação de políticas, mas também fortalece a implementação e a adaptação das práticas educativas às realidades locais e regionais.

Além disso, a atuação das REMs destaca-se como um componente vital na organização, na defesa e na promoção da educação museal no Brasil. Essas redes, através de sua capacidade de mobilização e articulação, têm contribuído significativamente para a visibilidade e o reconhecimento do campo, bem como para a disseminação de boas práticas e o fomento de discussões críticas sobre o papel dos museus na educação e na sociedade.

A revisão das pesquisas sobre educação museal ressalta a relevância da produção de dados e indicadores na formação, implementação e avaliação da PNEM. Destaca-se a importância da gestão de dados na tomada de decisões, especialmente sob uma perspectiva democrática que busca conciliar demandas diversificadas e, por vezes, conflitantes. Contudo, também chama atenção as dificuldades enfrentadas no Brasil quanto à continuidade e comparabilidade dos dados no setor cultural, apesar de iniciativas como o SIIC. As pesquisas mencionadas refletem a necessidade contínua de levantamento de dados para diagnóstico e avaliação das práticas educativas museais e as condições de atuação dos profissionais da área, especialmente em contextos desafiadores como o da pandemia.

Em suma, o campo da educação museal no Brasil, com sua rica trajetória histórica e seu dinamismo atual, enfrenta desafios significativos,

mas também possui enormes potenciais. A revisão literária e a análise da conjuntura histórica e política do campo inspiraram os conceitos e os métodos aplicados na PEMBrasil. Destaca-se, sobretudo, a urgência de aprimorar as estratégias de coleta e análise de dados para fortalecer a educação museal no Brasil, indicando a existência de um caminho a ser percorrido para alcançar a eficácia, eficiência e efetividade desejadas na implementação de políticas como a PNEM.

Referências

ALMEIDA, A. M. *et al.* Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio* – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 226-243, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355383368_Como_podemos_conhecer_a_pratica_da_educacao_museal_no_Brasil_em_tempos_de_pandemia_de_Covid-19_Relato_de_uma_pesquisa_colaborativa. Acesso em: 9 jul. 2024.

BEMVENUTI, A. *Museus e Educação em Museus* – História, Metodologias e Projetos, com análises de caso: Museus de Arte Contemporânea de São Paulo, Niterói e Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica da Arte) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Programa de Gestão, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRASIL. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020*. Brasília, DF: MinC: Ibram, 2010.

BRASIL. *Política Nacional de Museus*. Brasília, DF: MinC, 2003.

BRASIL. Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 238, p. 1-6, 13 dez. 2017.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, F. A construção do campo da educação museal: políticas públicas e prática profissional. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 90-114, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/40706>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CASTRO, F. *Construindo o campo da educação museal*: um passeio pelas políticas públicas de museus no Brasil e em Portugal. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, F. S. R.; SOARES, O. de J. Políticas Públicas: garantia do direito à cultura e à memória. *Mouseion* – Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle, [s. l.], v. 1, n. 30, p. 30-42, 2018. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/4754>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CHIOVATTO, M.; AIDAR, G. Como avaliar o sensível? A experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo em avaliação para ações de inclusão sociocultural. *Pinacoteca de São Paulo*, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/conteudos-digitais/educativo/textos-nae/>. Acesso: 11 maio 2022.

COSTA, A.; CASTRO, F.; SOARES, O. Por uma história da educação museal no Brasil. In: CASTRO, F.; SOARES, O.; COSTA, A. (org.). *Educação museal: conceitos, história e políticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. p. 15-40.

FANTINEL, C. *Patrimônio festivo*: uma análise dos carnavais de Barranquilla (COL) e Salvador (BRA) sob a perspectiva do patrimônio cultural imaterial. 2019. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e*

patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

HEIN, G. E. John Dewey and Museum Education. *Curator: The Museum Journal*, California, v. 47, n. 4. p. 413-427, 2004. Disponível em: http://www.george-hein.com/downloads/Hein_DeweyMuseumEd.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

HENZE, I. A. M. *Setor educativo de museus de ciência da cidade do Rio de Janeiro: desafios e perspectivas*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museus em Números*. Brasília: Ibram, 2011a. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museus em Números*. Brasília: Ibram, 2011b. v. 1.

LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, n. 40, p. 443-445, dez. 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8041590/mod_resource/content/2/Divulga%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal/A-favor-da-desescolariza%C3%A7%C3%A3o-dos-museus.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

LOPES, M. M. Imagens das “ciências dos museus” no Brasil no século XIX. In: SOUSA, C. M. de. et al. (org.). *A comunicação pública da ciência*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. p. 25-33.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: DF: Ed. UnB, 2009.

MARTINHO, C. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto organização*. Brasília, DF: WWF Brasil, 2003.

MATUS, C. El plan como apuesta. *Revista PES (Planeación Estratégica Situacional)*, Caracas, n. 2, p. 9-59, abr. 1993.

MORATÓ, A. R. Introducción. In: MORATÓ, A. R. *La sociedad de la cultura*. Barcelona: Ariel Barcelona, 2007. p. 11-51.

NASCIMENTO JUNIOR, J.; CHAGAS, M. de S. (org.). *Política nacional de museus*. Brasília, DF: MinC, 2007.

NASCIMENTO, M.; GONÇALVES, L. C. F. Educação museal em rede: Surgimento e atuação das redes de educadores em museus no Brasil. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 140-154, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39944>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PEREIRA, M. R. N. *Educação museal*. Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ROCHA, S. C. *Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, T. S. dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, p. 120-156, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yS4mhVPtxNsMVCPDTZThLpx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Notas

- 1 Deste período, Rocha (2014) destaca um conjunto maior de iniciativas que garantiram ao Ministério seu caráter inovador – atuação internacional; ampliação da política de financiamento, com reforço do Fundo Nacional de Cultura, publicação de editais e abertura de linhas de crédito em bancos; criação de programas como o Revelando Brasil e o Cultura Viva; constituição de canais de diálogo com a sociedade civil; desenvolvimento de políticas direcionadas a grupos minoritários da sociedade civil; criação do Programa Mais Cultura; aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC); construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Projeto de Emenda Constitucional 150, entre outros.
- 2 Decreto que regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm.

Perfil dos(as) educadores(as) museais brasileiros(as): questões de gênero e outras reflexões

Beth Ponte

Karlla Kamylla Passos

Introdução

A relação entre pesquisa e realidade pode ser comparada àquela entre um mapa e um território. Um mapa é uma representação incompleta, porém indispensável para a orientação e o entendimento de um território. Da mesma forma, os dados capturados por uma pesquisa são uma representação também incompleta, mas que contribuem para uma melhor compreensão de uma realidade dinâmica e multifacetada. Aproveitando essa analogia, podemos

compreender a Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil) como uma importante iniciativa dessa “cartografia” da educação museal no Brasil, oferecendo um conjunto de dados essencial para que profissionais, gestores(as) públicos, estudiosos(as) e ativistas do campo museal possam se localizar um pouco melhor em meio à complexidade do campo.

Dados são cruciais para a implementação e o aprimoramento de políticas públicas, e no contexto da Política Nacional de Educação Museal (PNEM), essa necessidade se torna ainda mais evidente. A PNEM busca estabelecer diretrizes e estratégias para a educação museal¹, mas sua eficácia depende de um entendimento claro e abrangente do perfil dos(as) profissionais envolvidos(as). Afinal, a educação museal é feita por pessoas. Mas quem são elas? Para ajudar a responder essa pergunta, a PEM-Brasil incluiu, entre suas premissas e objetivos, o levantamento de dados não apenas sobre as práticas de educação desenvolvidas nos museus brasileiros, mas também sobre os(as) educadores(as) museais no país.

A PEMBrasil se soma ao conhecimento já produzido pelo setor museal, através de outras iniciativas de pesquisas anteriores sobre os(as) educadores(as) museais na pandemia (Almeida *et al.*, 2021) e os(as) mediadores(as) em museus e centros de ciências (Carlétti, 2016; Massarani *et al.*, 2022). E buscou, num esforço coletivo, produzir dados relevantes para as políticas de educação museal e seus agentes. Mas antes de mergulhar nos dados, é essencial compreender algumas das principais limitações intrínsecas da PEMBrasil e de outras iniciativas de pesquisa, refletindo alguns dos desafios estruturantes no campo da educação museal.

Desafios e lacunas na produção de um retrato sobre educadores(as) museais no Brasil

A profissão de educador(a) museal enfrenta múltiplos desafios que resultam na ausência de dados precisos sobre o setor. Um dos mais evidentes é a falta de reconhecimento oficial da profissão, que não está

oficialmente listada no Cadastro Brasileiro de Ocupações. Essa lacuna desvaloriza o papel dos(as) educadores(as) museais e cria barreiras para a compreensão das características da atividade no Brasil e para a implementação de políticas públicas específicas. Dificulta também ações setoriais que poderiam contribuir para a qualificação e a valorização desses(as) profissionais.

A falta de reconhecimento da profissão resulta também na inexistência de um cadastramento oficial para educadores(as) museais. Esse é outro obstáculo significativo, pois sem um registro abrangente, torna-se quase impossível realizar um mapeamento preciso ou mesmo saber qual o universo de profissionais que atua no campo. A PEMBrasil foi, até 2022, a maior pesquisa de abrangência nacional e contou com 687 respostas de profissionais da educação museal, com ou sem vínculo atual com instituições museais². Tudo indica que essa seja uma representação subdimensionada do universo de profissionais da educação museal no Brasil, que, no período de realização da pesquisa, contava com 3.482 museus em funcionamento. A ausência de um cadastro profissional dificulta a coleta de dados e impede que se tenha uma visão clara da diversidade e da distribuição desses(as) educadores(as) pelo país, o que é crucial para a implementação da PNEM.

Uma outra consequência desse contexto, e que pode ajudar a compreender a baixa quantidade de respostas nas iniciativas de pesquisas sobre o perfil dos(as) profissionais da educação museal, é a dificuldade de autoidentificação. Nem todas as pessoas que atuam na educação museal se identificam formalmente como “educadores(as)” e a função educativa pode ser apenas uma entre várias outras responsabilidades assumidas pelos(as) profissionais – sobretudo no contexto de falta de institucionalidade da educação nos museus³. Soma-se a isso, a prevalência de vínculos precários ou temporários, como estágios, bolsas e voluntariado⁴, com alta rotatividade. Tudo isso gera uma subnotificação do número real de educadores(as) museais e, conseqüentemente, a uma compreensão limitada do campo.

Além de entender quem são, é preciso saber onde estão os(as) educadores(as) museais no país. Os dados da PEMBrasil, nesse sentido, evidenciam o desafio de alcance de pesquisas nacionais em ampliar sua capilaridade, ou seja, sua capacidade de alcançar “outros Brasis”, para além das capitais e centros urbanos. A maior parte (67,1%, 460) dos(as) educadores(as) respondentes da pesquisa reside em capitais do país, enquanto apenas 32,9% (226) habitam em cidades do interior.

Além disso, é importante ressaltar que a forma de aplicação *on-line* das pesquisas – adotada em virtude da economicidade e agilidade proporcionada – pode excluir profissionais que não têm acesso fácil à internet, o que é uma realidade em várias partes do Brasil. Isso pode levar a uma visão distorcida que não reflete a realidade de museus em regiões mais remotas ou menos favorecidas, oferecendo um retrato ainda mais incompleto da educação museal no país.

Mesmo com as limitações inerentes a qualquer esforço de pesquisa e com os desafios específicos do setor museal, a PEMBrasil representou um passo significativo na tentativa de compreender esse espaço. Sua realização, assim como de outras pesquisas que a antecederam, mostram que as limitações não devem inibir, mas estimular a realização de mais iniciativas de produção de dados para contribuir com a consolidação do campo da educação museal no Brasil.

De acordo com a PEMBrasil, a educação museal brasileira é majoritariamente realizada por mulheres cisgênero (64,9%) e por pessoas brancas (57,2%) entre 26 e 60 anos (79,3%). Mas o que outras pesquisas podem trazer como evidências para uma compreensão mais profunda sobre quem são os(as) educadores(as) museais no país? Para ampliar a ressonância dos resultados da PEMBrasil, é fundamental que haja um diálogo com outros estudos já realizados e um aprofundamento dos debates, com recortes específicos relevantes para o setor. Este capítulo propõe aprofundar as análises sobre o perfil do(as) educadores(as) museais, com destaque para dados sobre gênero, comparando-os com os resultados de outra pesquisa realizada com profissionais da educação museal.

A confluência de duas pesquisas com o perfil das(os) educadoras(es) museais do Brasil

A PEMBrasil trouxe resultados parecidos aos da pesquisa de Karlla Kamylla Passos dos Santos (2023), que observa uma tendência comum de um perfil de educadoras mulheres cisgênero, brancas e do eixo Rio-São Paulo. Na ausência de dados estatísticos sobre quantas são as(os) educadoras(es) museais, os salários, formas de contratação, onde trabalham e especialmente quem são, sobretudo pensando nos marcadores sociais da diferença (Hirano, 2019), surgiu um questionário que buscou obter mais informações sobre essas(es) profissionais. A pesquisa foi aplicada entre janeiro e maio de 2022 e teve 444 respostas válidas.

No que diz respeito a gênero, a PEMBrasil traz que quase 65% das educadoras são mulheres cisgêneras, seguido de quase 30% de homens cisgênero. A pesquisa não obteve resposta de mulher trans, no estudo de Passos dos Santos (2023), uma educadora trans respondeu ao questionário e foi entrevistada na outra fase do estudo. A PEMBrasil teve respostas de dois homens trans e no estudo de Passos dos Santos foi um homem trans respondente. Na PEMBrasil, foram 19 pessoas não binárias; na pesquisa de Passos dos Santos (2023), foram apenas três.

É importante destacar que, dado o cenário desafiador descrito anteriormente, é preciso buscar dados sobre a educação museal não apenas em pesquisas, mas em outras iniciativas que congreguem profissionais do setor. Um exemplo disso foi o I Encontro Nacional de Educação Museal (Emuse), realizado de 6 a 8 de julho de 2023 na cidade de Cachoeira (BA) e promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em parceria com o Observatório de Economia Criativa (Obec) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O encontro reuniu 382 pessoas e, entre seus(as) participantes, foi possível identificar um número maior de educadoras trans inscritas⁵, mostrando que as pesquisas não chegaram nesse perfil.

Em relação à idade, as duas pesquisas apresentam resultados similares, confirmando que a maioria das(os) profissionais da educação mu-

seal têm a partir de 26 anos. Na PEMBrasil, 43% das(os) educadoras(es) têm de 26 a 40 anos, seguido de 36% entre 41 e 60 anos. Na pesquisa de Passos dos Santos (2023), a maioria das educadoras(es) tem de 31 a 40 anos (30%), seguida de 26% com idades entre 41 e 50 anos. Esses dados fogem ao que percebemos empiricamente no campo, muitas vezes, especialmente fora do eixo Rio-São Paulo, onde os educativos tendem a ser mais institucionalizados. Nas outras regiões, os educativos são mais formados por estagiárias(os) entre 17 e 25 anos, a pesquisa de Carlétti (2016) chegou a essa maioria entre mediadoras(es) de museus e centros de ciências por todo o Brasil, profissionais que compõem os educativos, muitas vezes sozinhos. Esse é o caso do Museu Catavento, localizado em São Paulo, por exemplo, em que a equipe que lida com os públicos é formada completamente por estagiárias(os). Essa faixa etária na pesquisa da PEMBrasil foi 15% das respondentes. Evidente que, como já mencionamos, pela alta concentração de museus em alguns estados, os dados acabam refletindo mais um perfil desses lugares.

Ainda assim, muitas vezes, esse perfil se repete também no Sudeste, como, por exemplo, os museus do Instituto Butantan que têm um educativo mais profissionalizado com maioria de pessoas graduadas. No entanto, a equipe é formada por educadoras(es), muitas vezes com mais tempo de contratação, e por monitoras(es) mais jovens, algumas pessoas que ainda não concluíram a graduação, mas já contratadas com carteira assinada. Já um exemplo do Rio de Janeiro, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, a equipe de educação é formada por bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem desde a graduação até pós-graduação. Embora também tenha estagiários(as) em menor número. Já fora desse eixo, em Goiás, por exemplo, a maioria dos museus da capital são públicos com algumas pessoas servidoras e grande parte dos educativos pouco estruturados é formada por estagiários(as).

Em relação à formação, a maioria das(os) educadoras(es) que responderam ao questionário da PEMBrasil tem mestrado (26%), seguido de

especialização e graduação com porcentagem quase similar. Na pesquisa de Passos dos Santos (2023), 93% da(os) educadoras(es) têm formação em ensino superior, dessas 67% têm pós-graduação em algum nível e 24% está cursando. Apesar da alta escolaridade, a renda não tende a acompanhar, como veremos no capítulo 5 “A questão da profissionalização da educação museal no Brasil” deste livro.

Ao aprofundarmos mais na questão da formação dessas(es) profissionais, as duas pesquisas chegaram a uma maioria de educadoras(es) que vem da formação em História, 168 profissionais na PEMBrasil, e 90 no estudo de Passos dos Santos. Outras duas formações também se encontram nas duas pesquisas, Artes (142; 61) e Museologia (125; 54), respectivamente. Embora multidisciplinar, há uma grande concentração nas humanidades, entre as demais áreas nas respostas da PEMBrasil estão letras/literatura, turismo, comunicação social, arquitetura e geografia. Já na pesquisa de Passos dos Santos, foram mencionadas as áreas da biologia e pedagogia, por exemplo.

Para um maior aprofundamento da classe, um marcador social da diferença (Hirano, 2019), a autora Passos dos Santos (2023) perguntou às educadoras sobre a formação de seus(as) ascendentes, mais de 60% (272) das educadoras não têm pai ou mãe graduados(as). Importante refletir que “[...] quase 40% das educadoras têm pais e/ou mães graduadas, pode mostrar um campo ainda elitizado, sobretudo interseccionando com as demais respostas, pensando na geração das educadoras respondentes, por exemplo” (Passos dos Santos, 2023, p. 90). Entre pós-graduação de pai ou mãe, 80% (357) não tem, e quatro pessoas não souberam responder. Quanto à graduação de avô ou avó, mais de 90% (410) não têm, e oito pessoas não souberam responder. Mas chama atenção 26 pessoas que têm avó ou avô com graduação, “haja vista o processo histórico do país, no qual o ensino superior foi acessível apenas para as classes mais abastadas até as políticas implantadas a partir de 2003 [...] cerca de 6% das respostas válidas, desponha com um privilégio significativo” (Passos dos Santos, 2023, p. 90).

Falando em privilégios, a maioria das(os) educadoras(es) é branca, tanto nos resultados da PEMBrasil (57,2%) e na pesquisa de Passos dos Santos (2023) (63%), as educadoras pardas são apenas 24% e 23%, respectivamente nas duas pesquisas. As pessoas pretas, retintas são ainda menos, 13,4% nas respostas da PEMBrasil e 11% nas respostas ao questionário aplicado. Ainda ressaltamos a presença baixa de pessoas amarelas e sobretudo indígenas na educação museal brasileira. O que acreditamos refletir que os “públicos menos mencionados como destinatários das atividades educativas foram indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais e a comunidade LGBTQIAPN+” (Canedo *et al.*, 2023, p. 4). As pesquisas em questão se complementam, a partir daqui existem dados sobre o perfil das educadoras que não foram abordados na PEMBrasil como orientação sexual, religiosidade e outros. A partir desses demais dados, podemos nos aprofundar mais em quem são essas profissionais atuantes na educação museal.

Na pesquisa de Passos dos Santos (2023), há uma maioria de profissionais heterossexuais (77%), seguido de bissexuais (10%) e profissionais *gays* e lésbicas (7%). Como na questão da raça/cor, há um predomínio de uma característica da normatividade da sociedade que reflete nas ações propostas pelos educativos dos museus Brasil afora.

Outro ponto ausente nos debates é a questão do anticapacitismo que começa na contratação de profissionais com deficiência (Sasaki, 1999). A pesquisa de Passos dos Santos (2023) mostra que ainda há um longo caminho pela frente, apenas 7,4% relataram ter alguma deficiência. Questionário *on-line* é uma forma de pesquisa inacessível para alguns tipos de deficiências, o que pode trazer menos respondentes desse perfil. No entanto, pela experiência da prática, a presença de pessoas com deficiência é ínfima, com museus deficientes no acolhimento ao profissional e ao público com deficiência. O questionário da PEMBrasil acabou não perguntando as(os) profissionais se tinham deficiência e quais seriam. Como a pesquisa teve a maior participação de educadoras(es) até o momento em estudos dessa natureza, temos uma lacuna dessas infor-

mações tão caras em direção a uma educação museal menos capacitista. Também cabe mencionar a dificuldade de alcançar mais respostas a partir de um questionário *on-line* com barreiras como acesso à internet, já mencionadas no presente texto, aumentam de maneira significativa quando trabalhamos essa ferramenta com pessoas com deficiência.

No que diz respeito a regionalidade, de acordo com a PEMBrasil, “46% (316) dos/as respondentes estão na região Sudeste, mais precisamente nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro” que “reflete a concentração de espaços museológicos nos grandes centros urbanos desta região do país” (Canedo *et al.*, 2023, p. 73). A pesquisa de Kamylla Passos trouxe a mesma concentração de educadoras no eixo Rio-São Paulo com 100 e 70, respectivamente. Assim, o Sudeste concentra 46% das educadoras e o Sul 24%, logo as outras três regiões apenas 30%. O acúmulo de museus nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro foi abordado em um texto de Passos dos Santos e Moraes Wichers (2021). Na busca por outros elementos para inferir classe, além da renda pessoal e familiar, Passos dos Santos (2023, p. 97) perguntou sobre moradia em área periférica, a maioria (332) disse que não mora em área periférica, no entanto:

podemos aventar uma tendência das pessoas em não declararem a moradia em área periférica, uma vez que a renda média mapeada não possibilita – para muitas pessoas – a inserção em áreas mais privilegiadas da cidade. É diferente, por conseguinte, nos casos das profissionais que não se mantêm apenas com o salário, tendo ajuda de familiares, companheiro/a etc.

Entre outras questões de perfil e marcadores sociais da diferença que são importantes para refletirmos sobre a condição de trabalho das educadoras museais, estão também as religiosidades. A pesquisa de Passos dos Santos (2023) identificou que mais de 100 educadoras são católicas, seguida de religiosidade não determinada e múltipla religiosidade. Profissionais da umbanda e candomblé, por exemplo, são cerca de 40

educadoras, apenas. Ao todo, foram mencionadas 20 formas de religião, crença e/ou religiosidade.

A autora Passos dos Santos (2023) perguntou sobre filhos(as), 230 profissionais não têm e 214 têm, entre essas a maioria tem apenas um(a) filho(a). Como diz um provérbio africano “É preciso uma aldeia para se educar uma criança”, nas respostas sobre rede de apoio, entre as educadoras(es) com filhos(as), 122 consideraram que têm, entre avós, irmãs, tias, escola em tempo integral, babás, amigas e outras formas de colaboração. Já 49 dessas(es) profissionais consideraram que não possuem redes de apoio.

A pesquisadora também perguntou sobre a quantidade de pessoas com quem as profissionais dividem a casa, “122 mora com mais uma pessoa; 93 com mais duas; 84 moram sozinhas; 84 moram com mais três pessoas; 47 dividem a residência com mais quatro; menos de 10 moram com cinco ou seis pessoas; e duas moram com sete ou oito” (Passos dos Santos, 2023, p. 89). Na pergunta sobre quantas pessoas dependem da renda das educadoras, quase a metade delas não tem dependentes (44%), sua renda é somente para uso individual. Tem educadoras com um(a) dependente (22%) e com duas/dois (20%).

Na pesquisa de Passos dos Santos (2023), também foi questionado sobre questões ainda mais subjetivas que auxiliam a entender como está essa educadora museal a partir da sua saúde mental, por exemplo. Quase 300 educadoras(es) mencionaram problemas relacionados à ansiedade, estresse e outras questões ainda mais graves. Alguns deles são fruto da instabilidade da profissão, apontada por algumas educadoras, além de problemas de encontrar emprego por causa da aparência. Mais de 100 profissionais disseram que já passaram por isso, em alguma medida, citaram questões relacionadas a roupas, gordofobia – ainda muito pouco trabalhada entre os preconceitos vivenciados diariamente –, idade, gênero, cabelo, entre outras características e questões. A maioria das educadoras (270) não faz parte de movimento ou causa social, dentre aquelas que fazem parte se destacam as Redes de Educadores

em Museus (REMs), grupos de pessoas LGBTQIAPN+⁶, igreja, movimento negro, feminista e outros.

A partir dos dados apresentados pelas duas pesquisas, é preciso um aprofundamento da questão de gênero na educação museal, que é bem evidente. Bem como a intersecção com outros marcadores que geram preconceitos e exclusões diárias no cotidiano profissional.

Reflexões sobre gênero na educação museal

São muitos os dados obtidos desde a pandemia, como a pesquisa de Almeida e demais autores (2021), a pesquisa de Passos dos Santos (2023), e especialmente a PEMBrasil (2023) que alcançou o maior número de respondentes. O que o campo museal vai fazer com esses dados? Essa é uma questão importante para fazermos aos museus, a instituições afins como o Ibram, aos sistemas estaduais de museus, a organizações a nível municipal e outras. Para que mudanças sinalizadas pelas pesquisas sejam feitas, é preciso que esses dados sejam veiculados o máximo possível. E ainda mais importante é que a sociedade cobre mais atenção ao setor museal, desde as pessoas que elegemos para os cargos públicos, até aquelas que trabalham nos museus brasileiros.

Para a pesquisa de Passos dos Santos (2023), foram realizadas entrevistas para maior aprofundamento do questionário aplicado. Para as reflexões desse tópico, serão utilizados, além das falas presentes na tese, alguns trechos inéditos de educadoras(es) entrevistados(as) para ilustrar algumas discussões que serão aprofundadas. Como o presente texto trabalha com o perfil das(os) profissionais da educação museal, é justo que as(os) educadoras(es) também participem a partir de suas reflexões sobre os preconceitos de gênero e outras problemáticas da área. A metodologia para as entrevistas foi detalhada na tese, bem como no artigo de Karlla Passos dos Santos (2022), de forma mais resumida e concentrada nos episódios de machismo cotidiano vivenciados pelas educadoras museais. As(os) profissionais entrevistadas(os) têm codi-

nomes baseados em autoras(es), sempre que forem citadas para introdução de uma fala, o nome atribuído estará em itálico.

Para desdobramentos eficientes sobre a PEMBrasil e pesquisas próximas, é preciso refletir sobre a PNEM, que de acordo com a educadora *Catherine*, entrevistada na tese de Passos dos Santos (2023, p. 193), “A PNEM ficou muito comprometida pelas mudanças de governo, desarticulação do Ministério da Cultura”. Com a iniciativa da PEMBrasil e com o retorno do Ministério da Cultura (MinC), o Ibram tem mais elementos e recursos para que os resultados dessas pesquisas subsidiem políticas públicas para a educação museal e para os museus de forma geral. O campo carece de pesquisas contínuas que venham aperfeiçoando os detalhes apontados pelas pesquisas anteriores, e principalmente superando as ausências.

O mote central da pesquisa de Passos dos Santos era a relação entre educação museal e feminismos. Entendendo que grande parte da precarização vivenciada pelas educadoras museais é atribuída às questões de gênero, interseccionadas com outros marcadores explorados no estudo. Para uma investigação mais minuciosa sobre isso, a autora perguntou às profissionais sobre casos de preconceito de gênero e se as profissionais se sentiam aptas a falar de feminismos e assuntos relacionados em suas práticas educativas. Uma das educadoras entrevistadas, nomeada como *Grada*, disse que se sente apta a trabalhar com feminismos e questões relacionadas,

porque eu leio sobre isso e sinto isso na pele desde sempre, mas a gente não trata muito disso na exposição, a gente é especializado em fauna marinha e costeira. Acaba que não se entra nesse assunto de feminismo, gênero, acho que já possa ter surgido um comentário, mas não em relação a exposição, as atividades são muito específicas sobre isso.

É preciso refletir como essas questões entrariam mais nas visitas, é algo interseccional, que independe da tipologia do museu e tipo de acervo. Precisamos olhar para quem trabalha nesses museus, qual o

gênero dos pesquisadores (masculino proposital) que trabalham com fauna marinha e costeira, por exemplo. Essa educadora relatou, durante a entrevista, vários episódios de machismo cotidiano por parte dos pesquisadores. Nessa relação, tem uma questão de gênero e hierarquia de classe sentida por parte de servidoras técnicas em relação a professores/pesquisadores nas universidades e instituições afins, inclusive em museus. Nesse caso, ainda tem mais dois marcadores adicionados, o fato dela ser museóloga e trabalhar mais com as práticas educativas nesse museu. A parte educativa não é tão atribuída ao museólogo homem que atua com ela, por exemplo. A profissional relatou que em relação ao grupo de professores

tem alguns que tenho uma ótima relação, tem uma professora que sempre fala ‘nossa eu te admiro’, mas a maioria deles, principalmente os homens, coincidência ou não eles não me tratam... a gente não consegue ter uma relação boa, alguns me tratam com desdém, me fazendo parecer idiota (Passos dos Santos, 2023, 138).

Quanto à hierarquia mencionada em relação a servidores(as) técnicos, outra profissional, a *bell*, concursada federal, disse que tem “*uma escala de hierarquia, o técnico é a pior pessoa e os alunos de mestrado, doutorado pós-doutorado, eles são vistos como superiores aos técnicos, mesmo tendo o mesmo nível de formação*”. Cabe destacar que é possível, a partir da realidade do campo, perceber uma hierarquia entre as educadoras(es) e outras(os) profissionais nos museus, em que o educativo tende a ser visto como área de menor importância. *bell* disse que não se sente apta a falar de feminismos e marcadores interseccionais e decoloniais, tema da tese, pois não sabia do que se tratava. As mulheres são maioria na educação museal, como as pesquisas mostram. Para que elas tenham um espaço de trabalho mais seguro, sem casos de assédio moral e sexual, por exemplo, é preciso que se debata mais sobre esses tipos de violência. Que possamos refletir mais sobre os feminismos, sobre como os marcadores sociais da diferença operam, de maneira in-

terseccional, para privilegiar ou excluir as pessoas na sociedade. Debates sobre a população LGBTQIAPN+, por exemplo, geram desconforto no público, como mostrou o artigo de Passos dos Santos, Moraes Wickers e Silva (2022). Por isso, é necessário falar cada vez mais disso para naturalizar essas discussões.

Outra educadora, a *Lélia*, contou que percebe que “*colegas de outros setores sempre procuram os meus colegas homens*”, ignoram a presença dela. Ainda completa que “*Tem aquela coisa do homem te cortar quando você está falando. Mas eu imagino que antigamente tudo isso era muito mais difícil. Eu imagino que a coisa evoluiu, embora ainda tenha que evoluir muito mais*”. A educação museal e os debates em relação ao gênero vêm crescendo, mas como disse *Lélia*, é preciso ir muito além. A educadora mencionou um colega que é LGBT e que a melhor forma de lidar na cidade que eles moram, no Tocantins, especialmente no local de trabalho é “*ficar em silêncio*”. “*É uma pessoa discreta, então dá tudo certo*”.

Temos uma escassez de dados sobre o perfil dos(as) profissionais do setor museal como um todo. Bem como uma ausência de dados sobre a participação de mulheres em posições de lideranças nos museus e as disparidades salariais na intersecção com outros marcadores sociais da diferença. A educadora *Conceição* comentou que percebe um preconceito quando as mulheres estão na direção dos museus.

Educadoras como a *Conceição* e *Audre* mencionaram pressões que são mais atribuídas às mulheres como preconceito em relação a idade – etarismo e peso – gordofobia. Pelas duas formas de preconceito, as educadoras comentaram que o “pensamento” parece ser parecido, “*como se você não pudesse mais ser ativa e dinâmica com essa idade, o que é um preconceito*” (Passos dos Santos, 2023, p. 144). É possível trocar por “*como se você não pudesse ser ativa e dinâmica com esse peso*”. A educadora *Audre* comentou “*Uma pessoa gorda é vista como preguiçosa, ociosa, como pouco ativa*” (Passos dos Santos, 2023, p. 140). Os educadores homens entrevistados não comentaram nada relacionado a esses preconceitos. Como é abordado mais diretamente na tese de Passos dos

Santos (2023), apenas uma educadora mulher comentou mais sobre as preocupações relacionadas à maternidade. Os educadores homens tiveram comentários mais superficiais como se eles fossem apenas uma rede de apoio da mãe.

Durante as entrevistas, foi possível perceber um desconhecimento por parte das mulheres em relação aos feminismos e temas relacionados, bem como uma atribuição desse tema às mulheres, por parte dos educadores homens. Como na fala de Ailton, “*tenho uma colega que trabalha com aspectos de decolonialidade, dessa desconstrução, trabalha com feminismo. Ela acaba abrindo alguns novos horizontes*”. Esse papel não é das mulheres, é uma questão do patriarcado que só demanda mais trabalho às mulheres. Os museus tendem a não abrir espaço para essas discussões que vão além dos conteúdos relativos à tipologia do museu, em uma extensão das escolas, infelizmente. O tema da Primavera de Museus (2023), evento museal que acontece anualmente com organização do Ibram, foi “*Memórias e democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas*”, se observarmos a programação dos museus, poucos tocam nesses temas, de fato. Existem problemas de quantitativo de equipe e grande carga de trabalho que são entendidos, no entanto, são temas urgentes e que são ignorados por essas instituições que contribuem com a formação de opinião da sociedade. Não tem esses debates internamente, com o público, de forma nenhuma. Primo (2019) afirma que a Museologia se confronta (ou deveria) com os fluxos migratórios, as lutas pela equidade de gênero, as demandas pela igualdade racial e étnica, entre outras questões. A autora ainda menciona que esses processos ampliam o nível de compromisso que a Museologia tem com a sociedade. Sobre isso, Catherine mencionou

A gente fazia formações voltadas para arte e cursos voltados para professores de educação física, por exemplo, por uma demanda, qual o banheiro que ele indica que a aluna trans vá. Então como que o museu se compromete com as agendas, com os problemas contemporâneos da educação.

O caminho da educação é fundamental para que os museus consigam debater as pautas atuais e assim ir desconstruindo os preconceitos estruturais, *“A partir da educação a gente consegue estruturar e agenciar, criar possibilidades para processos que são mudanças na estrutura”* (fala de Catherine) (Passos dos Santos, 2023, p. 149). Por isso, dados sobre as práticas educativas e o perfil de quem as executa é tão importante para avançarmos nessas mudanças necessárias para o Brasil. Além de falar sobre, é preciso *“implementar políticas nesse sentido, de equidade de gênero nas equipes e programação. De que isso não seja só assunto, mas que seja um reflexo de como as instituições atuam”* (fala de Catherine) (Passos dos Santos, 2023, p. 142). Todas as pessoas devem abordar essas temáticas, isso é fato. Como também é que se as pessoas vivenciam determinados preconceitos, exclusões, dificuldades diárias não ter outro olhar em relação às práticas educativas, as contratações e demais questões dos educativos. Por isso, é importante que os grupos socialmente excluídos ocupem os cargos nos museus, para que eles sejam espaço daquilo que ainda não existe (fala de Catherine) (Passos dos Santos, 2023, p. 160). O educador Stuart também entende que equipes diversas contribuem para o avanço dessas pautas. O educador avaliou que *“A educação deve ser uma face multidimensional e intersetorial, mas não é tarefa só do educativo, todas as pessoas e setores precisam pensar nesse caráter”*.

É importante pensar que um caminho mais acolhedor para essas educadoras que passam por tantos episódios desagradáveis no dia a dia museal/laboral é o processo curatorial museológico. Passos dos Santos (2023) trabalhou na tese sobre as curadorias dos museus que tendem a ignorar as reflexões dos educativos, que é quem lida com os públicos. Então, é importante pensarmos que para além da contratação de uma equipe educativa diversa, isso deve se estender ao museu todo. E, sobretudo, no momento de construção das exposições, o principal canal de comunicação dos museus com os públicos, que essa equipe educativa diversa seja ouvida, inserida em todo o processo. De acordo com a edu-

cadora Jota, entrevistada, a diversidade da equipe educativa do museu em que trabalha é muito rica para as ações. O grupo é composto por

Mulheres negras, temos uma mulher afro-indígena. Tem eu que sou uma mulher trans, travesti, negra, outro menino negro, um homem branco. Pessoa não binária, bicha preta. Essa diversidade traz uma riqueza de vivências, né? E de comportamentos, de vida mesmo, não é de reprodução ali. É na hora do contato que os processos acontecem, se torna muito interessante. Cada mediador, cada educador tem a sua pesquisa, a sua forma de abordar o acervo que tem a ver com quem somos.

A educadora segue falando que essa composição de equipe foi muito estratégica e sábia por parte da coordenadora, “*uma mulher negra com consciência de classe, com letramento de gênero, que já trabalhou com muitas pessoas trans, com LGBTs. Não dá para se falar de raça, sem falar de gênero. Não dá para falar de gênero sem se falar de classe*”. Como é possível perceber, o fato da coordenadora trazer uma consciência mais contemporânea para o seu papel de gestão impacta o perfil da sua equipe e, conseqüentemente, as ações que esse setor educativo vai realizar.

E não dá para não falar do marcador de regionalidade, o educador Ailton comentou sobre isso: “*a realidade do Rio é diferente da nossa realidade. Aqui eu tenho escola que eu só consigo lecionar durante o verão. Porque no inverno os acessos ficam praticamente alagados, não tem como transitar*”. A educadora Grada comentou indiretamente sobre essa questão de diferença regional entre o Rio Grande do Sul, estado também privilegiado em relação a outros do Norte e Centro-Oeste, e São Paulo, por exemplo,

Aqui no RS o trabalho na educação é muito relacionado com bolsa na graduação, estágio. [...] Nunca vi um museu abrir uma vaga de educador para uma pessoa formada, com salário, sabe? É sempre bolsa, nunca vi um anúncio de emprego aqui no RS, sei que a Pinacoteca faz isso, oferta vaga para educador com formação e tal. Aqui eu nunca vi abrir vaga para a pessoa formada, 'ah eu sou educador'.

O educador *Stuart* também comentou sobre essas diferenças regionais: “*Um trabalho mais especializado é nos grandes centros como Rio e São Paulo, abrem muitas vagas especializadas para educador, conservador, documentalista, tem uma dinâmica de trabalho especializada, não é realidade no país todo*” (Passos dos Santos, 2023, p. 182). *Aníbal* também comenta, “*Então há uma discrepância muito grande. Obviamente que a Pinacoteca deve ter até antichamas, né? Quanto que aqui não tão? O educativo aqui é pequeno, não faz uma atuação só, normalmente atua nos eventos da cidade. Então, é muito complicado*”. Essa disparidade entre as regiões, a partir da concentração de recursos no eixo Rio-São Paulo, impacta diretamente em pesquisas quantitativas como a PEMBrasil.

Devido a essa concentração, muitas(os) educadoras(es) são forçadas(os) a fazer uma migração para essas cidades. Visto que esse privilégio está visível na disparidade do número de museus por região do país. Quando as(os) educadores(as) chegam nesses espaços, sofrem xenofobia como relatou *Catherine* “*me perguntavam muito como que eu consegui aquela vaga porque eu era nordestina, isso era um marcador muito forte no Rio de Janeiro*” (Passos dos Santos, 2023, p. 165). E educadoras que tiveram ascensão profissional, mesmo não sendo “*da família de ninguém*” (fala de *Catherine*), sofrem preconceitos diários, o que faz com que montem um personagem “*Aprendi uma gramática, sei a roupa que tenho que usar para ir a algum lugar [...] sei negociar e aprendi o que as pessoas querem escutar, mas não sou imediatamente lida como uma pessoa de poder, ainda que eu tenha poder*” (fala de *Catherine*). Por mais que a educadora tenha tido uma ascensão em uma área ainda muito frágil, ela é lembrada diariamente dos seus marcadores que a diferenciam das pessoas que historicamente ocupam esses espaços de poder.

Outra educadora, *Jota*, que trabalhava, na época da entrevista, em um museu na cidade de São Paulo, disse, enquanto contava um pouco da sua trajetória, “*sinto a necessidade de voltar para São Paulo, na Bahia não tinha trabalho*”. *Jota*, que é uma mulher trans negra, consegue mais oportunidades por ser “*bilíngue porque eu tenho uma experiência*

pele ‘*Ciência sem Fronteiras*’ na cidade de Sydney, Austrália, um ano e meio, projeto da Dilma”. Mesmo assim, a educadora contou preconceitos interseccionados quando busca emprego, que por plataformas para contratação de pessoas trans sente preconceito racial e no movimento negro passa por transfobia. Para que *Jota* fosse recebida na equipe do museu, a coordenadora do educativo precisou fazer uma preparação das pessoas. Ainda assim, a profissional já passou por episódios de transfobia e racismo em seu ambiente de trabalho, também por parte do público. Em relação ao público, o perfil dos visitantes de museus no Brasil é elitizado, pessoas brancas com alta escolaridade e renda. Quando tem corpos e *corpas* como de *Jota* e *Raewyn*, uma educadora não binária que também foi entrevistada, causa um desconforto inicial nas equipes e nos públicos, para que a presença dessas pessoas seja naturalizada do lado da equipe e do lado de quem visita os museus.

Por essas diferenças regionais, os dados numéricos apresentam uma realidade que muitas vezes compete mais ao eixo Rio-São Paulo e algumas outras exceções. Vários(as) educadores(as) entrevistados(as) para a pesquisa de Passos dos Santos (2023) falaram que os educativos são formados por pessoas em período de estágio e muitas outras com vínculos frágeis como Microempreendedor Individual (MEI). O que vai no movimento contrário as respostas de pesquisas como a PEMBrasil. *Itamar* disse que os casos de contratação via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são raros, “os outros são contratos temporários ou MEI. Isso fala muito sobre a fragilidade da área, principalmente desde o golpe, desde o Temer, um processo de desestabilização dessa área”. Também comentou que a rotatividade muitas vezes é devido ao fato de a educação ser uma área de transição para outras que a pessoa consegue se estabilizar, que ele conhece colegas que tiveram essa trajetória. *Catherine* é uma educadora que tem uma carreira que foge ao que vimos na área, por exemplo, começou da base e hoje está nos cargos de gestão. Já a educadora *Raewyn* atua há mais de sete anos na área e, por causa da instabilidade, já passou por oito instituições. Foi demitida durante a pandemia por um processo

de desmonte dos educativos dos museus brasileiros nesse período (Almeida *et al.*, 2021; Passos dos Santos, 2023). A educadora comentou que as indicações pesam muito nas contratações para o educativo, no Rio de Janeiro. *Itamar* comentou da dificuldade de processar os muitos currículos recebidos:

quando abre vaga para educativo efetivo, pergunta entre os conhecidos se tem alguém para a vaga, quando a gente está dentro vemos que os museus trabalham com equipes ínfimas, não tem estrutura para processar currículos, caso receba muitos. O RH é uma pessoa, a gente tem tentado abrir mais, de estágio a gente joga no CIEE [...] muita gente formada manda para vaga de estágio.

A educadora *Conceição* também comentou sobre as contratações serem de forma parecida que relatou *Itamar*, “*aqui infelizmente a base é quem indica*”. Outra educadora relatou que em um grande museu em que trabalhou no Rio de Janeiro sempre abria seleção, fazia entrevistas, mas já disse em outro contexto que quando a pessoa envia currículo precisa de alguma indicação pelo número que é recebido. A educadora também falou que outro caminho era selecionar as pessoas que tinham participado do curso de formação que o museu oferecia. A experiência é que esses cursos que os museus do Rio e São Paulo oferecem são muito concorridos, quase como as vagas de trabalho. Essa profissional contou de sua experiência que quando entrou nesse museu foi por currículo, mas já em outras duas instituições que trabalhou foi por convite. De acordo com ela, é feita uma prospecção, “*é comum na medida que os cargos vão ficando mais altos, convidaram um número x de pessoas para apresentar um plano de trabalho*”. *Stuart* se preocupa com o cenário, com o desconhecimento da área por parte de quem contrata, “*As pessoas acham que qualquer pessoa pode atuar, que é só guiar as pessoas, então o desconhecimento ainda é muito grande, principalmente muita falha nas instituições controladoras que possui atribuição de controle, fiscalização*”. As pesquisas aqui mencionadas também devem ser usa-

das para maior fiscalização, maior cobrança por contratação de profissionais com alguma formação e experiência em educação museal. Bem como a contratação de museólogos(as) para as diversas áreas dos museus, inclusive a educativa. *Stuart* segue sua preocupação com a falta de cumprimento das leis

Então o IBRAM desde 2009, mais de 10 anos e nada de fiscalização, não tem controle algum se o museu está seguindo o estatuto de museus, se tem plano museológico. Museu que não tem setor educativo consolidado. Então esse é um problema grave porque o setor público mesmo é quem viola o tempo inteiro e mais constantemente a nossa própria perspectiva. A legislação que foi construída ao longo de muito tempo, muita luta e que não faz efeito, porque o próprio setor público está pulando a legislação.

A educadora *Lélia* falou que “*Há outro fator que eu acho bastante complicador é que no nosso país existe uma tradição quase antiética de usar, como educadores, estagiários, não é?*” (Passos dos Santos, 2023, p. 185). No caso do museu que ela trabalha não é dessa forma, embora as educadoras(es) da base não sejam tão bem remuneradas para o custo de vida da cidade, é um cargo. Mas como a educadora mencionou, é uma prática conhecida no campo a de contratar estagiários(as), ou seja, mão de obra menos qualificada e conseqüentemente mais barata para o contato com o público. Essa prática antiética e neoliberal acontece muito no interior do Brasil, mas também em instituições maiores como o Museu Catavento, por exemplo, como já mencionado.

Além de pesquisas quantitativas, como a PEMBrasil, são necessárias outras formas de escuta ao campo. Pesquisas qualitativas que incluem agentes frequentemente invisibilizados em estudos mais tradicionais, bem como relatos pessoais e estudos de caso, podem oferecer uma visão mais completa e matizada do perfil dos(as) educadores(as) museais. A colaboração interdisciplinar e a integração de múltiplas fontes de dados podem também contribuir para uma visão mais holística, que por sua vez pode informar a PNEM de maneira mais eficaz. Espera-se,

assim, contribuir com um mapa mais completo e útil para a navegação nesse campo tão relevante e desafiador.

Considerações finais

Este capítulo demonstra como a construção de um mapa, seja de um território ou de um setor, precisa de diferentes perspectivas e se constrói a partir de uma coleção de visitas ao campo. Os dados da PEMBrasil, quando correlacionados com a pioneira pesquisa de Passos dos Passos dos Santos (2023), oferecem uma visão aprofundada sobre o perfil dos(as) profissionais do setor da educação museal, evidenciando a necessidade de abordagens mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero. É vital que os dados sejam amplamente divulgados e utilizados como base para ações concretas, incentivando a responsabilização e o engajamento dos museus.

Além disso, é importante reconhecer a complexidade das interseções de gênero com outros marcadores sociais, como classe, raça e orientação sexual, na experiência profissional dentro do setor museal. As narrativas pessoais das educadoras ilustram as barreiras enfrentadas, principalmente por mulheres, no ambiente museal. Essas experiências sublinham a urgência de promover debates e reflexões sobre feminismos, violências de gênero e inclusão nos espaços museais. Esse engajamento não apenas promove uma maior conscientização sobre as desigualdades, mas também potencializa a criação de um ambiente de trabalho mais igualitário e seguro para todos(as).

Por fim, para efetivar mudanças significativas, é imprescindível que as instituições museais e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão cultural reconheçam a importância de práticas educativas inclusivas e diversificadas. Isso implica em investir na formação contínua de profissionais, na implementação de políticas de igualdade de gênero e na valorização das contribuições dos(as) educadores(as) museais. Assim, ao priorizar essas ações, os museus podem se tornar espaços

verdadeiramente democráticos e representativos, refletindo e respeitando a diversidade da sociedade em que estão inseridos.

Referências

ALMEIDA, A. M. *et al.* Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 226-243, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/62280>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CANEDO, D. P. *et al.* *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final*. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

CARLÉTTI, C. *Mediadores de centros e museus de ciência brasileiros: quem são esses atores-chave na mediação entre a ciência e o público?*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. *In: HIRANO, L. F. K.; ACUÑA, M.; MACHADO, B. F. (org.). Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54. (Coleção Diferenças).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 238, p. 1-6, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Portaria-422-2017-PNEM.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

MASSARANI, L. *et al.* Mediadores em museus de ciência: um estudo sobre profissionais que atuam no Brasil. *ACTIO*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1-19,

2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 3 maio 2022.

PASSO DOS SANTOS, K. K. *Educação museal e feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*. 2023. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Educação e Administração, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/738628f6-5cc2-42b7-b410-4fb8e6a1dda1>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PASSO DOS SANTOS, K. K. Episódios de machismo cotidiano na educação museal: marcadores de gênero e sexualidade na relação entre museus e mulheres. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/254>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PASSO DOS SANTOS, K. K.; WICHERS, C. A. de M. Gênero e diferença na educação museal brasileira: provocações feministas sobre ausências e assimetrias. In: PRIMO, J.; MOUTINHO, M. (ed.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2021. p. 159-180.

PASSO DOS SANTOS, K. K.; WICHERS, C. A. de M.; SILVA, P. C. de A. Por uma educação museal militante pela vida: reflexões sobre museus, ciências e memória LGBT. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 79-91, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41423>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRIMO, J. Os desafios contemporâneos na investigação em sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, [Lisboa], v. 58, n. 14, p. 3-17, 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6920>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. Educação para o trabalho e a proposta inclusiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Salto para o Futuro: educação especial: tendências atuais*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. p. 81-95. (Série de Estudos: Educação a Distância, v. 9).

Notas

- 1 A PNEM, em seu Princípio 3, afirma que os museus devem “Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar [...]” e conta um total de nove diretrizes relacionadas a “Profissionais, formação e pesquisa” (Eixo II) (Instituto Brasileiro de Museus, 2017, p. 2-3).
- 2 Para melhor compreensão desse universo, vale destacar que a PEMBrasil possibilitou duas formas de participação: como MUSEUS ou como INDIVÍDUOS. Entre as respostas dos museus, 215 foram registradas por educadores(as) museais. Outras 484 respostas foram de educadores(as) na categoria “indivíduos”, possuindo ou não vínculo ativo com algum museu no momento da pesquisa. Excluindo-se as duplicidades permitidas pela pesquisa, chegou-se ao universo de 687 educadores(as) (Canedo *et al.*, 2023).
- 3 De acordo com a PEMBrasil, estima-se que 32,4% dos museus no Brasil possuem um setor educativo formalizado e, entre esses, somente metade (51,5%) dispõe de profissionais que se dedicam exclusivamente às funções educativas. Esse dado deve ser interpretado em correlação com os dados sobre o porte dos museus participantes da pesquisa: 52,7% das instituições têm entre um e cinco trabalhadores (Canedo *et al.*, 2023).
- 4 Ver o capítulo “Reverberações da PNEM nas práticas educativas dos museus brasileiros: indícios a partir da PEMBrasil”.
- 5 De acordo com os dados de inscrição do Emuse, participaram do evento cinco mulheres trans, dois homens trans e oito pessoas não binárias. Além de duas mulheres trans que atuaram na monitoria do evento e uma pessoa não binária na equipe de produção.
- 6 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

A questão da profissionalização da educação museal no Brasil

Luciana Conrado Martins
Mona Nascimento

Introdução

Entre agosto de 2022 e julho de 2023, o campo da educação museal brasileira viu nascer um dos seus desejos mais latentes dos últimos anos. Após a aprovação de uma Política Nacional de Educação Museal (PNEM), que apesar de contar com larga participação do campo nos seus processos de construção e implementação, o campo se viu desejoso de uma análise mais aprofundada da realidade das práticas educativas dos museus brasileiros. Assim, a Pesquisa

Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), que teve seu questionário aberto para respostas em agosto de 2022 e seu Relatório Final apresentado no I EMUSE em julho de 2023, tem apresentado essas informações que há tanto se fazem necessárias para a compreensão desse campo.

Como já mencionado em outros textos deste livro, a PEMBrasil foi construída a partir de quatro dimensões. A primeira, a segunda e a quarta buscando compreender respectivamente sobre a gestão das práticas, a natureza delas e as reverberações da PNEM nessas práticas.

Neste capítulo, concentramo-nos em analisar quais as contribuições da PEMBrasil para o entendimento sobre o perfil dos profissionais de educação museal existentes hoje no Brasil, tema do qual foi alvo a terceira dimensão da pesquisa. A partir dessas informações, interessa-nos também analisar a situação atual da profissionalização da educação museal, utilizando como pano de fundo os panoramas brasileiros e de alguns contextos outros ao redor do mundo. Desse modo, almejamos apontar caminhos de possibilidades para o reconhecimento e estruturação dessa profissão que, apesar de não existir oficialmente, acumula há décadas contribuições irrefutáveis para a educação brasileira.

Quem são as pessoas que atuam com educação museal hoje no Brasil? Como essas pessoas se formam? Que vínculos têm com as instituições e processos museológicos? Quais marcadores de raça, gênero e faixa etária predominam?

Pela primeira vez, uma pesquisa com validade estatística de abrangência nacional aponta caminhos para todas essas questões, ampliando o espaço para discussões que há tempos estão pendentes como, por exemplo, a nomenclatura comum a essa profissão: educador museal? mediador? monitor? guia?

Há quem acredite que discussões sobre como nomear as coisas sejam irrelevantes, porém, a partir de definições como estas, é possível elaborar com mais assertividade políticas públicas que, de fato, atendam às demandas do campo para o qual são direcionadas. A contribuição dos

dados levantados pela PEMBrasil para a revisão da PNEM é indiscutível. E os dados sobre profissionalização serão o ponto de partida para a discussão do Eixo II – Profissionais, formação e pesquisa – que, entre outras diretrizes, recomenda “promover o profissional de educação museal, incentivando o investimento na formação específica e continuada de profissionais que atuam no campo” (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 91). Saber como nomear esse profissional é apenas um dos passos necessários a essa promoção, bem como delimitação dessa formação específica e continuada.

Em suma, abrimos aqui algumas janelas que consideramos importantes, buscando provocar o campo a ampliar essas discussões com vistas a tornar efetiva a implementação da PNEM no que tange à profissionalização e valorização das pessoas profissionais em educação museal. Para isso, o presente texto encontra-se estruturado da seguinte forma: após esse momento introdutório, apresentamos um levantamento inicial do estado da arte sobre a profissionalização da educação museal no Brasil e em outras realidades do mundo, evocando pesquisas anteriores feitas sobre o tema. A partir dessas informações, procuramos apresentar um panorama do desenvolvimento da área nos últimos dez anos no Brasil, colocando em perspectiva com outras realidades, buscando aproximações e distanciamentos. Em um terceiro momento do texto, apresentamos e analisamos os dados sobre profissionalização da PEMBrasil. Por último, mas não por fim, teceremos algumas considerações à guisa de conclusão deste texto, mas como provocações para a ampliação das discussões acerca da profissionalização da educação museal no Brasil.

Marco teórico

Os profissionais da educação museal no Brasil têm uma longa trajetória de atuação, desde aquele que é considerado o marco inicial da institucionalização dessa prática no Brasil, a criação em 1927, do Serviço

de Assistência ao Ensino do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A função inicial de recepção de públicos, em especial o escolar, foi ampliada e complexificada, assumindo contornos amplos de atuação, que envolvem desde a captação de recursos e gestão de pessoas, até a formação de profissionais da educação, o relacionamento com as comunidades, o desenvolvimento de programas culturais e exposições, a organização e a gestão de programas de voluntários, as ações de educação museal digital e os estudos de público, entre muitas outras ações que englobam o relacionamento com os diferentes públicos dos museus.

Essa multiplicidade de ações reflete a própria transformação que os museus sofreram ao longo do século XX e, mais especialmente, nas primeiras décadas do século XXI. A mudança do eixo de atuação, de instituições voltadas ao cuidado e estudo de coleções, para instituições voltadas aos públicos, colocou nas ações educacionais uma enorme responsabilidade, na medida em que muitos museus entendem que sua missão e relevância contemporânea passam pela atuação educacional. O crescimento do número de profissionais e aumento na criação de setores de educação nos museus é uma resposta à necessidade dessas instituições em melhorar e intensificar o relacionamento com diferentes estratos populacionais e alcançar aquilo que a PNEM define como educação museal, a

formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita. [...] a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la (Costa *et al.*, 2018, p. 74).

Mas quem são esses profissionais, responsáveis pelo relacionamento educacional dos museus com seus públicos? Como se dá sua formação profissional? E como essa formação se reflete na prática profissional e na capacidade de responder aos desafios de manter as instituições museais relevantes no mundo contemporâneo? Para começar a responder essas questões e traçar um panorama que ajude a

compreender a questão da profissionalização dos educadores museais, traremos alguns dados de pesquisas realizadas sobre o tema da educação museal no Brasil e no mundo.

Um primeiro levantamento que abordaremos foi a pesquisa realizada de forma colaborativa, durante o período da pandemia da covid-19, com os(as) educadores(as) museais no Brasil (Almeida *et al.*, 2021). Essa pesquisa foi motivada a partir de uma série de reuniões realizadas no início da pandemia, quando, devido aos museus fechados, educadores em diversos pontos do país foram demitidos e/ou desmobilizados por suas instituições. Frente a essa situação, a coordenação da seção brasileira do Comitê para Educação e Ação Cultural (Ceca-BR) do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Comitê Gestor da Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil) iniciaram uma série de reuniões com o intuito de oferecer suporte a essa situação e propor ações mitigadoras. Entre as várias ações desenvolvidas, foi proposta a realização de uma pesquisa sobre a prática da educação museal durante a pandemia da covid-19. A pesquisa levantou o perfil dos educadores(as) museais, aspectos da sua formação e situação profissional.

Foram coletadas 266 respostas válidas¹ que apontaram um perfil de respondentes majoritariamente do sexo feminino (69%), entre 25 e 44 anos (60%) e branca (65%). Todos os respondentes trabalhavam em museus ou instituições culturais, sendo que 17,6% (47) atuavam na função há mais de dez anos. Desses, a maioria (55,3%) é gestor/chefe. Já os que trabalhavam há menos de um ano (45) eram, em sua maior parte, educadores (40%) e estagiários ou bolsistas (17,8%).

Dois aspectos são levantados a partir desses dados, e que trazem elementos importantes para a discussão da profissionalização do educador museal no Brasil. O primeiro diz respeito à denominação da função de educador museal, que aparece indicado pelos respondentes das mais diversas formas, incluindo mediador, bolsista, orientador etc. Frente a essa diversidade, as autoras optaram por categorizar as respostas da seguinte maneira:

‘Educador/a ou mediador/a’, ‘Estagiário/a ou bolsista’, ‘Gestor/diretor/ coordenador/a da área educativa ou serviço educativo’, ‘Orientador/a de público’, ‘Pesquisador/a’ e ‘Museólogo/a’, além de ‘outros’. Em ‘outros’, apareceram respostas como ‘historiador’, ‘antropólogo’, ‘pedagogo’, ‘astrônomo’, entre outras (Almeida *et al.*, 2021, p. 236).

A categorização proposta pelas pesquisadoras evidencia como a área ainda não possui uma denominação única para a função de educador museal. A presença da categoria “outros”, englobando denominações profissionais e áreas de formação diversas, também mostra como a denominação de educador museal não é incorporada pelas equipes que atuam nos museus, apesar de as funções educativas também serem exercidas por esses profissionais. Nesse mesmo sentido, as autoras apontam o fato de que, no geral, e principalmente em museus de pequeno porte, os profissionais exercem múltiplas funções, incluindo as de educador museal.

Por outro lado, é importante ressaltar que, historicamente, as práticas educacionais ocupam um lugar contestado nessas instituições (Martins, 2011; Valente, 1995), o que pode ajudar a explicar o não uso da denominação profissional de educador pelos respondentes.

O segundo aspecto levantado pela pesquisa diz respeito ao tempo de atuação nos museus, bem como às tipologias de contratação. É evidente, pelos dados apresentados, que a função de educador é exercida em diferentes níveis, que vão dos estagiários ao coordenador/diretor. O tempo de atuação é um fator relevante que influencia os diferentes níveis hierárquicos existentes entre as pessoas que responderam à pesquisa que buscava mapear a educação museal no Brasil. Ou seja, quanto mais tempo atuando nos museus, maior a probabilidade de que o educador esteja em um cargo de gestão – supervisor, coordenador, diretor etc. Dessa forma, os dados da pesquisa mostram que das 47 pessoas que atuam há mais de dez anos, 26 são gestores/chefes (55,3%) e apenas 11 são educadores (23,4%).

Outro aspecto importante revelado pelas autoras foi o formato de contratação, sobretudo quando relacionado ao tipo de tutela das instituições. Nas duas rodadas da pesquisa, foram citados 181 instituições, museus e empresas como local de trabalho dos respondentes. A maior parte dos respondentes trabalhava em 130 instituições públicas (71,8% das instituições citadas): 110 têm gestão pública e 20 têm gestão por organização social. Já os tipos de vínculo com as instituições são variados, sendo os mais frequentes as contratações como servidores públicos – federais, estaduais e municipais – e por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Não obstante, notamos que há diversas formas de contrato de trabalho nas instituições/nos museus públicos com gestão pública. Essa variedade de vínculos expressa a contratação sem concurso público, além da fragilidade de situações trabalhistas experimentadas por parcela significativa dos educadores museais – dados que se aproximam dos resultados encontrados por Norberto Rocha e demais autores (2021) em pesquisa realizada com 298 educadores museais brasileiros de instituições dedicadas à ciência e à tecnologia.

Outra importante pesquisa que colabora para o delineamento de um perfil do profissional de educação museal no Brasil foi feita no âmbito do doutoramento de Kamylla Passos dos Santos (2023), na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Na ocasião, a pesquisadora, também educadora museal, obteve respostas de 444 pessoas em todo o território nacional. Ao analisar o perfil de gênero das pessoas entrevistadas, a pesquisadora identifica que 66% (294) das respostas vieram de mulher cisgênero e 26% (115) de homem cisgênero. Assim, Passos dos Santos já apresenta aproximações com Almeida e demais autores (2021), em que, como vimos, a maioria também é do gênero feminino. Passos dos Santos ainda recupera outras investigações para corroborar os seus resultados, como o estudo de Carlétti (2016) em que participaram 56,2% mulheres, e de Massarani e demais autoras (2022) que também teve maioria do sexo feminino entre as respostas. Veremos mais à frente que tais resultados coincidem com aqueles encontrados pela PEMBrasil.

Embora outros aspectos pudessem ser abordados, considerando a centralidade da questão da profissionalização, nos debruçamos com um pouco mais de rigor na questão da formação, uma vez que compreendemos ser esta hoje o ponto mais crítico dessa discussão. Destacamos que, apesar dos avanços das últimas décadas, não há, no Brasil, produção sistemática de dados sobre o número e as características das áreas educativas de todos os museus e sobre os profissionais formados ou em formação que atuam como educadores museais. Desse modo, não há um consenso sobre quais seriam os conteúdos necessários à formação de um profissional da educação museal.

As pesquisas até aqui apresentadas abordam esse tema em maior ou menor profundidade, mas em sua totalidade buscando compreender quais são as formações dos profissionais que atuam hoje nesse campo, tanto em relação ao grau de escolaridade quanto à natureza da formação. Passos dos Santos (2023) encontra como resultado de sua investigação que um total de 93% (414) das pessoas entrevistadas possuem graduação, o que, segundo a pesquisadora, contraria o cenário indicado em outras pesquisas e a um senso comum. Ela identifica que, no estudo de Carlétti (2016), apenas 37,2% das(os) mediadoras(es) têm graduação completa e, em estudo apresentado por Massarani e demais autoras (2022), apenas 35,6% das pessoas contam com graduação completa, enquanto 35,2% possuem apenas o ensino médio completo. Entretanto, os dados obtidos por Passos dos Santos (2023) dialogam com aqueles expressos na PEMBrasil, uma vez que os resultados indicaram que os(as) profissionais de educação museal apresentam altos níveis de formação acadêmica. Aqueles que possuem algum tipo de formação em nível superior representam 85,6% (587) do total, sendo que 61,8% (425) possuem algum nível de pós-graduação.

Quanto à natureza da formação, foram encontrados caminhos variados, mas que apontam para um padrão. Na pesquisa de Passos dos Santos (2023), é identificado um predomínio da História, das Artes e, em seguida, da Museologia. Sendo História e Artes em modo de licen-

ciaturas e Museologia como bacharelado. Há também uma incidência significativa de profissionais com formação em Pedagogia.

O que revelam os dados da PEMBrasil

Assim como as pesquisas apresentadas anteriormente, a PEMBrasil se dedicou, entre outros aspectos, a conhecer o perfil dos profissionais que atuam com educação museal no Brasil. Como a função *educador(a) museal* não está oficialmente listada no Cadastro Brasileiro de Ocupações, além do desafio de elencar quais características definiriam essa função profissional, não existe uma base de dados que nos permita aferir a quantidade aproximada de pessoas em atuação. Desse modo, os dados analisados pela PEMBrasil dizem respeito às respostas daqueles(as) que participaram da pesquisa como indivíduos, somadas às respostas de educadores(as) que representaram instituições museais, totalizando 687 respostas, sendo 484 indivíduos e 215 educadores(as) museais representantes de museus.

Com vistas a identificar esse profissional, a pesquisa trouxe questões como perfil socioeconômico, incluindo dados sobre localização geográfica, gênero, raça e faixa etária. Em relação ao gênero, raça e faixa etária, a PEMBrasil acompanha o relatado pela pesquisa Ceca BR/REMBR ao identificar uma maioria de mulheres cisgênero brancas com idade entre 25 e 60 anos, esse perfil foi responsável pela seguinte porcentagem de respostas: mulheres cisgênero (64,9%) e por pessoas brancas (57,2%), com idades entre 26 e 40 anos (43,2%) e 41 e 60 anos (36,1%). Ressaltando aqui que se tratam de mulheres cisgênero, pois a PEMBrasil não foi respondida por nenhuma das mulheres trans que atuam com educação museal hoje no Brasil. Apesar da carência de um mapeamento das pessoas trans atuantes na educação museal, a partir da nossa relação com o campo, é possível afirmar a existência dessas pessoas.

Seguindo no perfil socioeconômico, a PEMBrasil reflete a concentração de espaços museológicos, e conseqüentemente de pessoas edu-

adoras museais, nos grandes centros urbanos da região Sudeste do país, mais precisamente nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse dado está alinhado com o fato de que a mobilização para participação na PEMBrasil foi significativamente mais expressiva nesses locais.

Em relação à faixa etária, 79,3% (545) das respostas são de pessoas entre 26 e 60 anos. Nota-se, portanto, que há uma diversidade de gerações atuando nas práticas educativas de museus brasileiros, embora as faixas acima de 60 anos e abaixo de 25 não apresentem expressividade. Esse dado, ao ser apresentado ao campo, tem causado certo estranhamento, considerando que nas grandes capitais é comum se verificar uma quantidade significativa de estagiários de graduação com idade inferior aos 26 anos ocupando a função da educação museal. Essa percepção empírica que destoa dos dados apresentados na pesquisa pode ser explicada pelo alcance desta. Considerando que cerca de metade dos museus respondentes da pesquisa são instituições públicas de pequeno porte, com até cinco funcionários e localizadas no interior dos estados, é possível que grande parte desses profissionais em formação não tenham respondido a pesquisa. Essa hipótese ganha força quando se afere os dados referentes ao grau de escolaridade e remuneração.

Adentrando na questão eleita aqui como sendo prioritária para o momento em torno da discussão da profissionalização da educação museal, exploramos os dados da PEMBrasil em diálogo com aqueles já apresentados até aqui.

Como mencionado anteriormente, não há uma formação específica para educadores(as) museais no Brasil. Desse modo, os caminhos pelos quais as pessoas se preparam para exercer essa atividade profissional são bastante variados e que foi, como esperado, refletido pela PEMBrasil. A formação dos(as) educadores(as) museais é multidisciplinar, havendo uma concentração nas áreas de humanidades. História (24,9%, 168), artes (20,9%, 142) e museologia (18,6%, 125) captaram as maiorias das respostas, englobando 64,4% dos respondentes. Nota-se que esse dado replica o encontrado por Passos dos Santos (2023) em sua investigação

e corrobora a percepção empírica da presença de profissionais oriundos das diversas licenciaturas e, também, dos bacharelados em Museologia como sendo a maioria dos(as) profissionais que atuam nesse campo. Os achados da opção “outros” acrescentam mais elementos confirmatórios dessa percepção quando as áreas mais recorrentes são letras/literatura, turismo, comunicação social, arquitetura e geografia.

As discussões sobre qual deve ser a formação comum de um educador museal tem avançado nos últimos anos, mas parecem distantes de um consenso. Sobre esse ponto, a PNEM aponta no item “e” do Eixo II a importância de:

potencializar o conhecimento específico da educação museal de forma a consolidar esse campo, por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados, do intercâmbio de experiências e do estímulo à viabilização de cursos de nível superior em educação museal [...] (Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p. 130).

Entretanto, o entendimento de como seriam esses cursos de nível superior em educação museal tem sido motivo de discussões acaloradas assim como as que precederam a aprovação da política. Alguns acreditavam dever existir uma graduação em educação museal, transformando essa habilitação numa formação superior inicial, enquanto uma quantidade significativa defendeu que a educação museal deve ser uma formação continuada em pós-graduação, preferencialmente especialização *lato sensu*, que amplie os horizontes das infinitas possibilidades de formações iniciais existentes hoje, conforme apontam as pesquisas.

Atualizando as questões sobre formação registradas e refletidas na PNEM, ressaltamos aqui os novos desafios advindos com a pandemia e como estes acrescentaram questões para o desafio da formação como a utilização de ferramentas digitais e *on-line* nas ações educativas; a conciliação do trabalho remoto com os afazeres domésticos; as questões de saúde física e mental; bem como o acesso ao material e aos recursos necessários para o trabalho. A pesquisa Ceca BR/REM Brasil que

apontou, nos meses iniciais da pandemia, a falta de formação da equipe como o principal desafio para a realização de ações digitais.

Percebe-se a urgência de avançar nessa discussão quando nos deparamos com os dados de remuneração média para a educação museal hoje no Brasil. Em relação à remuneração mensal dos(as) educadores(as) museais, 35,6% (243) recebem de um a três salários-mínimos e 28,3% (193) dos(as) respondentes afirmam receber de três a seis salários-mínimos. Salienta-se ainda que 23,5% (158) recebem entre meio e um salário-mínimo. É deveras preocupante observar que a elevada escolarização e a variedade de formação não estão refletidas nos salários médios, confirmando a perceptível desvalorização desses(as) profissionais. A preocupação é ampliada quando verificamos a existência ou não e os tipos de vínculos institucionais. Entre os(as) educadores(as) museais que responderam como indivíduos, ou seja, que não representam museus, 73,7% (357) afirmaram possuir algum tipo de vínculo com instituições museais. Dos 26,2% (127) que não possuem vínculo, 34,4% (44) tiveram seus contratos encerrados no período de 2020 a 2022, entre os quais apenas 7,1% (9) afirmaram que tal desvinculação se deu em decorrência da pandemia da covid-19. Esse dado pode ser cruzado com a pesquisa Ceca BR/REM Brasil, nela, os resultados revelam que 24% das instituições museais realizaram demissões de profissionais da educação museal e em 3% delas há suspensão de contratos e projetos educativos.

Uma área de atuação já comumente precarizada foi também uma das mais atingidas pelos efeitos da pandemia no campo dos museus impactando sobretudo a duração dos vínculos profissionais do campo. Sobre esse ponto, a PEMBrasil elaborou dois questionamentos. O primeiro, para educadores(as) museais representantes de instituições museais (203), a fim de saber o tempo médio de atuação profissional nos espaços. A maioria dos(as) respondentes (32,5%, 66) declarou atuar há mais de dez anos no museu, seguidos de 24,1% (24) que já acumulam cinco a dez anos de serviço. Em um segundo momento, buscou-se analisar o tempo de atuação dos(as) educadores(as) participantes da pesquisa no

campo, com ou sem existência de vínculo institucional (687). Destes, 33,5% (230) afirmaram atuar no campo há mais de dez anos e 22,6% (155) de cinco a dez anos. Se, por um lado, a pesquisa revela que os vínculos na educação museal podem ser duradouros, é pertinente ressaltar o perfil das pessoas respondentes. É pertinente ressaltar que pessoas na faixa etária entre 17 e 25 anos, empiricamente identificadas como as sujeitas à maior rotatividade nos setores educativos, representam apenas 10,1% dos respondentes da pesquisa.

Outro ponto importante a ser analisado com vistas a se pensar a profissionalização e valorização do educador museal é relativo aos tipos de vínculos mais frequentes no campo. A pesquisa aponta que o serviço público emprega 35,7% (245) dos(as) profissionais de educação museal entre concursados(as), comissionados(as), temporários(as), o que pode estar relacionado com o fato de que 68,6% (459) dos museus respondentes da PEMBrasil são públicos. O vínculo empregatício via CLT foi apontado por 26,5% (182) dos(as) respondentes, sendo 17,0% (117) com contratação via museu e 9,5% (65) terceirizados(as).

A vinculação através de estágios e recebimento de bolsas representa, respectivamente, 12,2% (84) e 3,8% (26). Esses indicadores são relevantes para a discussão sobre a precarização das relações de trabalho no campo, uma vez que, mesmo com mais da metade das pessoas sinalizando estarem em vínculos consistentes como o serviço público ou CLT, ainda assim há a predominância de baixos salários. Percebe-se também que a pesquisa não traz elementos sobre a questão da contratação de Pessoa Jurídica através dos registros de Microempreendedores Individuais, os conhecidos MEIs. Considerando, sobretudo, o contexto da região Sudeste, onde a prática é cada vez mais frequente, é relevante que seja realizado um levantamento específico dessa realidade.

Os tipos de vínculos a serem empregados impactam diretamente na qualidade do serviço prestado ao público final. Apontamos aqui a importância da dedicação exclusiva à função educativa por parte dos profissionais contratados para esse fim, de modo que a carga horária deste

seja totalmente dedicada a essas práticas. Na PEMBrasil, os dados relativos à carga horária dedicada às práticas de educação museal revelaram um contexto bastante variado. 25,4% (174) dos(as) educadores(as) afirmaram dedicar cerca de um quarto da carga horária semanal, enquanto a mesma quantidade de respondentes (25,4%, 174) informou alocar acima de 76% do tempo. Por sua vez, 27,3% (187) dos(as) educadores(as) destinam 26% a 50% da carga horária às práticas educativas e 22,0% (151) afirmaram dedicar 51% a 75% do tempo.

Nomenclatura e organização

Para além da questão da formação, outro ponto importante a se discutir diz respeito à nomenclatura da função. Apesar de parecer algo menos importante, entendemos que qualquer tentativa de formalização da ocupação de educador museal precisará, necessariamente, atravessar essa discussão.

Em uma questão de múltipla escolha direcionada a representantes das instituições museais e indivíduos que trabalham no campo, a PEM-Brasil buscou designar as nomenclaturas das funções exercidas pelos(as) profissionais da educação museal. Entre as 1.075 respostas coletadas, o termo “educador(a)” foi identificado com maior recorrência (51,5%, 554), seguido de “mediador(a)” (42,7%, 459). Na sequência, aparecem categorias como “monitor(a)” (25%, 269) e “guia” (14,2%, 153). Nota-se que os termos mais utilizados, “educador(a)” e “mediador(a)”, estão alinhados com a proposta dialógica da educação museal e da PNEM. Outros termos comumente utilizados como “orientador(a)” (11,9%, 128) e “explicador(a)” (3,6%, 39) aparecem com menor relevância nas respostas dessa pesquisa. A análise da opção “outros”, que captou 14,6% (157) de respostas abertas, ressalta o fato de que em muitas instituições não há uma nomenclatura específica para designar as pessoas que trabalham com atividades educativas. Entre os termos mencionados na categoria “outros”, “coordenador(a)” aparece com maior recorrência, com

8,2% (13), o que evidencia uma possível confusão entre a nomenclatura da ocupação e a hierarquia exercida na função.

O resultado que aponta a preferência pelo termo “educador(a)” traz alento. Os termos “monitor(a)” e “guia” remetem à ideia de condução unilateral do processo, muito embora saibamos que adequar a nomenclatura não seja suficiente para garantir processos dialógicos, uma padronização a partir da perspectiva epistemológica da educação pode apontar caminhos para a revisão das práticas. Outro termo que causa uma significativa confusão é o de “mediador”, uma vez que este anuncia a aplicação de uma prática indispensável ao processo educativo, mas que não o resume. Em suma, todo educador deve ser um mediador, mas a educação não se limita à prática da mediação. Assim, entendemos que o termo “educador(a) museal” hoje atende à complexidade de uma carreira que necessariamente vai atravessar diversas práticas desde a mediação direta com o público à gestão de setores educativos.

Em relação à diversidade de possibilidades de atuação como educador(a) museal, ressalta-se aqui a produção e difusão de conhecimento em educação museal. A PEMBrasil traz informações sobre esse ponto. Em uma pergunta direcionada somente aos educadores(as) que não necessariamente possuem vínculo com instituições museais acerca da divulgação de conhecimento sobre o campo, 60,7% (294) afirmaram se dedicar à produção e difusão de algum produto ou atividade educativa. As formas mais frequentes, selecionadas sob a opção de múltipla escolha, foram realização de eventos, capacitações e treinamentos (54,8%, 161); apresentação de trabalhos em congressos, palestras, conferências e outros (52,7%, 154); e publicações acadêmicas, tais como artigos, livros e revistas (52,4%, 155). Os dados refletem o alto nível de escolarização do campo e a aproximação com o meio acadêmico como forma de difusão.

Outros produtos também receberam certo destaque, como publicações não acadêmicas para canais de museus (31,0%, 91), produções audiovisuais (22,1%, 65) e *podcasts/lives* (16,3%, 48). Os resultados evi-

denciam que há uma robusta produção de conhecimento sobre educação museal e a maior parte dessas produções são difundidas em eventos de caráter acadêmico. Os produtos digitais como publicações em canais próprios do museu, audiovisuais e *podcasts/lives* sugerem um reflexo do período pandêmico em que essas produções passaram a ocupar papel privilegiado entre as atividades educativas dos museus brasileiros. Todas essas pessoas que cotidianamente produzem conhecimento sobre a educação museal são também educadoras.

E apontando caminhos para a materialização dessa pretensa formalização e valorização de uma ocupação educador(a) museal, temos hoje uma possibilidade promissora na organização do campo a partir das redes de educadores. Atualmente, as redes se configuram como espaços de fortalecimento da educação museal a partir da troca de experiências práticas, da reflexão científico-teórica e da elaboração e implementação de políticas públicas e com orientação para o exercício da democracia a partir da pluralidade e multiplicidade de vozes do campo.

No último levantamento feito pelo Grupo de Trabalho (GT) Eleições da REM Brasil, em 2022, foi identificada a existência das seguintes Redes de Educadores em Museus (REMs) no Brasil:

Quadro 1 – Distribuição das Redes de Educadores em Museus por estados brasileiros

Em 2022	REMs ativas	Processos em construção ou inativas
Região Norte	Pará	Amapá
Região Nordeste	Ceará, Bahia, Paraíba e Maranhão	Pernambuco, Piauí e Sergipe
Região Centro-Oeste	Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e DF	
Região Sul	Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná	
Região Sudeste	Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Essa capilarização das REMs tem sido, nos últimos anos, o motor da participação social no campo brasileiro da educação museal. A partir dessa mobilização, é possível estabelecer canais de comunicação que

possibilitam acesso a informações sobre a realidade brasileira, sobretudo ao Instituto Brasileiro de Museus, autarquia federal responsável pelas políticas públicas para os museus no Brasil.

Entretanto, apesar dessa atuação marcante das redes, os dados levantados pela PEMBrasil sobre conhecimento das redes e atuação nesses coletivos são motivos de relativa preocupação. Em relação ao conhecimento e participação das redes de educação museal pelos(as) profissionais do campo, observa-se que a maioria dos(as) educadores(as) (68,2%, 468) é familiarizado(a) com alguma rede. Por outro lado, destes apenas 36,3% (167) participam de uma rede. É importante que os profissionais que hoje estão organizados em redes busquem compreender as razões pelas quais ter conhecimento das redes não necessariamente se traduz em adesão. A partir de tudo que já elencamos até aqui, é possível suspeitar que, por se tratar de uma adesão voluntária e que demanda tempo para atuação, a precarização dos vínculos não incentiva esses profissionais a participarem.

Conclusão

Os dados apresentados evidenciam os desafios a serem enfrentados para a formalização e valorização do trabalho de pessoas que atuam na educação museal. O primeiro desafio diz respeito à promoção da diversidade e inclusão de grupos sociais minoritários nas equipes, tanto como educadores(as) quanto como gestores(as). Outro desafio está expresso na disparidade entre o alto nível de formação acadêmica dos profissionais e a relativamente baixa remuneração do campo. O que também surpreende levando em consideração a diversidade de formações, a prevalência de vínculos consistentes e o tempo de atuação na área. Há ainda um ponto que reflete a falta de uniformização na formação da educação museal brasileira. Não havendo uma formação comum, muitas são as formas de nomear os(as) profissionais do campo. Sendo uma meta desse campo inserir-se no Cadastro Brasileiro de Ocupações,

a nomenclatura dessa profissão precisará ser definida, o que é relevante e necessário para a implementação de políticas públicas para o campo. Destaca-se, nesse sentido, outro ponto presente no Eixo II da PNEM que versa sobre a valorização do(a) profissional da educação museal, a formalização da profissão, o estabelecimento de planos de carreira, a realização de concursos públicos e a equiparação salarial.

Com vistas a concluir apenas e tão somente este texto, justamente por reconhecer que as discussões estão apenas começando, nos perguntamos: para onde vai a profissão do educador museal no Brasil? O que almejamos enquanto profissionais? Uma profissão reconhecida e regulamentada com atribuições definidas e exclusivas? Qual a formação mínima necessária para forjar esse profissional?

Essas são perguntas com muitas possibilidades de respostas. Sabemos que não serão conversas fáceis nem rápidas dada a pluralidade de atores que atuam no campo com perspectivas e interesses distintos. Entretanto, é urgente que essa pauta ocupe as discussões dos coletivos e os consensos sejam paulatinamente criados. Ressaltando, inclusive, a importância de que essa diversidade seja preservada na profissionalização e pretensa formalização. Como dito acima, há uma diversidade de atuações possíveis no campo da educação museal, desde os orientadores de público, aos mediadores e gestores, passando pelos pesquisadores e professores. Todos esses são educadores e importantes no que podemos chamar aqui de *ecossistema da educação museal*.

Referências

ALMEIDA, A. *et al.* Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 226-243, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355383368_Como_podemos_conhecer_a_pratica_da_educacao_museal_no_Brasil_em_tempos_de_pandemia_de_Covid-19_Relato_de_uma_pesquisa_colaborativa. Acesso em: 13 mar. 2024.

- CANEDO, D. P. *et al.* *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final.* Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria; Ibram, 2023.
- CARLÉTTI, C. *Mediadores de centros e museus de ciência brasileiros: quem são esses atores-chave na mediação entre a ciência e o público?* 2016. Tese (Doutorado em Ciências) – Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- COSTA, A. *et al.* Educação Museal. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal.* Brasília, DF: Ibram, 2018. p.73-77.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal.* Brasília, DF: Ibram, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 153, p. 91, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/08/2021&jornal=515&pagina=92&totalArquivos=155>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- MARTINS, L. C. *A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia.* 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PASSOS DOS SANTOS, K. K. *Educação Museal e Feminismos no Brasil: Silenciamentos, Estranhamentos e Diálogos a Partir de um Olhar Interseccional e Decolonial.* 2023. Tese (Doutorado em Museologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Educação e Administração, Lisboa, 2023. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/items/738628f6-5cc2-42b7-b410-4fb8e6a1dda1>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- ROCHA, J. *et al.* Acessibilidade em museus de ciências: a perspectiva de mediadores brasileiros. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais, [Aracaju]*, v. 9, n. 1, p. 103-120, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9511/4421>. Acesso em: 18 dez. 2023.

VALENTE, M. E. A. *Educação em museu*. O público de hoje no museu de ontem. 1995. Dissertação (Mestrado Museologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

Nota

- 1 A pesquisa foi realizada em duas rodadas. A primeira obteve 213 respostas válidas e a segunda 59.

Dinâmicas e desafios do fazer educativo nos museus

Amanda Haubert

Fabiana Sales

Introdução

O primeiro capítulo da “Pesquisa Educação Museal Brasil – Práticas e atividades educativas” buscou mapear as ações educativas desenvolvidas nos museus, trazendo informações sobre como tais ações são operadas e preenchendo uma importante lacuna no campo da educação em museus, haja vista que muito do que se encontra sistematizado sobre o tema aborda experiências isoladas. A partir dos dados trazidos pela Pesquisa Nacional de Práticas

Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), será possível pensar as práticas educativas dos museus por meio de dados coletados nas cinco regiões brasileiras, revelando a diversidade que também se manifesta nas nossas instituições museais.

Com esse intuito, foram investigados diferentes fatores, tais como: a tipificação das atividades educativas; os públicos atendidos pelos museus; o desenvolvimento de parcerias; o trabalho realizado com participação das comunidades; elementos de acessibilidade nos museus; estratégias de comunicação e principais desafios enfrentados no terreno das práticas educativas dentro da realidade dos museus que participaram da pesquisa.

O objetivo deste texto, por sua vez, é colocar em evidência os resultados que se sobressaem nos pontos investigados, à luz das vivências das autoras, sendo uma delas educadora com mais de dez anos de atuação em um museu histórico tradicional e a outra, artista, produtora cultural e pesquisadora que vem, nos últimos três anos, trabalhando no levantamento de indicadores para o setor cultural, além de ser integrante da equipe de desenvolvimento da PEMBrasil.

Quando pensamos sobre a função social dos museus, percebemos um destaque no que toca o seu papel educativo, visto que ele ocupa um lugar dominante na formação histórica do conceito de museu. Porém, o entendimento sobre o papel educativo e cultural do museu sofreu transformações até chegar na sua configuração atual. A museóloga Marcelle Pereira (2010) categoriza a evolução histórica das funções educativas dos museus em cinco dimensões: contemplativa; cívica; democrática; escolar; e a dimensão mais recente, a socioeducativa, a qual enfatiza as práticas museológicas a partir das reflexões sobre os desafios sociais.

A educação sempre esteve presente no universo dos museus, mas a sua função educativa se consolidou conforme os museus passaram a considerar a importância de atender ao público visitante com propostas mais formalizadas, o que culminou em uma maior preocupação com

os resultados, alcance das práticas, aumento do público e visibilidade institucional (Pereira, 2010).

Se considerarmos a função socioeducativa do museu como espaço formador de pessoas críticas e conscientes de sua própria história e das questões culturais e sociais que atravessam a sua existência, podemos concluir que o museu tem um papel crucial a desempenhar no processo de democratização da cultura e do conhecimento.

Como são desenvolvidas as atividades educativas nos museus brasileiros

Para dar início às reflexões trazidas pelos resultados da PEMBrasil, é importante pontuar as seguintes questões: o que exatamente caracteriza uma ação educativa num museu? É possível prescindir da presença do público numa ação educativa? Cunha (2019, p. 11) oferece uma resposta à primeira questão, em que pese o protagonismo dado às exposições e ao acervo, no cenário do fazer educativo nos museus:

Nesse sentido, a função educativa do museu deve ocorrer por meio de ações conscientes e planejadas do seu trabalho educacional para mediar satisfatoriamente o contato do público com a exposição apresentada. Nesse contexto, o acervo do museu é o meio pelo qual essa instituição mantém uma relação com a sociedade e expressa qual é a sua missão. Em geral, essas ações que visam proporcionar ao público a apreensão e assimilação de conceitos e ideias presentes na exposição gerando assim um processo de educação no museu são chamadas de ações educativas.

De acordo com a PEMBrasil, a grande maioria dos museus brasileiros (86,5%) oferece atividades educativas com grande frequência, o que significa dizer diariamente, semanal ou mensalmente. Dentro desse universo, contudo, apenas 44,9% dos museus oferecem ações educativas todos os dias.

E quais seriam essas ações educativas realizadas com grande frequência? As ações mais comuns no cotidiano dos museus são as visitas acompanhadas (93,2%), seguidas da oferta de cursos e oficinas (46,4%) e da realização de eventos (46,3%). Destaca-se, nesse panorama, uma variedade significativa de atividades consideradas educativas. O termo “evento”, por sua vez, aplica-se a ações semelhantes às atividades acadêmicas/universitárias, tais como: conferências, seminários, palestras, debates etc. Importante marcar que foi considerada como uma ação educativa a produção de recursos educacionais analógicos ou digitais – manuais, cartilhas, aplicativos, vídeos etc. –, ação que prescinde da presença/participação direta do público para sua realização.

A pesquisa revelou que os espaços expositivos (85,7%), as áreas externas ao museu (51,1%) e as salas específicas de uso prioritário do educativo (38,0%) são os locais onde essas atividades são realizadas com mais frequência. Todavia, sabe-se que existem museus com áreas externas à edificação que também funcionam como espaços expositivos, a exemplo do que se observa no Museu da Abolição, em Recife (PE) (Figura 1). Por outro lado, as atividades desenvolvidas em salas dedicadas prioritariamente ao atendimento educativo podem ou não estar relacionadas ao conteúdo das exposições presentes no museu. Esses pontos são válidos para pensar o peso que as exposições e suas respectivas narrativas possuem no desenvolvimento das ações educativas.

Figura 1 – Exposição fotográfica Afrografia II no Museu da Abolição



Fotógrafo: Ronald Santos Cruz.

Um ponto interessante revelado pela pesquisa traz as atividades mais recorrentes na atuação profissional dos educadores museais que possuem ou não vínculo com museus. Eles realizam a formulação e planejamento de programas, projetos e atividades (74,2%); estudos

e pesquisas (68,4%); produção de eventos (59,5%); articulação com professores (58,1%); desenvolvimento de estratégias de comunicação e relacionamento com o público (53,7%); elaboração e sistematização de registros das ações desenvolvidas (43,4%); desenvolvimento da gestão do educativo (25,8%); e atribuições decorrentes da participação em Redes de Educadores de Museus (REMs) ou semelhantes (9,9%). Percebe-se, a partir desses números, que o leque de atribuições desses profissionais é bastante diversificado e plural, demandando conhecimentos de áreas transversais, a exemplo de comunicação, pesquisa, produção cultural e gestão.

Quando perguntados sobre *ações extramuros*, apenas 34,4% dos museus realizam esse tipo de atividade com frequência diária, semanal, quinzenal ou mensal. Entre estes, apenas 17,9% afirmaram realizar mensalmente, o que indica que oferecer ações educativas fora do espaço museal ainda é um desafio para muitas instituições.

As atividades extramuros desempenham um papel significativo na superação das barreiras relacionadas às questões socioeconômicas e/ou culturais que muitas vezes afastam as pessoas dos museus. Essas iniciativas são desenvolvidas fora dos muros das instituições e têm o potencial de estabelecer novas formas de interação, atingindo públicos que, de outra forma, poderiam se sentir inadequados ou inseguros ao entrar em um espaço museal.

Essa atuação dos museus fora dos seus limites físicos e junto à comunidade – podendo ocorrer nas escolas, em espaços públicos, em associações de bairro etc. – não apenas cria oportunidades para a compreensão da cultura, arte e história dos locais, mas também pode estabelecer bases para construção de parcerias significativas entre as instituições e as comunidades do entorno do museu.

As ações extramuros são ferramentas com grande potencial para envolver ativamente as pessoas em atividades culturais e educacionais e transformar o seu olhar em relação aos museus, tradicionalmente vistos como espaços de poder, reprodutores de discursos coloniais que,

na maioria das vezes, em nada dialogam com a realidade vivida pelas classes em situação de vulnerabilidade, especialmente, as periféricas. A realização de ações extramuros também pode ser compreendida no âmbito da promoção de acessibilidade à própria atuação dos museus.

Os(as) educadores(as) museais que responderam como indivíduos – que não representam museus – também foram questionados(as) sobre a frequência com que realizam ou realizavam atividades educativas extramuros. Nesse segmento, por sua vez, a maioria (34,1%) afirmou que realiza/realizou atividades dessa natureza às vezes. Educadores(as) que afirmaram uma frequência maior (sempre, muitas vezes) representaram 30,6% dos(as) respondentes. Aqueles que raramente ou nunca realizam/realizaram atividades educativas fora do museu representam, juntos, 35,3% dos(as) respondentes.

No tocante à *comunicação* das atividades educativas, e confirmando um dado já esperado, a pesquisa evidenciou que os principais recursos empregados na divulgação de atividades educativas são as redes sociais (92,2%), seguidas pela comunicação via *e-mail* (50,7%). Em terceiro lugar, aparece o uso da imprensa (43,4%).

Não surpreende o fato de os museus terem se adaptado às formas de comunicação mais usuais na contemporaneidade, sobretudo, porque o uso das redes sociais tem baixo custo, permite interação direta e imediata com diferentes perfis de públicos, funciona não apenas como canal de veiculação de informações, mas também oferece oportunidade de percepção e resposta por parte das pessoas, e ainda permite o desenvolvimento de ações propriamente educativas em formato virtual.

Nesse quesito, é importante chamar a atenção para duas questões e a primeira delas diz respeito ao acesso da população à internet. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de domicílios com conexão à internet por banda larga móvel caiu de 81,2% para 79,2%, enquanto o percentual da banda larga fixa aumentou de 78% para 83,5% (Nery; Britto, 2022). O IBGE informa que, em 2021, a internet alcançou 90% dos domicílios brasileiros. Temos,

a partir desses números, um cenário em que a maior parte da população tem acesso à internet no país, mas ainda existe um universo de 10% de brasileiras e brasileiros sem possibilidade de conexão com a rede mundial de computadores, o que significa dizer sem acesso aos conteúdos produzidos e veiculados pelos museus nesse ambiente (Nery; Britto, 2022).

A segunda questão diz respeito ao tráfego de conteúdo nas redes sociais e à forma como ele é determinado pelo chamado “algoritmo”. Os algoritmos são responsáveis por identificar e distribuir as publicações que são mais ou menos interessantes para cada usuário(a), direcionando-os(as) de forma automática, a partir do mapeamento de fatores previamente identificados como interesses, comportamentos de navegação, interações passadas com determinados conteúdos, informações demográficas, entre outros. Os algoritmos criam as chamadas bolhas sociais, no ambiente virtual, de acordo com o tipo de conteúdo que as pessoas consomem nas suas telas (Pellizari; Barreto Junior, 2019).

Retomando as publicações produzidas e veiculadas pelos museus, isso significa que essas publicações atingem apenas aquelas pessoas que já demonstraram interesse por esse tipo de temática. Ao se comunicar principalmente por meio das redes sociais, os museus se limitam a falar para um nicho e, involuntariamente, ainda que, conscientemente, excluem a possibilidade de alcance de novas audiências.

Já no que diz respeito aos diferentes *públicos* alcançados pelas ações educativas dos museus, constatou-se que o público estudantil, considerando os níveis de ensino fundamental, médio e ensino superior, é o maior beneficiado pelo serviço educativo ofertado pelos museus, destacando-se ainda os professores como público de interesse. Esse dado reforça uma ideia muito difundida de que o museu promove uma educação não formal que complementa o serviço prestado pelas redes formais de ensino.

Na outra ponta, entre os públicos menos contemplados nas ações educativas, temos os grupos indígenas, quilombolas e/ou comunidades

tradicionais e a comunidade de pessoas LGBTQIAPN+¹, o que nos apresenta um dado preocupante: a baixa incidência das questões relativas à diversidade de raça, gênero e orientação sexual no trabalho desenvolvido pelos museus. A falta de representatividade desses segmentos entre os públicos prioritários nas ações educativas pode ser reflexo dessa mesma lacuna no interior dos museus, dentro das equipes educativas ou dentro das áreas responsáveis pelas atividades finalísticas dos museus.

A pesquisa revelou sobre o perfil de gênero das pessoas respondentes, sendo esses gestores ou educadores, que apenas 1,9% se identificaram como pessoa não binária, enquanto na categoria “Outros”, apenas duas pessoas (1%) se descrevem com outros gêneros não descritos como opção na questão. Ainda dentro dessa categoria, a pesquisa mostrou a incidência de cinco respondentes que utilizaram a pergunta sobre identidade de gênero para se afirmar como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Apenas dois homens transgênero participaram da pesquisa e não foram registradas respostas de mulheres transgênero.

Em relação ao quesito *cor/raça*, na PEMBrasil, pessoas indígenas são 0,9% dos respondentes. Sobre o perfil das pessoas respondentes tanto como gestores ou educadores museais, a pesquisa não levantou dados acerca de pertencimento desses respondentes com comunidades tradicionais e ou quilombolas ou população LGBTQIAPN+, grupos esses que foram menos citados como beneficiários das ações educativas nos museus quando perguntados sobre tipos de públicos prioritários das ações educativas. Inicialmente, havia uma questão para mapear respondentes pertencentes a esses segmentos, no entanto, na tentativa de diminuir o questionário, a pergunta acabou não sendo incluída.

Aqui, duas observações são pertinentes: após a análise dos dados, podemos notar que a ausência da questão sobre pertencimentos a grupos ou comunidades no instrumento de pesquisa gerou uma carência para esta investigação em específico; e, ao mesmo tempo, percebe-se que não foi considerado o fato de que no coletivo categorizado como público estudantil, dado como público prioritário nas ações educati-

vas dos museus, existem estudantes indígenas, quilombolas e LGBTQIAPN+, que podem possivelmente estar sendo negligenciados em suas pautas nas ações educativas promovidas pelos museus.

Sobre o método de *contagem de público* utilizado pelos museus, 54,5% responderam que realizam sua contagem por meio de lista de presença, 41,4% através de inscrição nas atividades e 41,4% através de registro em livros de assinaturas, o que aponta o uso de meios convencionais de contagem de público.

Uma questão que merece destaque, entre os resultados apresentados, é o fato de que a maioria dos museus participantes (53,1%) raramente ou nunca realiza *pesquisa de público*. Conhecer quem são os diferentes públicos do museu, seu perfil socioeconômico, suas necessidades e expectativas diante das ações desenvolvidas é extremamente importante para que a instituição consiga atender essas expectativas e fortalecer cada vez mais sua atuação junto aos visitantes e à população de uma forma geral. Apenas 14,1% dos museus responderam realizar pesquisas de público de forma rotineira, o que nos permite algumas reflexões.

É sabido que o trabalho de pesquisa demanda planejamento: desenvolvimento de uma metodologia adequada ao problema que se deseja identificar ou investigar, elaboração de instrumentos, tempo de aplicação e coleta de dados e etapa de análise, seguida pela apresentação dos resultados. A PEMBrasil revelou que a maioria (52,7%) dos participantes da amostra são museus de pequeno porte com equipes compostas por um até cinco pessoas. Nesse cenário, fica mais fácil compreender que museus com pequenas equipes de trabalho, as quais muitas vezes precisam se desdobrar e assumir também atribuições de outras áreas dentro dos museus, podem não ter o tempo e as condições de trabalho necessárias para realização de pesquisas, sejam as pesquisas de público ou pesquisas de outras naturezas, que podem ser igualmente importantes para a instituição.

Partindo do conceito de *acessibilidade plena* apresentado no Caderno da PNEM (Instituto Brasileiro de Museus, 2018), segundo o qual

a acessibilidade deve contemplar não apenas aspectos físicos/materiais, mas também questões de ordem emocional e intelectual, a PEMBrasil questionou os museus sobre a oferta de acessibilidade em suas instalações e atividades educativas. De forma objetiva, os museus informaram a respeito da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica/ pedagógica, instrumental, de comunicação, programática e, por fim, acessibilidade natural. Os pontos que receberam melhor avaliação pelos museus foram: acessibilidade atitudinal (31,9%), arquitetônica (28,4%), natural (28,6) e programática (23%), ainda assim avaliados com “boa”. Apenas a acessibilidade atitudinal recebeu expressivos 31,1% de respostas na opção “muito boa”.

Esses dados indicam a necessidade de os museus investirem tanto nas suas instalações físicas, quanto no planejamento de recursos materiais que possam assistir aos visitantes durante a sua experiência no museu e na qualificação de suas equipes para atuação junto a públicos com necessidades diferentes do público majoritário.

A pesquisa também buscou saber se os museus oferecem inclusão para outros públicos que demandam um tratamento diferenciado para além daquelas e daqueles com deficiência. Os resultados mostraram que 42,5% dos museus desenvolvem atividades pensadas especificamente para o público infantil, 44,3% se voltam para o público da terceira idade, 29,7% para as pessoas em situação de vulnerabilidade e 25% contemplam também pessoas não letradas com ações educativas acessíveis.

Ao questionar os museus em relação à realização de *parcerias*, a pesquisa revelou que mais da metade dos museus (55,9%) realiza parcerias nas suas ações educativas com grande frequência, tendo como parceiros principais as escolas públicas e privadas (62,6%), os órgãos de gestão da educação municipais, estaduais e federais (52,2%), e universidades/ instituições científicas públicas e privadas (47,4%).

Esses percentuais reforçam a recorrência já mencionada da relação entre a educação museal e a rede formal de ensino, embora não revele a natureza das atividades realizadas em parceria. Interessante seria

saber em quais formatos essas parcerias são desenvolvidas: se partem de uma programação planejada e executada por ambas as instituições; se e de que forma os acervos museais são utilizados nessas atividades; se nascem a partir das necessidades das escolas; dos movimentos de ampliação de público dos museus; das universidades e seus projetos de pesquisa e extensão; passando pela simples cessão de espaço para realização de atividades extraclasse, entre tantas outras possibilidades.

Vale destacar ainda que 33,2% das respostas indicaram a realização de parcerias com órgãos públicos de gestão de cultura municipais, estaduais e federais; 26,3% com outros museus e 17,8% com instituições privadas sem fins lucrativos.

Ao questionar sobre a *participação da comunidade* na construção de ações educativas, os dados da PEMBrasil apontam para uma dificuldade – não excluindo a possibilidade de se tratar de falta de interesse ou de iniciativa – por parte dos museus em conseguir esse nível de aproximação e engajamento, quando 50,3% das respostas revelam que os museus raramente ou nunca trabalham com esse tipo de participação. Por razões já evidenciadas, a comunidade escolar se faz presente no museu, tanto em termos de públicos como no desenvolvimento de parcerias. Mas, aparentemente, ao extrapolar esse segmento, com o qual os museus possuem um natural e recíproco interesse, a comunicação do museu não dá conta de atrair a sua comunidade para uma ocupação mais efetiva e comprometida com as atividades da instituição.

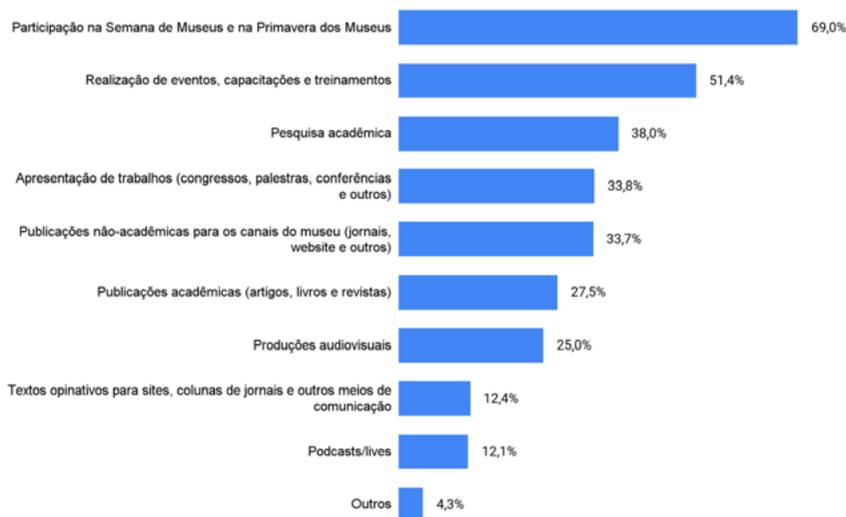
Importante lembrar que a construção de atividades de forma colaborativa gera produtos mais ricos, mais alinhados com as expectativas e necessidades dos seus diferentes públicos, ao mesmo tempo em que cria um nível maior de compromisso por parte do museu junto aos atores sociais envolvidos no processo de construção em questão. A participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento das atividades educativas do museu é uma decisão que atravessa o setor educativo, alcança e impacta todas as demais áreas do museu, incluindo a gestão.

Para aqueles museus que responderam positivamente em relação ao envolvimento da comunidade na construção de propostas educativas, 37,9% afirmaram que isso ocorre através de reuniões consultivas e deliberativas, nas quais a comunidade é convidada a participar e contribuir de forma decisória, enquanto 31,4% mencionaram que esse processo acontece através da participação do museu em ações planejadas e executadas por iniciativa da comunidade.

A pesquisa também coletou dados referentes à *produção e difusão do conhecimento na área da educação museal*. Para além da promoção e realização de ações educativas, a disseminação do conhecimento acerca dessas ações e o fomento ao debate acadêmico em torno do fazer educativo em museus, consta entre as demandas e aspirações da maior parte dos museus brasileiros participantes da pesquisa. Como estratégias utilizadas com esse intuito, foi citada a participação na programação da Semana de Museus e Primavera de Museus, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Museus, seguidos pela realização de eventos, capacitações e treinamentos.

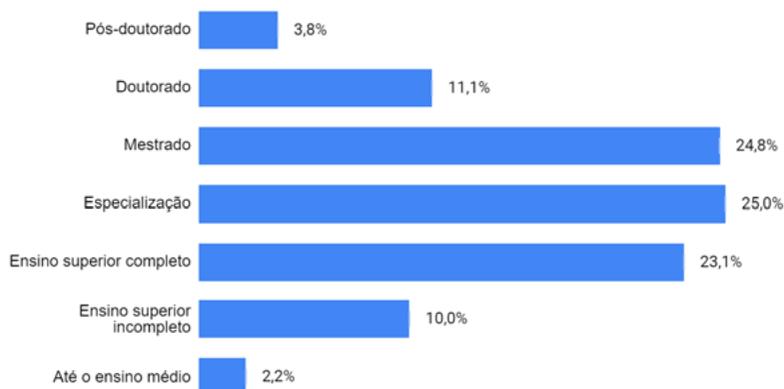
Os resultados indicaram grande proximidade entre as pessoas atuantes na educação museal e o universo acadêmico. O uso da pesquisa como meio para produção e difusão de conhecimento apareceu em 38% das respostas, enquanto 33,8% mencionaram apresentar trabalhos em congressos, palestras e conferências como forma de produzir e difundir conhecimento no campo. Esses resultados são coerentes com o perfil dos respondentes da PEMBrasil: pessoas com formação de nível superior, tendo em sua maioria (64,7%) algum nível de pós-graduação, conforme pode ser observado nas Figuras 2 e 3, a seguir.

Figura 2 – Principais formas de produção e difusão do conhecimento em educação museal realizada pelo setor educativo do museu



Fonte: Canedo e demais autores (2023).

Figura 3 – Escolaridade dos(as) respondentes



Fonte: Canedo e demais autores (2023).

“Orçamento insuficiente, escassez de profissionais e infraestrutura inadequada foram citados como os principais *desafios* para as atividades educativas nos museus brasileiros” (Canedo *et al.*, 2023, p. 53, grifo nosso). Como bem assinala os resultados da pesquisa, esses obstáculos são fatores condicionantes do desenvolvimento das ações educativas em museus, havendo uma retroalimentação mútua de um sobre os demais. Alguém poderia argumentar que um museu com uma equipe tecnicamente qualificada e numericamente satisfatória poderia conseguir recursos para as atividades educativas advindos de fontes externas à instituição.

Essa possibilidade existe e certamente é adotada em muitos museus, sobretudo os museus públicos, mas restringe as ações educativas a propostas de curto prazo, além de aumentar a dependência do museu em relação ao estabelecimento de parcerias e fomento externos. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de recursos financeiros desacompanhada de uma equipe de profissionais capaz de executá-los não garante o desenvolvimento de ações educativas, tampouco a criação da infraestrutura necessária para a realização destas. Ou seja, trata-se de questões urgentes e determinantes que ultrapassam os limites dos setores educativos e estão diretamente relacionadas à gestão da instituição museológica como um todo.

Para pensar um pouco mais

Os resultados da PEMBrasil fornecem *insights* valiosos acerca da configuração das ações educativas em museus e suas implicações, deixando evidente o papel fundamental que elas desempenham na missão dos museus como espaços de educação, memória e cultura. No entanto, gostaríamos de encerrar essa reflexão pensando nos resultados da pesquisa diante do que estabelece a Política Nacional de Educação Museal (PNEM).

No Princípio 4, a PNEM traz, como um de seus princípios, a composição de equipes qualificadas e multidisciplinares, dotadas de orça-

mento próprio para o desenvolvimento de ações no setor de educação museal. Os dados da PEMBrasil mostram, todavia, que os fatores: orçamento, profissionais e estrutura adequados para o desenvolvimento das ações educativas continuam sendo as principais adversidades do campo.

Sobre a relação entre museu e sociedade, a PNEM defende a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, promovendo a difusão da educação museal, processo que pode ser observado na maior parte dos museus, segundo os números da pesquisa. Todavia, ainda há muito trabalho pela frente no sentido de expandir as parcerias realizadas pelos museus para além das instâncias atreladas às redes de ensino formal. A promoção de programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades – uma das diretrizes da PNEM – também se configura como um desafio a ser vencido para boa parte dos museus brasileiros, ao lado da realização de atividades educativas extramuros.

Os museus brasileiros precisam investir nas diferentes dimensões do conceito de acessibilidade se pretendem promover ações educativas verdadeiramente inclusivas junto aos seus diferentes públicos e isto implica investimento em estruturas físicas, de conteúdo, intelectuais e emocionais, que considere as necessidades de pessoas com deficiências bem como daquelas que fazem parte de grupos sub-representados nas ações dos museus.

Por fim, os números apresentados pela PEMBrasil nos permitem uma aproximação maior da realidade vivenciada por um número expressivo de museus, no contexto do seu fazer educativo, em todo o Brasil. São dados que revelam como essas atividades são realizadas, permitem alguns diagnósticos, ao passo que também apresentam potencialidades a serem trabalhadas.

Sem dúvida alguma, foi dado mais um importante passo na produção de conhecimento sobre a forma como os museus brasileiros compreendem e desenvolvem a sua função educativa. Muitas questões ainda carecem de respostas, mas um horizonte se desenha na consolidação dos museus como espaços de transformação social pela via da educação.

Referências

CANEDO, D. P. et al. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final*. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

CUNHA, C. A função educativa do museu e sua relação com a escola. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 2019, Belém. *Anais* [...]. Belém: [s. n.], 2019. Não paginado. Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/3sebramus/3Sebramus/paper/view/774/328>. Acesso em: 8 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018.

NERY, C.; BRITTO, V. Internet já é acessível em 90,0% dos domicílios do país em 2021. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 19 set. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021#:~:text=De%202019%20a%202021%2C%20o%20percentual%20de%20domic%C3%ADlios%20com%20conex%C3%A3o,%25%20para%2083%2C5%25>. Acesso em: 16 set. 2023.

PELLIZZARI, B. H. M.; BARRETO JUNIOR, I. F. Bolhas sociais e seus efeitos na sociedade da informação: ditadura do algoritmo e entropia na internet. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Belém; v. 5, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/5856>. Acesso em: 16 set. 2023.

PEREIRA, M. R. N. *Educação museal – entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Nota

- 1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.

A institucionalização de setores educativos nos museus brasileiros: uma análise a partir da Política Nacional de Educação Museal

Daniele Pereira Canedo
Andrea Costa

Introdução

A Política Nacional de Educação Museal (PNEM), instituída pela Portaria Ibram nº 422 de 30 de novembro de 2017¹, propõe que os museus estabeleçam setores dedicados à gestão das práticas educativas. Esses setores podem funcionar de formas diversas, a depender da estrutura organizacional de cada instituição. Todavia, o terceiro princípio da PNEM apresenta alguns critérios para sua disposição.

III – garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu (Instituto Brasileiro de Museus, 2017).

Portanto, a PNEM prevê que o setor dedicado à gestão das práticas educativas deve estar reconhecido oficialmente no organograma institucional, possuir recursos financeiros definidos, ser composto por profissionais com formação em diferentes áreas do conhecimento e com carga horária dedicada às responsabilidades, competências e objetivos da educação museal.

Entre as diversas vantagens diretas e indiretas de um setor educativo estruturado, destacamos a possibilidade de ampliação da eficiência na promoção da inovação das práticas educativas por meio do incentivo à realização de pesquisas. Ademais, pode fomentar o desenvolvimento dos(as) educadores(as) museais, por meio da participação do corpo funcional em iniciativas de formação e capacitação, o que contribui para a qualidade geral das atividades educativas. Ao formalizar um setor educativo, os museus reforçam seu papel como centros comunitários de intercâmbio e engajamento com a comunidade local, potencializando a participação cidadã e o sentimento de pertencimento.

Destacamos, também, que o setor pode promover a organização e sistematização das experiências educativas, tornando-as mais acessíveis, inclusivas e significativas para diferentes públicos. Por consequência, o registro e a sistematização das práticas podem viabilizar a geração de indicadores que demonstrem o impacto social das atividades educativas. Tais informações potencialmente contribuem para os processos de mobilização de recursos, tanto internamente, no que concerne à distribuição da dotação orçamentária do museu, quanto externamente, na captação de recursos com parceiros públicos e privados.

O terceiro princípio da PNEM destaca que é relevante que tal setor seja composto por uma equipe com formação multidisciplinar. A in-

tegração de diferentes áreas do conhecimento e abordagens na transmissão de conteúdos museais pode enriquecer a experiência museal, tornando-a mais dinâmica e adaptável às demandas educacionais e culturais de diferentes públicos, de forma inclusiva e acessível. Por fim, a PNEM também destaca a participação do setor nos processos decisórios do museu, o que assegura que as perspectivas educacionais sejam consideradas em todas as etapas do planejamento e gestão museal, desde a concepção de exposições até a definição de estratégias institucionais.

A Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil), realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em parceria com o Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), revela que, do total de 603 museus que afirmaram realizar atividades educativas, apenas 34,2% possuem um setor educativo formalizado (Canedo *et al.*, 2023). Esse percentual é inferior ao verificado em 2010, quando aproximadamente a metade dos museus registrados no Cadastro Nacional de Museus (48,1%) informou possuir um setor específico para ações educativas (Instituto Brasileiro de Museus, 2011).

Apresentamos aqui um panorama da formalização da função educativa dos museus brasileiros, a partir de recortes por localização geográfica, tamanho dos museus, tipologia e natureza administrativa. Os resultados analisados são provenientes da Pesquisa Educação Museal Brasil e dos recortes disponíveis no Painel de Dados Interativos PemBrasil², a partir de questões que, em geral, foram direcionadas para os museus que afirmaram oferecer atividades educativas (603). Apenas uma questão foi destinada para a totalidade de museus e indivíduos respondentes (1.087).

Este capítulo está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta um panorama contextual e teórico sobre a institucionalização da educação museal no Brasil. Em seguida, são apresentados resultados sobre a formalização e com-

posição das equipes dos setores educativos. A terceira seção analisa a dotação orçamentária e as fontes de financiamento das atividades educativas. Por fim, a última seção se dedica à participação social no planejamento e desenvolvimento das ações educativas. Espera-se que o capítulo possa trazer contribuições para o fortalecimento das iniciativas de institucionalização da educação museal no Brasil.

A institucionalização da educação museal no Brasil: um panorama

A criação de setores educativos em museus denota o reconhecimento da função educativa dessas instituições. Segundo Seibel-Machado (2009, p. 12), a existência desse setor está relacionada “diretamente à função de instrução que os museus assumiram e ao tipo de público que a eles tinha acesso. Ao direcionar esta função a um público mais amplo, os museus criam um setor especial para atendê-lo”. As primeiras iniciativas de que se tem registro ocorreram nos anos de 1880, entre as quais podemos citar a criação de setores educativos de museus europeus, como o Museu do Louvre, em Paris, e o Victoria and Albert, em Londres (Seibel-Machado, 2009); e o surgimento do Departamento de Instrução Pública do Museu Americano de História Natural, em Nova York (Saunders, 1956).

Aproximadamente quatro décadas após o surgimento dos primeiros setores educativos de museus no Hemisfério Norte, o Brasil inaugurou sua primeira experiência nesse sentido. A criação do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1927, é considerada um dos grandes marcos da educação museal brasileira (Costa; Castro; Soares, 2020). Sua existência representou, segundo Pereira (2010), a transição de uma *dimensão* educativa, pautada em uma *aura* educacional inerente à origem do próprio museu, para o reconhecimento de sua *função* educativa, marcada pela compreensão da

existência de uma função sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos.

O surgimento do setor educativo do MN-UFRJ, atualmente denominado Seção de Assistência ao Ensino (SAE), se deu diante do contexto da repercussão da multiplicação e reorganização dos museus em âmbito internacional (Seibel-Machado, 2009), mas também em meio aos debates acerca dos problemas da educação brasileira. A SAE nasce no mesmo ano em que se inicia, no Rio de Janeiro, a reforma educacional promovida por Fernando de Azevedo, uma das várias empreendidas no país com o intuito de institucionalizar novos modelos de ensino pautados em ideias pedagógicas modernas. Nesse contexto, estava prescrito que cada escola deveria ter seu museu próprio, com instalações apropriadas e funcionários designados para sua guarda, e que cada sala se constituísse em um museu dinâmico – os museus de sala (Vidal, 2000).

Apesar de pioneira, a criação da SAE não fez despontar o surgimento de setores educativos no país. Diferentemente do MN-UFRJ, outros museus brasileiros existentes desde o século XIX e que realizavam ações educativas só viriam a criar seus setores educativos bem mais tarde. Esse foi o caso do Museu Paulista (MP) da Universidade de São Paulo (USP), de 1895, cujo setor educativo foi formalizado nos anos 2000, e do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), fundado em 1866, que passa a contar com setor educativo apenas nos anos de 1980.

O Grupo de Trabalho (GT) Ação Educativa dos Museus, criado em fins da década de 1960 com o objetivo de elaborar um diagnóstico da educação museal no Brasil, apontava naquele momento para a ausência de pessoal e de recursos, apresentando o MN como o único com serviço educativo organizado no país (Frecheiras, 2015). No entanto, é preciso sinalizar que o relatório anual do Museu Histórico Nacional (MHN-Ibram) (fundado em 1922) registra, em 1959, a existência de

um “Serviço Educativo” alocado na Seção de História da instituição (Costa, 2017). O Museu Casa de Rui Barbosa (1930), a Pinacoteca do Estado de São Paulo (1905) e os Museus Castro Maya (1963) estruturaram seus setores educativos na década de 1970, enquanto o Museu de Arte Contemporânea de São Paulo (MAC-SP) e o Museu Lasar Segall (MLS-Ibram), fundados em 1963 e 1967, respectivamente, o fizeram na década de 1980 (Instituto Brasileiro de Museus, 2014).

Conforme nos ensinou Seibel-Machado (2009), o setor educativo era, até recentemente, uma instância criada no museu *a posteriori*, sugerindo se tratar de elemento anexado à instituição, não pertencente ao seu projeto original. Além disso, sua origem está associada ao termo “serviço”, que leva ao entendimento de que o trabalho de educação museal se resume à ação executada a partir de propostas elaboradas em outras instâncias e, desse modo, vazia de reflexões e formulações teóricas próprias. Tais elementos, segundo a autora, podem ser razões históricas para a ausência, por ela verificada, de proposta político-pedagógica explícita na maioria dos museus, e de uma atuação que, até hoje, se caracteriza pela separação entre os que trabalham diretamente com os públicos e aqueles que concebem e estruturam as exposições que serão visitadas. Ou seja, o que foi imaginado para funcionar como ponte entre especialistas e os públicos, teria acabado justamente por aprofundar essa separação.

Estamos confiantes no caráter integrador do setor educativo de museus e no seu potencial de promoção da colaboração e participação dentro e fora da instituição. Concordamos com Cury (2021, p. 183) quando esta afirma que: “no sentido das articulações institucionais, o setor de educação tem papel relevante, pois para educar por meio e/ou a partir de um museu, esse setor atua transversalmente, ao mesmo tempo em que é base da missão institucional”.

Nossas considerações buscam sinalizar para a relevância e pertinência do processo de institucionalização da educação museal, ainda frágil nos museus brasileiros. Elas nos ajudam a compreender que a existên-

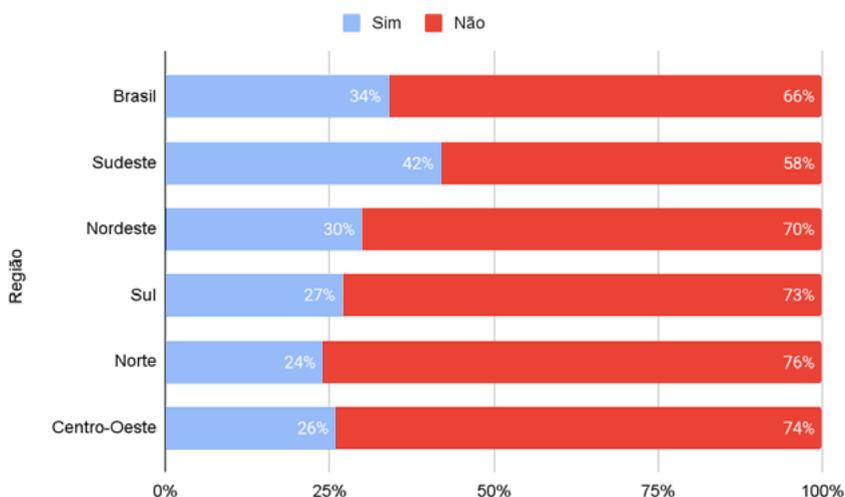
cia de um setor de educação museal não é suficiente para garantir que a função educativa de um museu possa ser desenvolvida de maneira completa. Contudo, sua ausência tão pouco o fará. É preciso ir além, e garantir não só a presença de setores educativos nos museus, mas as condições para o seu pleno funcionamento. Avançar nessa direção passa por repensar os modelos de organização atualmente aplicados em muitas de nossas instituições.

Nas páginas a seguir, apresentamos reflexões sobre a institucionalização dos setores educativos dos museus brasileiros, comparando o que está previsto na PNEM com os resultados da Pesquisa Educação Museal Brasil (Canedo *et al.*, 2023).

Formalização e composição das equipes dos setores educativos

A análise dos dados da PEMBrasil sobre a formalização dos setores educativos e a composição das equipes dedicadas a essas atividades indicam desafios na execução do programa educativo e cultural, especialmente nos museus localizados fora dos grandes centros urbanos. No Brasil, apenas 34,2% dos museus que realizam atividades educativas possuem um setor educativo institucionalmente constituído. O percentual é maior em capitais (49,7%) do que nos museus localizados no interior (19,4%). Do mesmo modo, a existência de setores formalizados é mais frequente no Sudeste do Brasil do que em outras regiões (Figura 1).

Figura 1 – Formalização do educativo como um setor nos museus por região



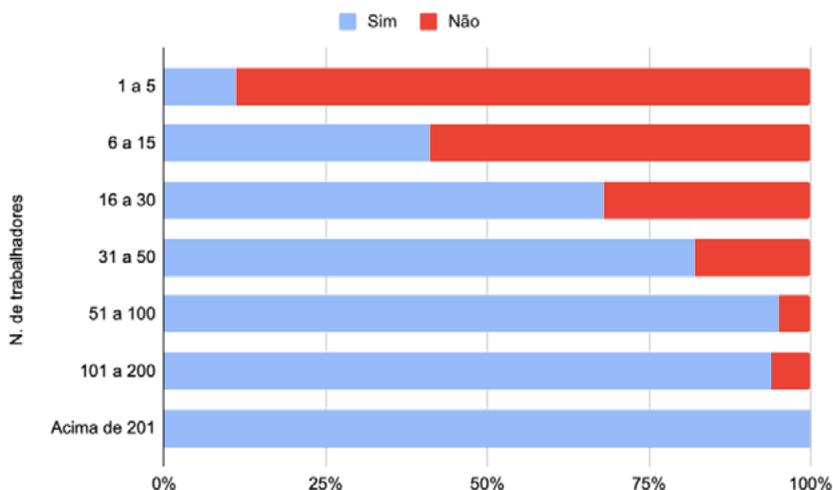
Fonte: elaborada pelas autoras com dados do Painel de Dados PEMBrasil (2024)³.

Os resultados da pesquisa indicam que o tamanho do museu é um fator determinante para a formalização dos setores educativos (Figura 2). Assim, os setores educativos formalizados são significativamente mais presentes nos museus com elevados números de profissionais. Eles existem em todos aqueles com mais de 201 trabalhadores (8), em 94% dos museus com 101 a 200 trabalhadores (16) e em 95% dos museus com 51 a 100 trabalhadores (19). Destacamos que os museus classificados como de grande porte são mais presentes nos estados do Sudeste, o que ajuda a compreender a maior frequência de setores educativos formalizados nessa parte do território, conforme mencionado anteriormente.

No que concerne à natureza administrativa das instituições museais, observamos que os museus públicos municipais são os com menor percentual de setores educativos formalizados – apenas 17% dos 189 participantes. Já nos museus privados ou fundações, o percentual é de

46% dos 57 respondentes, portanto estes são os que registram maior formalização do setor educativo. Os resultados salientam que os desafios de gestão são ainda maiores para os museus com poucos trabalhadores e localizados em pequenas cidades do interior.

Figura 2 – Formalização do educativo como um setor nos museus por porte (número de trabalhadores)



Fonte: elaborada pelas autoras com dados do Painel de Dados PEMBrasil (2024).

Os percentuais de formalização não variam consideravelmente de acordo com as tipologias de museus. A presença de setor educativo em museus classificados como tradicionais é de 34%, em museus de território/ecomuseus é de 30%, enquanto nas instituições classificadas na categoria “outros”, a existência de setor educativo foi maior, 37%. O menor percentual, 21%, foi verificado em museus do tipo virtual, digital ou *cybermuseum*.

Em uma questão aberta, a PEMBrasil perguntou o nome do setor responsável pelas atividades educativas nos museus. Foram obtidas

203 respostas, sendo que 169 delas mencionaram termos relacionados à área educativa. Algumas das nomenclaturas mais comuns foram: Setor Pedagógico, Setor Educativo, Área de Ação Educativa, Área de Atividades Educativas e Culturais, Coordenação de Ação Educativa, Coordenação de Educação, Educativo, Educativo seguido pelo nome do museu, Coordenação de Educação, Programa Educativo, Serviço Educativo, entre outros. A diversidade de denominações levantadas pode tanto sinalizar a variedade de abordagens e enfoques adotados pelos museus em suas atividades educativas, quanto ser reflexo da natureza administrativa da instituição em que está inserido. Ademais, reforça a importância da comunicação entre esses setores para impulsionar a discussão de conceitos e definições que possam consolidar um modelo de denominação amplamente reconhecida.

O terceiro princípio da PNEM também expressa que é relevante que o setor de educação museal seja composto por uma equipe multidisciplinar com dedicação às atividades educativas do museu. Dos museus participantes da PEMBrasil, 63,7% (384) contam com equipes multidisciplinares. Interessante notar que este indicador se mantém estável, com pouca variação, nos museus com ou sem setor educativo formalizado, bem como nos recortes por localização geográfica, número de trabalhadores, tipologia e natureza administrativa dos museus. Esse resultado pode estar relacionado com a natureza diversa da formação acadêmica dos(as) educadores(as) museais (Canedo *et al.*, 2023).

Os resultados revelam que 51,5% dos museus que possuem setor educativo formalizado dispõem de profissionais que se dedicam exclusivamente às funções educativas. Em contraste, nos museus sem setor formalizado, apenas 23,2% possuem profissionais com dedicação exclusiva a tais atividades. Em geral, as equipes dedicadas exclusivamente aos setores educativos não são grandes. Na distribuição do total de museus pelo número de profissionais dedicados exclusivamente à educação museal, os maiores percentuais se concentram nos museus que têm entre uma e duas pessoas (38,1%) e que têm entre três e quatro pessoas

(17,9%) dedicadas às atividades educativas. A maioria dos respondentes da pesquisa considera que o quantitativo de profissionais dedicados às atividades educativas do museu é inadequado (41,4%) ou parcialmente adequado (43,1%). Ademais, ao serem questionados sobre os principais desafios para a realização de atividades educativas nos museus, 58,2% dos 1.087 gestores(as) e educadores(as) museais respondentes apontaram o quantitativo insuficiente de profissionais na equipe, que se estabeleceu como o segundo principal desafio, ficando atrás apenas da insuficiência do orçamento, tema que trataremos no próximo tópico.

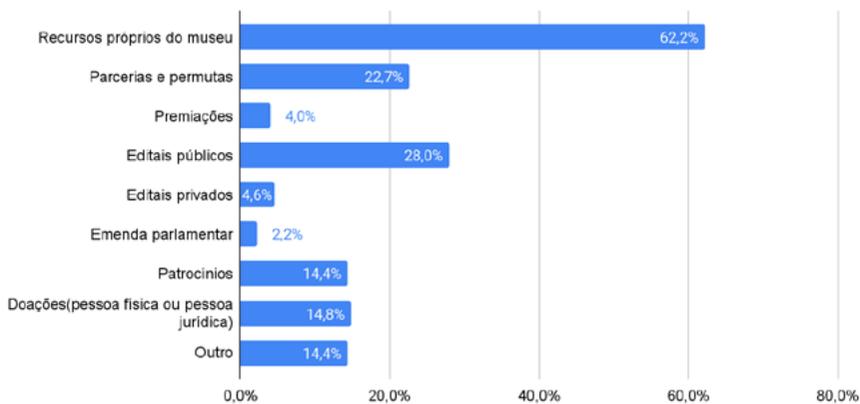
Dotação orçamentária e mobilização de recursos

O terceiro princípio da PNEM sugere que os setores educativos dos museus devem ter previsão orçamentária, portanto devem estar representados no orçamento da instituição museal com recursos destinados às atividades educativas. O tema do fomento às atividades educativas aparece novamente na PNEM, especificamente na diretriz 3 do Eixo Gestão, que ressalta a importância da mobilização de recursos externos para as atividades educativas, complementares ao orçamento do museu. Segundo consta no documento, uma das diretrizes da política em questão é “incentivar mecanismos de financiamento, fomento e apoio a programas, projetos e ações educativas museais, complementando sua dotação orçamentária permanente” (Instituto Brasileiro de Museus, 2017, p. 5). Como já mencionado, a insuficiência do orçamento foi apontada como principal desafio para a realização das atividades educativas, de acordo com a percepção de 71,1% dos respondentes da PEMBrasil.

A pesquisa investigou a origem dos recursos destinados às atividades educativas. Os resultados revelam que as fontes de financiamento mais utilizadas para a realização das atividades educativas são os recursos próprios do museu (62,2%), os editais públicos (28%) e as parcerias e permutas (22,7%). Convém destacar que a ordem de relevância dessas três principais fontes não varia entre capital e interior e nem quando

são aplicados recortes por região, porte, tipologia ou natureza administrativa dos museus. Na categoria aberta “Outros” (14,4%), foram indicadas parcerias diretas com o poder público local, universidades e instituições de pesquisa. Chamou a atenção o quadro de ausência de financiamento indicado por dez respondentes que afirmam que o financiamento se dá pela própria equipe, três por associações de amigos, e dois que indicam não haver financiamento. Duas respostas apontaram a cobrança de ingressos como forma de financiamento.

Figura 3 – Fonte de financiamento para realização das ações educativas



Fonte: elaborada pelas autoras com dados do Painel de Dados PEMBrasil, 2024.

Planejamento das atividades educativas e participação social

O terceiro princípio fundamental da PNEM enfatiza a importância da inclusão do setor educativo nas instâncias decisórias dos museus. Esse enfoque é refletido na PEMBrasil, que explorou os diversos agentes, tanto internos quanto externos ao museu, responsáveis pelo planejamento de atividades educativas.

A investigação sobre o envolvimento dos profissionais de educação museal no processo de planejamento das instituições, focada especificamente em educadores(as) que não são representantes diretos de museus, totalizando 484 participantes, indica que 55% (266) já contribuíram ativamente na elaboração de estratégias de planejamento museológico, como a criação de um Plano Museológico ou de um Programa Educativo e Cultural.

Uma questão adicional, com o mesmo propósito, revelou que 68,6% dos museus (412) reconheceram a participação de profissionais ligados às atividades educativas no planejamento geral da instituição. Portanto, apesar de uma participação significativa dos educadores nos processos de planejamento dos museus, observa-se que a proporção de envolvimento ainda não alcança o nível ideal, especialmente levando em consideração o grande número de museus no Brasil que oferecem atividades educativas. Esse cenário sugere a necessidade de uma maior integração dos profissionais de educação museal nas etapas de planejamento, para potencializar o impacto e a eficácia das iniciativas educativas nas instituições museológicas do país.

A pesquisa também revelou que em 61,9% das instituições (373), o planejamento é realizado de forma colaborativa pela equipe do museu em conjunto com outros departamentos e/ou por profissionais especializados nas atividades educativas, representando 50,1% (302 museus) das respostas. Adicionalmente, foi identificado que em 14,6% dos casos (88 museus), parcerias variadas desempenham um papel crucial no planejamento dessas iniciativas. Esse modelo colaborativo entre equipes internas e parcerias externas enriquece o planejamento com uma diversidade de perspectivas e metodologias.

Além do planejamento, a equipe do museu assume um papel central na implementação dessas atividades educativas. Os dados obtidos apontam que a execução é majoritariamente realizada pela equipe do museu em colaboração com outros setores (58,7%, 354 museus) e/ou por equipes dedicadas especificamente a essas atividades educativas

(51,7%, 312 museus). Parcerias com universidades e comunidades, entre outras, também contribuem significativamente, sendo responsáveis pela execução em 10,6% (64 museus) das atividades. Esse levantamento sublinha a tendência de que os agentes envolvidos no planejamento frequentemente participam também da execução das atividades, reforçando a integração e a coesão no processo educativo dos museus.

Considerações finais

Este capítulo apresentou reflexões sobre o cenário atual e os desafios enfrentados pela educação museal no Brasil, conforme delineado pela PNEM e evidenciado pela PEMBrasil. Nosso foco foi a implementação do terceiro princípio da PNEM, com a orientação para a estruturação de setores educativos nos museus, passo fundamental em direção a valorização e ao reconhecimento da educação museal como um pilar essencial na gestão museológica.

Os dados apresentados revelam uma realidade desafiadora, com apenas uma fração dos museus brasileiros possuindo um setor educativo formalizado, especialmente fora das capitais e em museus de menor porte. Essa discrepância aponta para a necessidade urgente de políticas públicas e iniciativas privadas que incentivem e apoiem a formalização e o fortalecimento dos setores educativos em museus de todas as regiões e tipologias.

A multidisciplinaridade das equipes educativas e a previsão orçamentária específica para as atividades educativas são aspectos cruciais para o desenvolvimento de práticas educativas inovadoras, inclusivas e de relevância social. Além disso, a participação ativa desses profissionais nos processos decisórios e de planejamento das instituições museológicas, o que ainda não se concretizou na totalidade das instituições, é fundamental para garantir que as perspectivas educacionais sejam integralmente consideradas, enriquecendo o diálogo com a comunidade e potencializando o impacto social dos museus.

Apesar dos desafios, a pesquisa revelou pontos positivos, como a existência de equipes multidisciplinares e a participação de profissionais de educação museal no planejamento institucional, indicando um caminho promissor para a integração efetiva da educação nos museus. A colaboração entre diferentes setores dos museus e o estabelecimento de parcerias variadas são estratégias que têm se mostrado eficazes na implementação de projetos educativos, sugerindo um modelo de gestão mais integrado e participativo.

Portanto, é imperativo que os museus, apoiados por políticas públicas e suas comunidades, continuem a avançar na institucionalização de seus setores educativos, reconhecendo-os como fundamentais para a missão museal de educar, preservar, comunicar e transformar. Ao fortalecer os setores educativos, os museus não apenas enriquecem sua oferta cultural, mas também reafirmam seu compromisso com a educação como ferramenta de transformação social, diálogo intercultural e desenvolvimento sustentável.

Em suma, a educação museal no Brasil está em um momento crucial de reconhecimento e expansão. A formalização dos setores educativos, conforme preconizado pela PNEM, é um passo essencial para garantir que os museus possam cumprir plenamente sua função educativa e social. Assim, este capítulo reitera a importância de se continuar investindo na educação museal como meio do fortalecimento dos laços entre os museus e suas comunidades, promovendo uma sociedade mais informada, inclusiva e reflexiva.

Referências

CANEDO, D. P. *et al.* *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final.* Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

COSTA, A. F.; CASTRO, F.; SOARES, O. Por uma história da educação museal no Brasil. *In:* COSTA, A. F.; CASTRO F.; SOARES, O. (org.).

Educação museal: conceitos, história e políticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. p. 15-39.

COSTA, C. M. Uma mirada para o passado: projetos educativos no Museu Histórico Nacional (1922-1960). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 3., 2017, Belém. *Anais [...]*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017. p.1728-1753. Disponível em: <http://sebramusrepositorio.unb.br/index.php/3sebramus/3Sebramus>. Acesso em: 8 mar. 2024.

CURY, M. X. Políticas públicas museais e a promoção de programas de educação em museus: os públicos no plural. *Revista Cadernos do Ceom*, [Chapecó], v. 34, n. 54, p. 183-202, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5963>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FRECHEIRAS, K. *Do Palácio ao Museu: a trajetória pedagógica do Museu da República*. Rio de Janeiro: KBR, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Carta de Belém – Princípios e Parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museus em Números*. Brasília, DF: Ibram, 2011. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 238, p. 1-6, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=13/12/2017&totalArquivos=192>. Acesso em: 9 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 153, p. 91, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/08/2021&jornal=515&pagina=92&totalArquivos=155>. Acesso em: 9 jul. 2024.

PEREIRA, M. R. N. *Entre Dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa

de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEIBEL-MACHADO, M. I. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. 2009. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SAUNDERS, J. R. Development of Educational Services, 1869-1956. *In: AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. The American Museum of Natural History Eighty-Seventh Annual Report July, 1955, Through June, 1956*. New York: The American Museum of Natural History, 1956. p. 11-44.

VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. *In: LOPES, E. M. T. et al. (org.). 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-518.

Notas

- 1 A referida portaria foi revisada e revogada pela Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021.
- 2 Ver em: <https://lookerstudio.google.com/s/p-ac7r3dQEc>.
- 3 Ver em: <https://lookerstudio.google.com/s/hfIKu8AO4yo>.

Um olhar sobre a acessibilidade nos museus brasileiros a partir da PEMBrasil

Gabriela Aidar

Clarissa Narai Costa e Silva

Introdução

Discutir a acessibilidade e a educação museal nos últimos anos ganhou outra dimensão após a votação da nova definição de museus adotada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) em sua Assembleia Geral realizada em agosto de 2022, em Praga, na República Tcheca. Após anos de debate dentro e fora da comunidade museológica, nos quais as propostas iniciais de revisão da definição foram alvo de defesas e questionamentos acalorados, inclusive de-

vido à supressão do termo “educação” em uma das redações, a versão aprovada em 2022 assumiu uma perspectiva alargada das funções das instituições museológicas e claramente mais socialmente comprometida, como vemos a seguir¹:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (International Council of Museums, 2022, tradução nossa)².

A segunda frase nos traz alguns elementos de especial interesse, uma vez que nela se assume o caráter acessível e inclusivo que se espera dessas instituições no século 21, abertas a todos os públicos, em sua diversidade. Tal afirmação é de grande impacto para o reconhecimento e fortalecimento de ações que fomentam a acessibilidade dentro dos museus, retirando-as de uma posição eventualmente secundária e estimulando a implementação de processos acessíveis naquelas instituições que ainda não o fazem. Além disso, coloca na identidade dos museus as características de serem abertos, acessíveis e inclusivos, retirando essas responsabilidades de determinadas áreas das instituições, como as educativas, e atribuindo-as à instituição como um todo.

Em um documento da American Alliance of Museums (AAM)³ publicado em 2022, intitulado *Excellence in DEI*⁴, um dos principais pontos levantados é que a promoção da diversidade, equidade, acessibilidade e inclusão deve ser responsabilidade de toda a organização, por meio da adoção da equidade como pilar da missão, estratégia, valores, gestão e cultura dos museus. Conforme afirmam, “para impulsionar e sustentar o trabalho de promoção da diversidade, equidade, acessibilidade e inclusão, este deve refletir-se em todos os aspectos dos museus,

desde os indivíduos à cultura organizacional, às políticas e processos” (American Alliance of Museums, 2022, p. 11, tradução nossa)⁵. Para isto, “cada papel, função, departamento e nível do museu deve desenvolver sua capacidade de questionar como atenua ou perpetua a desigualdade dentro do museu e externamente a ele” (American Alliance of Museums, 2022, p. 13, tradução nossa)⁶.

Nesse novo contexto, o “monopólio” da acessibilidade deixa de ser das áreas educativas, passando a ser transversal à instituição como um todo. Essa reconfiguração gera um bônus, uma vez que se espera que essa transversalidade seja benéfica e fortaleça as práticas museológicas acessíveis, mas, ao mesmo tempo, o risco de um ônus, com a possibilidade de o tema ser cooptado por áreas com pouca ou nenhuma prática com tais processos, e em alguns casos, para fins de autopromoção institucional e, com isso, as ações educativas acessíveis se enfraqueçam.

A acessibilidade na PEMBrasil

O que nos interessa, a princípio, é compreender como delimitamos a acessibilidade cultural, particularmente nos museus, e como ela foi abordada pela Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil).

Uma das autoras deste texto atua há mais de duas décadas no Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo, um museu de artes visuais público nesta cidade. Nessa instituição, a equipe educativa trabalha com um entendimento ampliado da acessibilidade cultural, considerando o que chamam de públicos com dificuldades de acesso aos museus e às instituições culturais. Isso implica numa maior abrangência de perfis, que considera as pessoas com deficiência, mas não se restringe apenas a elas (Aidar, 2019)⁷.

Para a coleta de dados da PEMBrasil, no que diz respeito à acessibilidade, foi dada ênfase às pessoas com deficiência, mas observaremos os dados gerais e particulares da pesquisa com lentes que nos permitam

fazer alguns cruzamentos com aspectos relevantes para pensar essa temática de maneira transversal à pesquisa. Assim, será possível perceber dados sobre a acessibilidade em museus e sua relação com a educação museal dispersos pelos resultados da PEMBrasil, e não apenas naqueles que focam especificamente no tema, conforme abordaremos ao longo do presente texto.

Sabemos que a definição e compreensão da acessibilidade cultural está longe de ser consensual, com diferentes autores(as) pesquisando e desenvolvendo práticas em sentidos convergentes e em algumas situações, paralelos. Em muitos casos, mesmo em documentos e pesquisas que abordam a acessibilidade sob o senso mais comum das ações voltadas especificamente às pessoas com deficiência, indica-se a necessidade de alargamento de seus destinatários, por exemplo, conforme expresso no artigo 35 da Lei nº 11.904 de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus: “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” (Brasil, 2009, p. 3). Ou ainda, conforme mencionado em um material recém-publicado pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo (Sisem-SP) e a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo:

[...] a acessibilidade não deve ser entendida como uma ação setorizada, direcionada ao público de pessoas com deficiência, delegada a um setor específico do museu ou restrita a alguns dias exclusivos na programação, mas deve ser pensada de forma ampla e transversal, materializada em ações que promovam o encontro, a troca e a interação entre diferentes públicos, com e sem deficiência, no espaço museológico.

[...] o acesso/acessibilidade deve ser visto como uma relação entre corpos múltiplos capaz de dilatar os modos de experiência, fruição, participação e, por vezes, de criação de uma exposição ou obra de arte (Mello; Von Der Weid; Gavério, 2023, p. 14-15).

As formas de acessibilidade investigadas pela pesquisa, conforme indicadas no relatório final foram:

- **Acessibilidade atitudinal:** capacitação da equipe envolvida para se relacionar com pessoas com deficiência de forma respeitosa, sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações;
- **Acessibilidade arquitetônica:** adequação de espaços e planejamento dos fluxos de mobilidade;
- **Acessibilidade metodológica/pedagógica:** uso de recursos de acessibilidade para que visitantes com deficiência possam usufruir das atividades do museu. Por exemplo, por meio da interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), de audiodescrições etc.;
- **Acessibilidade instrumental:** uso de equipamentos, dispositivos e aplicações tecnológicas. Por exemplo, com maquetes táteis, audioguias, placas em *braille*, janelas de Libras em vídeos, entre outros;
- **Acessibilidade nas comunicações:** utilização de técnicas para viabilizar a comunicação interpessoal. Por exemplo, pelo uso de linguagem acessível, legenda aumentada etc.;
- **Acessibilidade programática:** inclusão do tema acessibilidade para atividades educativas nas legislações, regimentos e/ou políticas do museu;
- **Acessibilidade natural:** acesso a espaços naturais na estrutura do museu como jardins, pátios etc. (Canedo *et al.*, 2023, p. 45-46).

Às categorias acima apontadas, poderíamos acrescentar ainda outros aspectos da acessibilidade, como os de *caráter financeiro*, por meio da liberação dos valores de ingresso às instituições que os cobram em determinados dias ou para certos públicos-alvo, assim como pelo subsídio de transporte a grupos que vivam e estejam distantes dos museus, algo fundamental em centros urbanos em que a locomoção implica em custos consideráveis. Além disso, podemos ainda mencionar a tendência em tratar acessibilidade do ponto de vista das desigualdades de *caráter socioeconômico*. Esse olhar dialoga com a realidade brasileira e as pesquisas de público de museus no país, que indicam como principais cortes que limitam o acesso às instituições culturais os níveis de renda

e escolaridade dos indivíduos (Leiva; Meirelles, 2018). Essa é também uma percepção transversal da acessibilidade, uma vez que outros aspectos que dificultam o acesso, tais como a faixa etária elevada ou o fato de serem pessoas com deficiência, por exemplo, podem ser influenciados pela renda e capital cultural familiar. Em outras palavras, uma pessoa idosa ou com deficiência proveniente de uma família de alta renda e escolaridade tem maiores chances de acesso às instituições culturais e às oportunidades socioeducativas de modo geral.

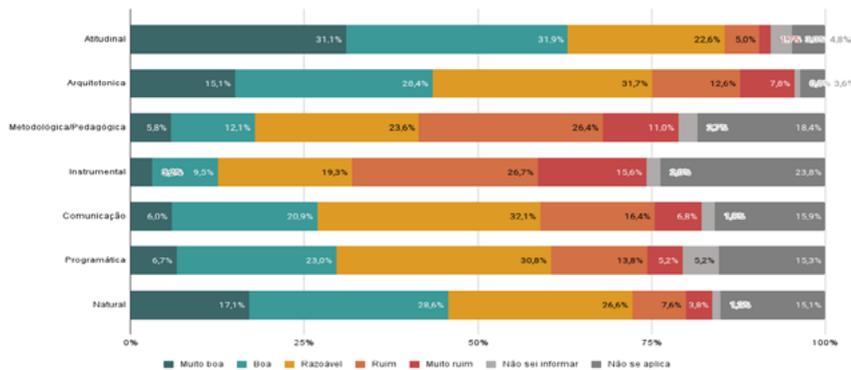
Há ainda aspectos mais intangíveis, mas igualmente importantes, tais como os de *caráter intelectual ou cognitivo*, relativos à possibilidade de compreensão dos objetos culturais e dos discursos expositivos dos museus, de sua organização conceitual e da linguagem utilizada nessas instituições, bem como das normas institucionais e da orientação espacial dentro delas. Isto antecede o uso de técnicas ou recursos de acessibilidade como o uso da Libras, da audiodescrição, ou de materiais multissensoriais, por exemplo, uma vez que enquanto estes podem ser entendidos como estratégias comunicacionais, referindo-se ao *como* acessar os conteúdos educativo-culturais, pensar a acessibilidade intelectual pressupõe considerar *o quê e de que forma* eles serão compartilhados, estabelecendo possibilidades de inteligibilidade e conexão cognitiva com o que se conhece dentro das instituições.

Podemos ainda mencionar os aspectos de *caráter emocional*, relativos ao sentimento de acolhimento pela instituição, bem como de confiança e prazer pela participação cultural e identificação com os sistemas de produção da cultura presentes nos museus. Este está longe de ser um aspecto secundário quando pensamos na acessibilidade atitudinal e, também, nos processos de educação museal, uma vez que o bem-estar psicológico desempenha papel central para a aprendizagem de qualidade e para que a experiência no museu tenha impactos positivos e transformadores.

Por fim, há o que podemos chamar de *aspectos culturais* da acessibilidade, que se referem ao reconhecimento da diversidade cultural

presentes nas instituições, seja em seus discursos curatoriais, em suas coleções e processos de aquisição de acervo e, conseqüentemente, na legitimação de determinadas memórias sociais, mas também na composição de suas equipes, ou no quanto os visitantes existentes ou potenciais podem se ver representados entre os profissionais dos museus, algo ao que retornaremos adiante (Aidar, 2019).

Figura 1 – Percepção da qualidade dos recursos de acessibilidade



Fonte: Canedo e demais autores (2023, p. 47).

Observando os dados da pesquisa a partir das categorias definidas, as formas de acessibilidade mais bem avaliadas pelas pessoas respondentes foram a acessibilidade atitudinal, com 63% somando as categorias “muito boa” e “boa” e a acessibilidade natural, com 45,7% nas mesmas duas categorias. As piores avaliações se referiram à acessibilidade instrumental, com 42,3% entre “ruim” e “muito ruim” e a acessibilidade metodológica ou pedagógica, com 37,4% nas mesmas categorias (Canedo *et al.*, 2023).

Não por acaso, a categoria mais bem autoavaliada foi aquela que menos depende de recursos orçamentários e mais das relações interpessoais,

como é a atitudinal. Ela é influenciada diretamente pelo nível de conscientização das equipes educativas sobre a temática da acessibilidade e pela sua capacidade em estabelecer relações positivas com os(as) visitantes, dois aspectos que as profissionais da educação museal costumam ser especialistas. Conforme afirmado no documento da AAM, o trabalho de promoção da diversidade, equidade, acessibilidade e inclusão é relacional, portanto, a criação de relações autênticas baseadas na confiança são fundamentais para seu desenvolvimento (American Alliance of Museums, 2022).

No outro lado dessa moeda, as categorias com piores avaliação, como é a acessibilidade instrumental, depende de recursos orçamentários para sua execução, tais como verbas para o desenvolvimento de recursos de acessibilidade físicos ou digitais, de tecnologia assistiva, alguns deles de custos altos e que demandam a contratação de fornecedores terceirizados, tais como para a elaboração de maquetes táteis, etiquetas em *braille*, inserção de janelas de Libras em vídeos etc.

No caso da acessibilidade metodológica ou pedagógica, ainda que o fator orçamentário tenha uma influência significativa para sua execução, se pensarmos na contratação de intérpretes de Libras, por exemplo, ela também está relacionada com a capacitação das equipes para o planejamento e desenvolvimento de projetos, ações e recursos de acessibilidade, tais como audiodescrições, materiais multissensoriais, entre outros. Nesse ponto, podemos novamente mencionar o documento da AAM, quando afirma que a promoção da acessibilidade exige um investimento contínuo de recursos financeiros e humanos e formação profissional continuada (American Alliance of Museums, 2022).

Nesse sentido, vale a pena mencionar que entre os principais desafios citados pelas pessoas respondentes da pesquisa para o desenvolvimento de atividades educativas nos museus brasileiros estão o orçamento insuficiente (71,1%), escassez de profissionais (58,2%) e infraestrutura inadequada (44,3%), algo que também se reflete nos resultados sobre as dificuldades percebidas no que diz respeito à acessibilidade (Canedo *et al.*, 2023).

Um dado que se desdobra dos desafios indicados diz respeito ainda à quantidade de trabalhadores dos museus participantes da pesquisa e indica o porte dessas instituições. A maioria delas (52,7%) são museus de pequeno porte, com equipes compostas por uma até cinco pessoas (Canedo *et al.*, 2023). Soma-se a isso o fato de que a pesquisa indica que ainda é pequeno o número de instituições museais que possuem uma área educativa formalizada, com profissionais que se dediquem exclusivamente às funções educativas (Canedo *et al.*, 2023).

Todo esse contexto dificulta as estratégias voltadas às ações educativas de modo geral, e às de acessibilidade em especial. Outro aspecto que chama a atenção no gráfico referente à percepção da qualidade dos recursos de acessibilidade é o alto índice de avaliações apontadas como “razoáveis” em diversos aspectos elencados na pesquisa, o que indica a compreensão por parte das pessoas respondentes do quanto ainda há margem para aprimoramento em suas instituições. De qualquer forma, também é importante ressaltar que o desenvolvimento de processos de acessibilidade dentro dos museus nunca está concluído, sempre havendo espaço para melhorias e incorporação de novidades, que acompanham o próprio desenvolvimento de pesquisas e recursos de acessibilidade para pessoas com deficiências fora dos museus. O processo de aprendizagem que vivemos dentro dessas instituições durante os anos mais críticos da pandemia da covid-19, com o uso dos recursos digitais para fins educativos e de acessibilidade é um bom exemplo disso. Mais uma vez citando o documento da AAM, o desenvolvimento de práticas voltadas à diversidade, equidade, acessibilidade e inclusão deve ser entendido como uma trajetória contínua sem um ponto final predeterminado (American Alliance of Museums, 2022).

Passaremos agora a outros dados da pesquisa que nos parecem relevantes para a compreensão da acessibilidade entre os museus pesquisados, inicialmente aqueles que se referem aos públicos-alvo das ações educativas. A pesquisa também questionou se os recursos de acessibilidade mencionados eram planejados e utilizados com outros públicos para além das pessoas com deficiência. Com possibilidade de múltipla

escolha, destacaram-se as pessoas idosas, com 44,3% das respostas, e o público infantil, com 42,5%. Além disso, mais de um quarto dos museus indicou também atuar com pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas caracterizadas como “não letradas” como públicos-alvo de seus recursos de acessibilidade (Canedo *et al.*, 2023).

De modo geral, os dados corroboram a vivência que temos dentro das áreas educativas dos museus no que diz respeito aos públicos-alvo e atividades educativas mais usuais, ou preferenciais, dessas instituições. A pesquisa indica que os tipos de atividades mais comumente realizados pelos educativos dos museus são visitas acompanhadas ou educativas (com 93,2%), seguidas da realização de cursos e/ou oficinas (46,4%) e da categoria genérica de “eventos” (46,3%) (Canedo *et al.*, 2023).

Segundo a PEMBrasil, o público estudantil – do ensino fundamental, médio e superior – é o mais beneficiado pelas atividades educativas dos museus brasileiros. Por sua vez, os públicos menos mencionados como destinatários das atividades educativas foram os indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais e a comunidade de pessoas LGBTQIAPN+⁸ (com 18,3% cada um) (Canedo *et al.*, 2023).

Isto nos indica mais um ponto significativo a ser considerado, pois ainda que as instituições da educação formal sejam as mais tradicionalmente parceiras ou interlocutoras das áreas educativas dos museus, não podemos, nem devemos, nos restringir apenas a elas, especialmente se considerarmos as perspectivas da educação ao longo da vida e o papel social dos museus em incidir positivamente nas sociedades a que pertencem. Além disso, há uma longa problematização sobre a relação – por vezes simbióticas – entre museus e escolas que devemos ter sempre em mente, evitando o senso comum que entende o museu como “ilustrador” de conteúdos abordados pela escola e esta compreendida apenas como “fornecedora” de visitantes ao museu (Aidar, 2022).

Se levarmos em consideração outras pesquisas de hábitos culturais feitas a nível nacional, como a pesquisa *Cultura nas Capitais*, feita em 2017 pela empresa JLeiva, veremos que o perfil mais comum do visi-

tante espontâneo dos museus brasileiros – ao menos nas capitais do país – é composto de pessoas jovens, com alta escolaridade e renda entre média e alta, ou seja, um público bastante privilegiado (Leiva; Meirelles, 2018). Assim, se, por oposição, considerarmos os públicos com dificuldades de acesso aos museus no país, concluiremos que são grupos majoritários e em piores condições socioeconômicas, parcelas da população que a educação formal seguramente atinge, mas não em sua totalidade, especialmente se pensarmos nos grupos que estão fora das faixas etárias prioritárias do processo de escolarização, como são a primeira infância, as pessoas adultas e as pessoas idosas.

O trabalho educativo com públicos-alvo que estão fora do sistema escolar depende, em grande parte, do estabelecimento de parcerias com organizações sociais, projetos públicos ou privados e coletivos que atuam com essas populações.

Figura 2 – Tipos de entes mais comumente parceiros dos museus no desenvolvimento de ações educativas



Fonte: Canedo e demais autores (2023, p. 49).

Nesse sentido, a PEMBrasil indica que 55,9% dos museus brasileiros afirmaram realizar, frequentemente, parcerias para a realização de suas atividades educativas, mas principalmente com as instituições da educação formal, como escolas, órgãos de gestão educacional e universidades, como vemos na Figura 2. Os itens “instituições privadas sem fins lucrativos (como ONGs, associações de bairro etc.)” e “outros órgãos da gestão pública”, os quais poderíamos especular como sendo parceiros que alcançariam outros públicos com dificuldades de acesso aos museus, receberam 17,8% e 12,8%, respectivamente, demonstrando um potencial de expansão que precisa ser estimulado.

Outro item levantado pela pesquisa, decorrente das parcerias, é o da participação das comunidades⁹ no desenvolvimento das atividades educativas dos museus respondentes. Os resultados indicam que metade dos(as) respondentes (50,3%) afirmou contar raramente ou nunca com esse tipo de participação. Entre os que mencionaram envolver a comunidade em suas ações, 37,9% indicaram fazê-lo por meio de reuniões consultivas e deliberativas com a comunidade e 31,4% por meio da participação do museu em ações planejadas e realizadas por iniciativa da própria comunidade (Canedo *et al.*, 2023).

A observação dos dados relativos ao estabelecimento de parcerias e ao envolvimento de grupos comunitários para o desenvolvimento de ações educativas é relevante no âmbito dessa análise na medida em que estabelecer processos de criação conjunta é também estratégia de promoção de acessibilidade. Como afirma Maria Vlachou (2017, p. 53),

Trabalhar com as pessoas não significa ‘dar às pessoas o que querem’ [...] É estarmos sensíveis ao que interessa, preocupa, inquieta, alegra a comunidade que nos envolve, e procurar construir uma programação que nos permite refletir, em conjunto, sobre tudo isso.

Outro dado que merece ser observado se refere ao desenvolvimento de ações extramuros por parte das instituições respondentes. Como

mencionado no relatório final da pesquisa, “ao levar as atividades para fora do espaço físico do museu, é possível alcançar novos públicos, criar novas formas de interação e conexão com a comunidade e ampliar o acesso à cultura e ao conhecimento” (Canedo *et al.*, 2023, p. 40). Além disso, para grupos com dificuldades de acesso e não tradicionalmente frequentadores, a aproximação em seus locais de origem pode ser mais bilateral e menos impositiva do que visitas educativas aos museus antes do estabelecimento de vínculos entre as equipes educativas e os(as) educandos(as). A pesquisa nos revela que mais de um terço dos museus participantes indicou realizar atividades extramuros com frequência alta, com 34,4% somando as categorias de periodicidade diária, semanal, quinzenal e mensal (Canedo *et al.*, 2023). Nesse caso, o interessante, em termos de acessibilidade, seria saber em quais locais e com quais parceiros essas ações extramuros são desenvolvidas, bem como quais as atividades propostas, algo não levantado pela pesquisa.

Ainda conforme o relatório da AAM, outro conceito básico do trabalho de promoção da acessibilidade é que ele deve ser constantemente mensurado e avaliado (American Alliance of Museums, 2022). Os dados levantados pela PEMBrasil se referem à frequência com que as atividades educativas dos museus respondentes são avaliadas, não necessariamente as ações educativas de acessibilidade. Pouco mais da metade dos(as) participantes da pesquisa, 52,5%, indicaram avaliar suas atividades entre “sempre” e “muitas vezes”, o que indica uma boa percepção do campo a respeito da importância de se debruçar criticamente sobre seu trabalho educativo. No caso das ações educativas acessíveis, tais processos nos proporcionam

[...] mais do que utilizar os resultados das avaliações como forma de comprovação de nossos objetivos iniciais ou como elementos para a tomada de decisões e promoção de ajustes e mudanças, eles nos permitem compreender o impacto de nossas ações e nos oferecem subsídios para novas, e em alguns casos inesperadas, percepções sobre nossas práticas (Aidar, 2022, v. 4, p. 223).

É importante mencionar, ainda, que as ações educativas que promovem a acessibilidade ultrapassam a aquisição de conteúdos sobre temas específicos dos museus, aproximando-se mais de aspectos subjetivos, tais como a melhoria da sociabilidade dos(as) educandos(as); das suas habilidades de comunicação e expressão; o desenvolvimento de uma atitude mais especulativa e reflexiva em relação aos objetos culturais; o fortalecimento de suas identidades pessoais e coletivas; a criação e o fortalecimento de vínculos; a melhoria da sua auto percepção, da sua autoafirmação e da sua autoconfiança, assim como o reconhecimento de suas identidades culturais no espaço dos museus (Aidar, 2022). Isto deve ser considerado no desenvolvimento de processos e modelos avaliativos que deem conta de aferir a variedade de aspectos subjetivos envolvidos em tais práticas educativas.

Para finalizar nossos comentários sobre a acessibilidade nos resultados da PEMBrasil, gostaríamos de mencionar alguns dados relativos ao perfil das(os) profissionais da educação museal respondentes da pesquisa. Mais uma vez, o levantamento comprova a vivência de quem atua dentro da área, nos indicando um perfil bastante específico de trabalhadoras: (somos) mulheres cisgênero (64,9%), autodeclaradas brancas (57,2%), com alta escolaridade (85,6% com nível superior) e baixos salários (com 63,9% recebendo entre um e seis salários-mínimos), que atuam, em sua maioria, há mais de cinco anos nos museus (56,6%) (Canedo *et al.*, 2023). Esses dados possuem pontos de atenção devido à baixa paridade racial e diversidade de gêneros, o que compromete o exercício da acessibilidade cultural no que diz respeito à possibilidade de identificação e representatividade dos públicos com dificuldades de acesso na composição das equipes dos museus. Além disso, comprovam a realidade de desvalorização das(os) profissionais da educação no país – não apenas nas instituições culturais –, que possuem formação acadêmica alta, longas trajetórias dedicadas ao campo educacional, mas ainda assim, isso não se vê refletido em sua remuneração profissional, o que, somado aos desafios anteriormente apontados pelas áreas educati-

vas dos museus de ordem orçamentária e infraestrutural e à escassez de profissionais, contribuem para a precarização do campo e das práticas da educação museal no país.

Apesar das dificuldades, algumas já conhecidas e outras apontadas pela pesquisa, os dados do levantamento nos estimulam a refletir sobre possibilidades de ação, ao proporcionar um olhar inédito sobre as práticas da educação nos museus brasileiros, oferecendo informações sobre como eles expressam sua função educativa. Nesse sentido, a existência de dados, indicadores e análises que retratam e se debruçam sobre a realidade segundo a perspectiva dos profissionais que a vivem diariamente é um avanço para a revisão da Política Nacional de Educação Museal e a criação de novas políticas públicas para suprir necessidades do campo.

No que diz respeito aos dados relativos à acessibilidade levantados pela pesquisa, podemos reafirmar a necessidade de abordar o tema por meio de uma perspectiva ampliada, considerando como públicos-alvo as pessoas com deficiência, mas também outros grupos com dificuldades de acesso aos museus no país. Para isso, as parcerias com diferentes instâncias, organizações e coletivos, não apenas da educação formal, assim como o estabelecimento de processos colaborativos e participativos com as comunidades com as quais se pretende atuar, se mostram fundamentais. Por fim, a capacitação das equipes educativas para o desenvolvimento de projetos e ações de acessibilidade em suas instituições pode ser um bom meio a ser implementado pelos gestores públicos da área museológica, a fim de ampliar e qualificar a acessibilidade em um país com enormes desafios relativos à iniquidade como é o nosso.

Referências

AIDAR, G. ¿Cómo evaluar lo intangible? La experiencia de los programas educativos inclusivos de la Pinacoteca de São Paulo, Brasil. In: PÉREZ CASTELLANOS, L.; PANOZZO ZENERE, A. (coord.). *Estudios sobre públicos y museos*. Diálogos sobre públicos y museos en Latinoamérica.

Ciudad de México. México, DF: Escuela Nacional de Conservación, Restauración y Museografía del Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2022. v. 4, p. 202-226.

AIDAR, G. Acessibilidade em museus: ideias e práticas em construção. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-175, set. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/39810>. Acesso em: 7 ago. 2023.

AMERICAN ALLIANCE OF MUSEUMS. Excellence in DEAI (Diversity, Equity, Accessibility, Inclusion). *American Alliance of Museums*, [s. l.], 22 aug. 2022. Disponível em: <https://www.aam-us.org/2022/08/02/excellence-in-deai-report/>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=15/01/2009&totalArquivos=80>. Acesso em: 4 ago. 2023.

CANEDO, D. P. et al. *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final*. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

COHEN, R.; DUARTE, C. R.; BRASILEIRO, A. *Acessibilidade a museus*. Brasília, DF: MinC: Ibram, 2012. (Cadernos Museológicos, v. 2).

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Extraordinary General Assembly*. [S. l.: Icom], 2022. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2022/07/EN_EGA2022_MuseumDefinition_WDoc_Final-2.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

LEIVA, J.; MEIRELLES, R. (org.). *Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte*. Rio de Janeiro: 17street Produção Editorial, 2018.

MELLO; A. G.; VON DER WEID, O.; GAVÉRIO, M. A. *Documento de orientação: deficiência e acessibilidade em museus*. São Paulo: Edições Sisem, 2023.

MINEIRO, C. (coord.). *Coleção Temas de Museologia – Museus e acessibilidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

Notas

- 1 Importante mencionar que entre os profissionais diretamente envolvidos com a elaboração da nova definição estavam dois(as) latino-americanos(as), Bruno Brulon e Lauran Bonilla-Merchav, do Brasil e da Costa Rica respectivamente, atuando como co-presidentes do ICOM Define, um comitê voltado ao desenvolvimento da nova definição de museus, o que certamente colaborou para o caráter mais politicamente implicado da nova definição em vigor desde então.
- 2 Texto original: “A museum is a not-for-profit, permanent institution in the service of society that researches, collects, conserves, interprets and exhibits tangible and intangible heritage. Open to the public, accessible and inclusive, museums foster diversity and sustainability. They operate and communicate ethically, professionally and with the participation of communities, offering varied experiences for education, enjoyment, reflection and knowledge sharing”.
- 3 Ou, em português, Aliança Americana de Museus, dos EUA.
- 4 Em português, “Excelência em Diversidade, Equidade, Acessibilidade, Inclusão”.
- 5 Texto original: “In order to both drive and sustain DEAI work, it must be reflected in all aspects of museums, from individuals to organizational culture, to policy and process”.
- 6 Texto original: “Each role, function, department, and level of the museum should build its capacity to interrogate how it either mitigates or perpetuates inequity within the museum and externally to it”.
- 7 No caso do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca de São Paulo, os públicos-alvo com os quais se atuam nos Programas Educativos Inclusivos foram estabelecidos em diálogo com dados relativos à frequência cultural a museus nesse estado, no país e na própria Pinacoteca, e também com o território no qual os três edifícios do museu se encontram. Eles compreendem pessoas em situação de vulnerabilidade social – muitas da região central da cidade, no entorno do museu; pessoas com 60 anos ou mais; pessoas com deficiência e pessoas em situação de sofrimento psíquico, além de equipes de profissionais da própria Pinacoteca. Para saber mais, acesse: <https://pinacoteca.org.br/pina/educacao/programas/>.
- 8 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e mais.
- 9 O termo “comunidade” pode ser escorregadio e de compreensão muito diversa, a depender do contexto institucional e das referências teóricas utilizadas, assim, esclarecemos a definição utilizada pela equipe da PEMBrasil: “Por comunidade compreende-se, aqui, um grupo que possui características comuns, seja a ocupação do mesmo território, mesma crença, ou outras características culturais, sendo também afim à missão e/ou ao trabalho efetivamente desenvolvido pelo museu” (Canedo *et al.*, 2023, p. 50).

Reverberações da PNEM nas práticas educativas dos museus brasileiros: indícios a partir da PEMBrasil

Átila B. Tolentino
Caroline Fantinel
Renata Almendra

Introdução

A adoção de processos participativos na concepção e implementação de políticas públicas, por meio do envolvimento de diferentes instituições e atores da sociedade civil, tornou-se um marco na elaboração de políticas culturais, com especial destaque para o campo dos museus. Fomentada a partir de 2003, quando Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura no Brasil, essa mudança paradigmática desencadeou repercussões impor-

tantes (Calabre, 2007; Monteiro, 2016; Rubim, 2008; Silva, 2007). Esse novo momento político foi pautado na ideia de que não cabe ao Estado, por si só, promover cultura, mas proporcionar as condições necessárias para a sua criação e produção, a partir de ações já imersas na sociedade, em sua constitutiva diversidade. Nesse contexto, a centralidade do Sistema e do Plano Nacional de Cultura, entre outras ações estruturantes, foi fundamental para a ruptura com aquilo que o pesquisador Antônio Albino Rubim (2008) chamou de “três tristes tradições” que marcavam as políticas culturais brasileiras: ausências, autoritarismos e instabilidades.

Nesse contexto, seguindo o *modus operandi* do novo cenário de construções participativas de políticas de cultura e já com a experiência em curso da Política Nacional de Museus (PNM), foi criada, com uma efetiva participação social, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM). A partir da Carta de Petrópolis, resultante do I Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ocorrido em 2010, o caráter participativo foi estimulado por meio da realização de diversos fóruns de discussão, de forma virtual e presencial, com o apoio massivo das diferentes redes de educadores(as) em museus atuantes e distribuídas em todas as regiões do país. Após um longo processo de debate, em 2017, a PNEM foi finalmente instituída. Nesse ano, foi realizado o 7º Fórum Nacional de Museus, do qual resultou o importante documento conhecido como Carta de Porto Alegre, que serviu como base para a redação final do texto da Portaria Ibram nº 422, de 30 de novembro de 2017, atualizada pela Portaria Ibram nº 605/2021, que oficializou a política¹. O texto final da PNEM é, portanto, fruto do esforço de sintetizar a diversidade das demandas do campo, consolidadas a partir dos cinco princípios e das 19 diretrizes que dão corpo à política.

Ainda que seja resultado de um longo processo de elaboração, podemos considerar que a PNEM é uma política pública relativamente recente. Vale destacar, ademais, que nos seus seis anos de existência, a

PNEM atravessou quatro anos de um governo marcado pelo descaso com a cultura, com a extinção do Ministério da Cultura e o desmonte e descontinuidade de uma série de programas, projetos e políticas culturais que atingiram todo o país. Somam-se a isso os efeitos da pandemia da covid-19 que, assim como em todos os campos profissionais, atingiram os museus com um duro golpe, resultando no fechamento de suas portas aos visitantes e no encerramento de contratos e vínculos com funcionários e colaboradores (Almeida *et al.*, 2021).

Mesmo diante desse cenário adverso, o Ibram, por meio da sua Coordenação de Museologia Social e Educação (Comuse), reuniu esforços para, juntamente com o Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), viabilizar a realização da Pesquisa Nacional de Práticas Educativas nos Museus Brasileiros (PEMBrasil), em uma iniciativa pioneira para obter dados e indicadores sobre a educação museal em diálogo com os princípios, eixos e diretrizes da PNEM. Nesse sentido, a própria PEMBrasil se configura como uma reverberação da PNEM, pensada como uma forma de *sentir a temperatura* dessa política no campo museal brasileiro, seu real alcance, os desafios e dificuldades à sua implementação e difusão em todo o território brasileiro. É a pesquisa retroalimentando a política, provendo o campo da educação museal de dados e indicadores que possam apontar suas principais potencialidades, lacunas e pontos passíveis de revisão. Afinal, toda política precisa ser frequentemente discutida, analisada e revisada de forma a atender o campo em suas necessidades e especificidades.

Este texto analisará dados da pesquisa que trazem elementos para avaliar se o processo participativo de construção da PNEM também se reflete no conhecimento e implementação de seus princípios e suas diretrizes por parte dos profissionais que atuam em museus, especialmente, educadores(as) museais. E, ainda, em que medida esse conhecimento pode ser útil para a avaliação da política, sua apropriação e possíveis reconfigurações.

Reverberações da PNEM: o que nos mostra a PEMBrasil

Uma das questões centrais da PEMBrasil visou identificar, de forma objetiva, se a PNEM era conhecida pelos participantes da pesquisa, ou seja, gestores(as) e educadores(as) museais, estes últimos com ou sem vínculo com museus. É interessante e positivo observar que, de acordo com a pesquisa, 67,5% dos(as) respondentes afirmaram ter conhecimento sobre a PNEM. Ainda, quando destrinchamos esse dado para ver como esse conhecimento aparece nas diferentes regiões do país, não encontramos grandes lacunas ou disparidades. Enquanto o Nordeste se destaca como a região que apresenta maior conhecimento sobre a PNEM (72% dos(as) respondentes), no Norte, um pouco mais da metade dos(as) respondentes (55%) afirmaram conhecê-la. No entanto, é importante destacar que essa diferença percentual, embora aparente ser significativa, mostra uma clara capilaridade da PNEM nas cinco regiões brasileiras, característica fundamental de uma política pública elaborada para ter uma abrangência nacional. Esses dados comportam o resultado de uma ação que foi bastante importante no próprio processo de elaboração da política: a criação de um *blog* para promoção de uma discussão mais ampliada em fóruns virtuais e a realização de 23 encontros regionais em 13 unidades da federação. Destaca-se que, entre novembro de 2012 e abril de 2013, o *blog* da PNEM agregou 708 pessoas cadastradas e chegou a alcançar 83 tópicos de discussão e 598 comentários de educadores(as) museais, professores da educação básica e agentes de cultura de todo o país.

Se considerarmos exclusivamente os profissionais que atuam como educadoras(es) museais, o percentual total de respondentes que afirma conhecer a PNEM é ainda maior, representando 75,8% de educadoras(es) representantes de museus e 71,1% das demais educadoras(es). Esse dado merece destaque, entre outros motivos, porque nos faz perceber como a articulação das redes de educadores(as) em museus foi fundamental não só para a construção da PNEM, mas também para a sua apropriação

no processo educativo das instituições museais. No período em que a PNEM estava em elaboração, algumas Redes de Educadores(as) Museais (REMs) já estavam constituídas, como a do Rio de Janeiro e a da Bahia – locais estes que abrigam os cursos de Museologia mais antigos do país. No entanto, o processo participativo de discussão da PNEM fomentou a criação de REMs em muitos outros estados e, em 2014, já estavam ativas pelo menos 14 redes em âmbito estadual ou municipal e muitas outras já haviam iniciado o seu processo de organização. O crescimento dessa articulação foi tomando maiores proporções e, atualmente, há uma Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM Brasil), com atuação em caráter nacional e que conta com a vinculação de centenas de membros em todo o país³. A articulação feita em torno da divulgação da PEMBrasil foi igualmente responsável por retroalimentar a política e movimentar o campo dos(as) educadores(as) museais em rede após um período de certa inatividade causado pela pandemia da covid-19 entre os anos de 2020 e 2021.

No entanto, os dados coletados pela pesquisa declaram que a atuação em redes, embora bastante potente e em visível crescimento, ainda pode ser mais difundida a fim de agregar um maior número de participantes. De acordo com a PEMBrasil, apesar de 68% dos(as) respondentes declararem ter conhecimento da existência das redes de educadores(as), apenas 36% afirmaram participar ativamente de uma. Nesse sentido, mostra-se necessária uma atenção ao Eixo III da PNEM que, em sua diretriz II, sublinha a necessidade e a importância de “incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento de redes de profissionais da educação museal, visando à articulação, ao crescimento e à difusão da profissão e do campo da educação museal” (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

Seguindo, devemos nos atentar que a função social dos museus está estritamente ligada ao seu caráter educativo, que é uma das preocupações primordiais dos museus brasileiros. Nesse sentido, a PEMBrasil demonstra que grande parcela dos museus (90,6%) oferece atividades

educativas, sendo que 86,5% dos(as) respondentes afirmaram que essas atividades são realizadas frequentemente. Mesmo que muitos museus afirmem não ter um setor educativo formalizado para cuidar exclusivamente das atividades educativas e culturais (66%), percebe-se que a frequência em que tais atividades são realizadas deixa nítida a compreensão de uma dimensão educativa inerente às instituições museológicas. Assim, destacamos que, cada vez mais, a função educativa se soma às funções de conservação, pesquisa e comunicação, tradicionalmente entendidas como o “tripé” da museologia. Esse entendimento é reflexo de uma longa trajetória que a educação museal vem consolidando no país, tendo como referências pioneiras Bertha Lutz e José Valladares, ainda na primeira metade do século XIX. O fruto dessa trajetória está disposto no princípio I da PNEM, previsto na Portaria Ibram nº 605/2021, que estabelece que:

Art. 5º São princípios da PNEM: I – a educação museal compreendida como função dos museus, reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, comunicação e pesquisa (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

Assim, em consonância a esse princípio e no que diz respeito à gestão museológica, a pesquisa destaca que entre os 70,2% de museus que possuem um plano museológico ou estão em fase de elaboração do documento, quase a totalidade (95,7%) contemplou o tema da educação museal nessa ferramenta de planejamento estratégico.

Também é otimista o dado que demonstra que 46,6% dos museus possuem ou estão em processo de elaboração de um documento específico que estabeleça uma política educacional para a instituição, como o Programa Educativo e Cultural ou o Projeto Político Pedagógico. Ao reverberar o quarto princípio da PNEM, é possível deduzir que tais dados são reveladores de um alcance da política nesses instrumentos de gestão dos museus.

Art. 5º São princípios da PNEM: IV – a construção e atualização sistemática, por cada museu, de Programa Educativo e Cultural, entendido como uma Política Educacional, em consonância ao Plano Museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

No entanto, os desafios ainda são grandes nesta seara. A PEMBrasil demonstra, por outro lado, que uma grande parcela dos museus brasileiros não detém esses importantes documentos institucionais, conforme exige o Estatuto dos Museus (Lei nº 11904/2009) em seus artigos 44 a 47:

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros: [...]

IV – detalhamento dos Programas: [...]

e) Educativo e Cultural; [...]

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades. [...]

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Progra-

mas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente (Brasil, 2009, p. 3).

É sintomático, portanto, que a maioria das instituições, embora exerça cotidianamente atividades educativas e culturais, careça de um documento norteador de sua política educacional (53,4%). Atuar na reversão desse quadro é essencial para que a PNEM busque assegurar um dos seus princípios norteadores, ou seja, incentivar que cada museu construa e atualize sistematicamente seu Programa Educativo e Cultural, em consonância com o Plano Museológico, entendendo que esse programa delinea sua política educacional para os diferentes públicos, com os referenciais conceituais, teóricos e metodológicos que embasam as ações desenvolvidas.

Compreender os motivos que levam a maioria dos museus brasileiros a ainda não terem institucionalizada sua política educacional, embora desenvolvam atividades educativas com regularidade, torna-se essencial para que sejam pensadas ações estratégicas para a PNEM. Nesse sentido, a PEMBrasil nos dá indícios do que deve ser levado em conta no delineamento dessas ações, quando, por exemplo, demonstra que os setores educativos ainda são pouco formalizados dentro das estruturas dos museus. Ao considerarmos o total de respondentes, os dados indicam que apenas 34,2% dos museus brasileiros têm, em sua estrutura, um setor educativo formalizado. Esse percentual é ainda menor quando nos restringimos aos museus localizados no interior dos estados (19,4%), o que sinaliza para discrepâncias importantes entre capital e interior.

No que diz respeito à concepção teórica e metodológica das atividades educativas, a pesquisa revela que a PNEM é pouco considerada (30,6%) pelos(as) respondentes como um referencial para o planejamento das atividades, aparecendo com maior incidência os dados de perfil de público, avaliação das atividades educativas realizadas anteriormente e

outros referenciais teóricos – metodologias pedagógicas, fundamentos da educação, museologia, filosofia etc. Por outro lado, em uma questão aberta sobre o mesmo tema, a PNEM aparece com destaque na categoria “Documentos”, sendo citada com maior recorrência pelos participantes (47 citações). Na sequência, aparecem o Plano Museológico (23 citações), o Programa Educativo e Cultural do museu (15 citações) e a Base Nacional Comum Curricular (6 citações).

Ainda em diálogo com esses dados, observa-se também que, ao serem questionados sobre quais os tipos de atividades são mais recorrentes em sua prática profissional, os(as) educadores(as) museais – não representantes de museus – destacaram justamente a elaboração e planejamento de programas, projetos e atividades educativas (74,2%) e a realização de estudos e pesquisas (68,4%), evidenciando uma atuação profissional qualificada e fundamentada em referenciais teóricos e metodológicos. Tais informações são reveladoras de que a atuação profissional de um educador de museu vai muito além de um contato direto com o público visitante por meio da aplicação prática das ações educativas, mas dá destaque à concepção de tais ações.

O Eixo II “Profissionais, formação e pesquisa” da PNEM aponta diretrizes para os temas e prevê, entre outras coisas, o fortalecimento da pesquisa em educação museal, a promoção e difusão dos trabalhos desenvolvidos nesse campo e a articulação com universidades, agências de fomento e demais instituições da área. Sobre esse aspecto, a pesquisa revela uma sintonia da PNEM com as principais formas de produção e difusão de conhecimento em educação museal realizadas pelos setores educativos dos museus e seus profissionais. Observa-se uma presença significativa dos(as) educadores(as) nos espaços acadêmicos, seja desenvolvendo pesquisas (38%), apresentando resultados de suas práticas e pesquisas em congressos, simpósios e conferências (33,8%), publicando artigos em livros e revistas (27,5%). Porém, essa relação da educação museal e seus profissionais com a universidade ainda parece uma via de mão única. O estreitamento do diálogo com as universi-

dades poderia contribuir para o reconhecimento da educação museal enquanto campo de pesquisa e incentivar a profissionalização dos(as) educadores(as) museais não só com a oferta de cursos de especialização ou de extensão, como também possibilitar aos cursos de licenciatura a criação de disciplinas específicas, considerando os museus como espaços de atuação dos(as) licenciados(as). Infelizmente, ainda são raras as iniciativas de oferta de cursos específicos voltados para a educação museal nas universidades brasileiras, mesmo no âmbito de cursos de graduação em Museologia. Nesse sentido, percebe-se que as reverberações da PNEM, no que diz respeito à profissionalização, formação e pesquisa, ainda estão restritas ao campo dos museus, tendo pouca aderência nas articulações previstas com outras instâncias educacionais, a exemplo das universidades.

Observa-se também que, além de ter o ambiente acadêmico como um espaço de produção e difusão do conhecimento em educação museal, muitos educadores(as) (69%) apontaram eventos propostos pelo Ibram como a principal forma de divulgação das atividades e conhecimentos gerados pelos setores educativos dos museus. Assim, tanto a Semana Nacional de Museus, como a Primavera de Museus, coordenadas pelo Ibram e realizadas em maio e setembro, respectivamente, tornam-se momentos importantes para as ações de divulgação e valorização das instituições museológicas. Com o objetivo de aumentar o público visitante e estreitar as relações dos museus com a sociedade, tais ações são orientadas por um tema norteador e envolvem diversas áreas dos museus. A extensa programação disponível a cada edição da Semana Nacional de Museus e da Primavera de Museus testemunha a intensa participação dos educativos em atividades que envolvem a realização de debates, mesas redondas, palestras, atividades formativas para públicos diversos, oficinas etc.

No âmbito do Eixo III da PNEM, que apresenta diretrizes relacionadas à relação entre os museus e a sociedade, destacamos os dados que nos mostram que 50,3% dos museus participantes da PEMBrasil

afirmaram contar raramente ou nunca com a participação da comunidade na construção de propostas para as atividades educativas. Esse dado nos alerta para um distanciamento das instituições com as suas comunidades e ganha ainda mais relevância quando observamos que, para 42,3% dos(as) respondentes, a comunidade do entorno do museu é considerada um dos públicos prioritários aos quais se destinam as atividades educativas.

Essa discrepância entre receber a comunidade como público, mas não engajá-la efetivamente na construção das atividades educativas ressalta a necessidade premente de uma reflexão profunda e ação concreta por parte das instituições museológicas, a fim de estreitar os laços com suas comunidades e garantir que as atividades educativas atinjam plenamente aqueles que são considerados seus públicos prioritários. É imperativo que os museus se tornem verdadeiros agentes de inclusão e engajamento, promovendo uma participação mais ativa e significativa das comunidades, para que assim possam desempenhar plenamente o seu papel na sociedade como espaços de educação, cultura e diálogo – como nos inspira a diretriz (e) do Eixo III da PNEM.

“III – eixo III – Museus e sociedade: e) promover programas, projetos e ações educativas em colaboração com as comunidades, visando à sustentabilidade e incentivando a reflexão e a construção coletivas do pensamento crítico” (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92).

Os dados da PEMBrasil também subsidiam informações a outra diretriz desse terceiro eixo da PNEM, a que orienta para a colaboração entre órgãos públicos e privados de educação, no sentido de promover a difusão da educação museal em prol de uma formação integral. Nesse caso, os dados são positivos e sinalizam um alinhamento das instituições museológicas com o que orienta a referida diretriz, já que 55,9% dos(as) respondentes dos museus afirmaram que a frequência com que realizam parcerias com outras instituições para a realização de atividades educativas é alta (sempre ou muitas vezes), sendo mais citados como parceiros as escolas públicas e privadas (62,6%), os ór-

gãos públicos de gestão da educação municipais, estaduais e federais (52,2%) e as universidades e instituições científicas públicas e privadas (47,4%).

Muitos outros dados revelados pela PEMBrasil poderiam ser destacados aqui, porém, acreditamos que as informações que foram analisadas sintetizam, como uma fotografia panorâmica, as relações e as reverberações da pesquisa com a política. O acesso aberto aos dados da pesquisa é um passo fundamental para que os diálogos com a PEMBrasil não se encerrem neste livro, já que oferecem uma visão abrangente do estado atual da educação museal no Brasil, possibilitando inúmeras leituras e desdobramentos que, certamente, serão muito úteis no aprimoramento desse campo profissional e das bases legais que o regem, como é o caso da PNEM.

Considerações finais

Ao analisarmos os dados da PEMBrasil, com o cruzamento necessário entre os diversos campos da pesquisa, constata-se que as reverberações da PNEM já se configuram como uma realidade na prática cotidiana e nos documentos institucionais de boa parte dos museus brasileiros. Reforçamos que um dos principais motivos para a apropriação da PNEM é resultado do processo democrático e participativo de construção dessa política, que conseguiu aglutinar e interconectar várias demandas, lutas, pensamentos e anseios, com a efetiva articulação de diversas redes de educadores(as) em museus existentes no país.

Seguindo esse caráter participativo, no I Encontro Nacional de Educação Museal, que aconteceu no mês de julho de 2023, na cidade de Cachoeira (BA), uma das sinalizações consensuadas pelos(as) participantes foi a necessidade de avaliação e reconfiguração da PNEM, tendo em vista que, após alguns anos de sua implementação, ela precisa atentar-se a uma nova realidade e aos interesses sociais do setor. Para tanto, no âmbito do evento, foram criados grupos de trabalho para discussão

coletiva de cada um dos eixos dessa política, visando destacar pontos que necessitam de uma revisão e atualização. Pactuou-se, a partir de então, uma agenda de trabalho para dar prosseguimento à interlocução com o campo para recebimento de novas proposições a serem apresentadas, discutidas e votadas em plenária durante o 8º Fórum Nacional de Museus, previsto para acontecer em 2024.

A PEMBrasil é importante nesse processo, como já apontamos, porque ela é resultado da própria PNEM e atende a uma demanda dos atores que a construíram, sinalizada na Carta de Porto Alegre (2017)⁴ e reforçada na Portaria Ibram nº 605/2021, ao definir, como uma de suas diretrizes, a potencialização do conhecimento específico sobre a educação museal, fundamental para a consolidação do campo. Ao mesmo tempo, a PEMBrasil, ao apresentar uma ampla cartografia do desenvolvimento da educação museal no país, é uma ferramenta extremamente necessária para a avaliação da política e redefinição de suas metas e prioridades.

Para isso, alguns questionamentos podem ser levantados a partir das reverberações da PNEM evidenciadas pela PEMBrasil: quais estratégias devem ser adotadas para que a PNEM seja ainda mais apropriada, sobretudo por outros(as) profissionais e pelos(as) gestores(as) de museus, que não atuam diretamente com a educação museal? Considerando que a maioria das instituições promove regularmente atividades educativas, como incentivar que estabeleçam seu Programa Educativo e Cultural, compreendendo-o como um documento norteador de sua política educacional, metodologias e bases conceituais? Como a PNEM deve atuar levando em conta a diversidade regional e as diferentes realidades de estruturação dos setores educativos dos museus? Quais mecanismos podem ser institucionalizados para garantir a participação das redes de educadores(as) em museus e de outros coletivos do campo museal na implementação da PNEM, de modo a reforçar o controle social, primordial numa política de Estado?

Outras questões certamente surgirão no processo de avaliação da PNEM, uma etapa fundamental para a efetividade dessa política pública e para que ela alcance os resultados que o campo museal anseia.

Referências

ALMEIDA, A. M. *et al.* Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio* – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 226-249, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/62280>. Acesso em: 4 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/01/2009&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=80>. Acesso em: 4 set. 2023.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA, 3., 2007, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2007. Não paginado.

CANEDO, D. P. *et al.* *Pesquisa nacional de práticas educativas dos museus brasileiros*: um panorama a partir da política nacional de educação museal – relatório final. Joinville: Casa Aberta Editora e Livraria: Ibram, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: Ibram, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 153, p. 91-93, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-605-de-10-de-agosto-de-2021-338090192>. Acesso em: 4 set. 2023.

MONTEIRO, S. F. *Política pública para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus*. 2016.

Tese (Doutorado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/200/193>. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA, F. A. B. da. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 2).

Notas

- 1 Esses documentos podem ser consultados no *site* oficial da PNEM: <https://pnem.museus.gov.br/>.
- 2 O *blog* da PNEM foi lançado em novembro de 2012, no âmbito do 5º Fórum Nacional de Museus, realizado em Petrópolis, e os fóruns de discussão ficaram abertos até abril de 2013. Após esse período, as propostas contidas nos fóruns foram sistematizadas pelos Coordenadores de GT da PNEM e levadas para discussão nos Encontros Regionais realizados em 2014.
- 3 A REM Brasil foi criada em 2014, no âmbito do I Encontro Nacional do então Programa Nacional de Educação Museal (PNEM), realizado durante a programação do 6º Fórum Nacional de Museus, em Belém do Pará.
- 4 Ver em: Instituto Brasileiro de Museus (2018).

Contribuições para o debate sobre a educação museal nos museus universitários brasileiros

Paola Maués

José Roberto Severino

Introdução

A “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros: um panorama a partir da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) – Pesquisa Educação Museal Brasil (PEMBrasil)” é uma pesquisa inédita e abrangente, realizada em 2022, que tem como objetivo a produção de indicadores e análises que possam subsidiar a implementação, a avaliação e eventuais revisões da PNEM, contribuindo para o acompanhamento tanto da Política

Nacional de Museus, instituída em 2003, no que se refere à educação museal, quanto, por conseguinte, das políticas públicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) voltadas para esse campo.

Por ser uma pesquisa de caráter amplo e complexo, de abrangência nacional e voltada para políticas públicas do Ibram, a PEMBrasil não contou com perguntas específicas para a identificação de museus universitários. *A priori*, a equipe entendia que a pesquisa não apontaria algumas especificidades que acabaram se apresentando. Apesar disso, durante a análise dos dados, foi possível recortar melhor o objeto. Desse modo, o objetivo do texto é apresentar algumas dessas especificidades, demonstrando como a riqueza de informações produzidas pela pesquisa pode ser utilizada para analisar temáticas antes não previstas, pelo menos não inicialmente, no planejamento da investigação. Para tanto, iremos cruzar os dados coletados pela PEMBrasil com outras pesquisas sobre essa temática, para explorar hipóteses em relação à educação museal nos museus universitários brasileiros.

O desafio começa pelo entendimento da abrangência real deste universo. A dificuldade em realizar uma análise quantitativa dos museus universitários se deu pelo fato de não termos números censitários oficiais; na maior parte das vezes, as próprias universidades não reconhecem os museus e coleções que possuem ou, às vezes, desconhecem parte deles. Podemos contar com algumas pesquisas frutos de iniciativas de indivíduos, grupos ou instituições¹, mas o fator complicante nesse caso são as diferentes maneiras de demarcar o que se considera como “museus universitários”, visto que temos uma multiplicidade de formas as quais se apresentam. Podemos identificar, portanto, um problema de mensuração, pela falta de clareza conceitual na definição do universo da pesquisa.

Soma-se a isso o fato de que, uma vez ou outra, coleções universitárias são mencionadas como museus, como destaca Meirelles (2015), causando certo ruído na quantificação, principalmente em pesquisas de autopreenchimento de informações. Não queremos afirmar o que

está errado ou certo, inclusive, acreditamos que tanto museus quanto coleções devem estar presentes nas políticas e planos museológicos, culturais e do patrimônio universitário – resguardando as suas especificidades e objetivos –, mas antes foi preciso delimitar a categoria “museus universitários”, para depois colocar as questões mais recorrentes para a reflexão.

Pesquisas recentes demonstram, em números, o universo de museus universitários no Brasil. A primeira delas, intitulada *Mapa de Museus Universitários no Brasil* (2020), realizada pela Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), divulgada em 2020, aponta o número de 444 instituições museológicas²; a segunda é o banco de dados da plataforma digital da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU)³, iniciado em 2021, e que permanece aberto para inclusão de novas entradas, reconhece o total de 562 coleções e museus⁴.

Temos muitos trabalhos acadêmicos e científicos qualitativos realizados sobre essa temática, porém, a maior parte das pesquisas privilegia os museus públicos federais. Pouco se investiga sobre museus de universidades estaduais, confessionais, privadas ou comunitárias, com exceção daqueles que estão em instituições consagradas nacionalmente, como alguns dos museus da Universidade de São Paulo (USP)⁵ – universidade pública do âmbito estadual – e o Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (MAB-FAAP) – faculdade particular –, ambas no Sudeste, região com a maior hegemonia de museus no país, informação também constatada na PEMBrasil.

Ademais, museus universitários não diferem quase em nada em relação aos demais museus, a diferença seria justamente pela 1) origem dos acervos; 2) uso que é feito dele; e pelas 3) questões de gestão, já que são “[...] estruturados segundo uma organização acadêmica e se encontram sob a responsabilidade de uma universidade” (Meirelles, 2015, p. 182). Para falarmos sobre a natureza específica do contexto universitário, não podemos deixar de explicitar o princípio de indissociabilidade entre en-

sino, pesquisa e extensão, mencionado no artigo 207 da Constituição Brasileira (Brasil, [2022]), que torna as universidades privilegiados espaços de convivência e desenvolvimento humano, científico-tecnológico e social, que tem como eixo a formação de profissionais-cidadãos, na articulação entre teoria e prática (Pivetta *et al.*, 2010).

Para o texto constitucional, não existe diferenciação ou desnivelamento entre o ensino, a pesquisa e a extensão: cada um se assenta em um princípio e possui características que se relacionam, ora a partir de delineamentos próprios, ora em perfeita interface e indissociabilidade. Em muitas universidades, instituições museológicas estão relacionadas diretamente às pró-reitorias de extensão, demonstrando um desconhecimento do próprio conceito de museu que, de acordo com as definições do Ibram⁶ e Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁷, consideram o mesmo tripé, educação, pesquisa e a interlocução com a sociedade, como finalidades das instituições museológicas. De forma mais ampla, tal discrepância se repete quando lançamos luz sobre o lugar da cultura nas universidades (Rubim, 2022).

De qualquer forma, o ensino e a pesquisa ganham sentido quando extrapolam e entram em diálogo com a sociedade, porém, a universidade ainda é um lugar marcado pelo conhecimento exclusivamente acadêmico, com poucos desafios no campo social. Percebemos no dia a dia uma relação de hierarquia, com a preponderância da pesquisa em relação ao ensino, e destes em relação à extensão, e essa pode ser uma das explicações para a quase ausência de políticas museológicas nas universidades⁸.

Como afirma Meirelles (2015, p 185), “[...] pode-se constatar que uma parcela significativa dos museus universitários ainda vive no esquecimento das instituições que deveriam mantê-los”; muitos não têm a definição de cargos, funções e organogramas definidos, situação agravada pelo reduzido quadro funcional a assumir a maioria das tarefas dos museus. Somado à carência de recursos humanos, podemos citar também a falta de suprimentos e infraestrutura adequada. Meirelles conclui

que talvez o problema mais complexo dos museus universitários seja a própria universidade, pois nela reside o poder de decisão.

Os museus e as coleções universitárias entraram no foco das discussões mais recentemente, principalmente desde a notícia do incêndio do Museu Nacional (MN), ocorrido na noite do dia 2 de setembro de 2018, que foi severamente abalado, tanto o acervo de cerca de 20 milhões de itens – adquiridos ao longo de 200 anos –, quanto a sua estrutura predial (Silva, 2019). Criado em 1818, configurando-se, assim, como a mais antiga instituição de pesquisa do Brasil, o MN foi integrado, em 1946, à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), considerado o primeiro museu a ser instituído no contexto universitário federal (Meirelles, 2015).

Temos também, como marco expansivo das discussões, o Acórdão nº 1.243/2019-TCU-Plenário⁹, que mobilizou o Ministério da Educação (MEC) e Ibram a enviar, em setembro e outubro de 2020, um questionário com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre a situação dos museus vinculados às universidades federais¹⁰, uma situação inédita de reconhecimento dessas unidades.

Consideramos que esses dois acontecimentos, aliados aos riscos críticos que a situação museal no Brasil encarou, com a política de dismantelamento do Ministério da Cultura (MinC) e Ibram que acontecia naquele momento – danos esses que fortaleceram a comunidade museológica e da cultura como um todo, como forma de resistência aos ataques –, foram os principais fatores para a temática dos museus e coleções universitárias ganharem força nos últimos anos.

Museus universitários na PEMBrasil

Mas o que apontam os dados dos museus universitários respondentes da PEMBrasil? Do universo de 669 respondentes, 112 museus universitários participaram da pesquisa (16,74%). Nossa interpretação se vale de outros indícios percebidos pelo Observatório da Economia Criativa

da Bahia (Obec-BA) – ator interinstitucional de pesquisa em três universidades: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – e, em consonância com os princípios e eixos da PNEM. Outro documento que deu atenção aos museus universitários foi o relatório do Grupo de Trabalho (GT) de Museus da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), documento solicitado pelo MEC e pelo Ibram como resposta ao Acórdão nº 1.243/2019-TCU-Plenário. O relatório do GT é um diagnóstico que tem o objetivo de subsidiar a formulação de um plano de ação para os museus universitários federais, produzido a partir dos dados respondidos entre setembro e outubro de 2020, por 166 museus. O documento, apesar de se referir aos museus universitários federais, permite lançar um olhar de uma forma mais ampla e abrangente para os museus universitários no conjunto das instituições de ensino superior no país. Apesar de bem estruturado, o documento pouco trata sobre a educação museal nos museus universitários.

No conjunto das 669 respostas de instituições museológicas na PEMBrasil, não é possível precisar as respostas dos museus universitários em decorrência da não inclusão de uma pergunta específica que permitisse tal classificação. O recorte foi feito com base na presença da palavra “universitário” no nome do museu indicado pelos respondentes, ou ainda pelo conhecimento prévio da equipe de pesquisa sobre os museus universitários e por uma busca ativa que filtrou os museus universitários do conjunto de museus respondentes. Encontramos, ainda, entre as 25 respostas no tópico “outros”, a autodefinição de museu universitário na pergunta sobre a tipologia do museu.

Entre a totalidade da pesquisa, o recorte para os museus universitários apontou que 92,0% (103) deles realizam atividades educativas, aproximando-se do índice de 90,4% (603) do total dos museus da pesquisa. A *frequência diária* em museus universitários foi de 48,5% (50), e *semanal* 22,3% (23). Fazendo um comparativo com a pesquisa dos mu-

seus em geral, os números não diferem muito, o que demonstra que as instituições museológicas, no geral, consideram a educação como uma das suas finalidades. Contudo, frustram-se as expectativas de que as universidades e suas estruturas museais pudessem ser a vanguarda da educação museal.

A universidade poderia ser o lugar privilegiado de museus e coleções atuarem de forma plena, por intermédio de parcerias com setores das mais diversas áreas do conhecimento, como sugere a Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021, quando prevê a importância de “[...] promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre os setores educativos e agências de fomento científico, universidades e demais instituições da área [...]” (Instituto Brasileiro de Museus, 2021, p. 92). Geralmente, o que é relatado na quase totalidade das pesquisas analisadas, e em fóruns específicos de profissionais que atuam nesses espaços, é a prevalência da vontade de certos indivíduos ou grupos de indivíduos sem programas ou projetos bem estruturados e continuados, configurando acervos personalistas em detrimento de uma política cultural voltada aos museus universitários. Em relação ao ensino, deixa a desejar o trabalho com a comunidade externa à universidade, para além de ações relacionadas ao ensino universitário ou escolar. Além disso, devemos considerar a distribuição geográfica nacional dos museus e as implicações nesse argumento.

Se analisarmos, conforme apresentado no Quadro 1, a distribuição geográfica dos museus, constata-se que a cobertura regional e estadual dos 16% dos museus universitários respondentes manteve uniformidade e segue quase a mesma proporção em relação ao total de respondentes da maioria dos estados e regiões, exceto para o Centro-Oeste, com mais de 3% de diferença para a região nos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). O recorte dos museus universitários indica a ausência de respostas dos estados do Amapá, Amazonas, Roraima (Norte) e Sergipe (Nordeste).

Quadro 1 – Quantidade de museus universitários participantes da pesquisa por região

Centro-Oeste	11	9,8%
Norte	6	5,4%
Sul	26	23,2%
Nordeste	26	23,2%
Sudeste	43	38,4%
Total	112	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

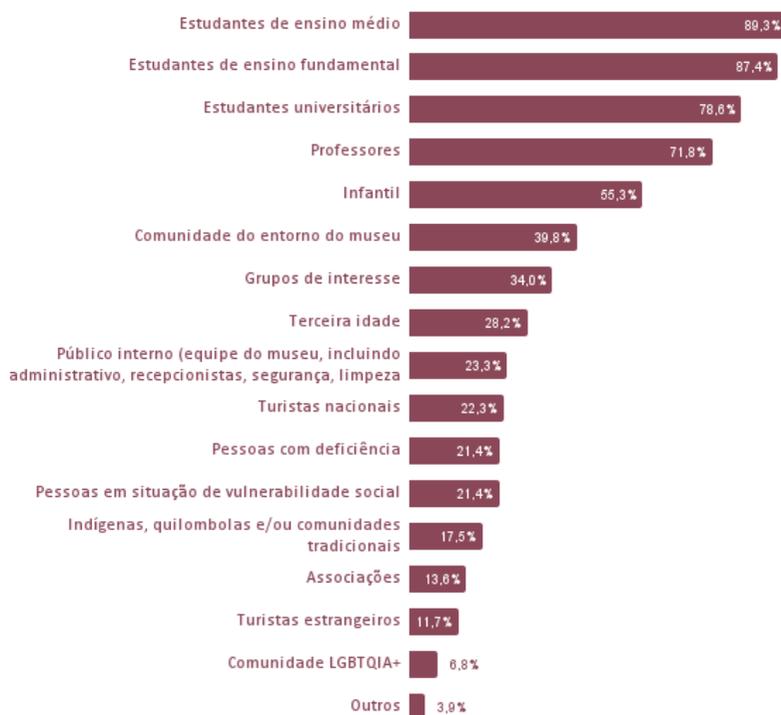
A cobertura regional e estadual dos 16% dos museus universitários respondentes manteve uniformidade e segue quase a mesma proporção em relação ao total de respondentes da maioria dos estados e regiões, exceto para o Centro-Oeste, com mais de 3% de diferença para a região nos estados de MT e MS. A relação capital-interior apresenta um aumento na concentração nas capitais – 52,8% na pesquisa geral para 59.8% entre os museus universitários.

O maior número de museus universitários respondentes estava em Minas Gerais (21), Rio Grande do Sul (16), São Paulo (12), na Bahia (10), Rio de Janeiro (7) e Santa Catarina (7), repetindo a incidência regional apontada nos estudos no campo da educação museal. Em uma pesquisa recente nomeada *Mapa de museus universitários no Brasil* (MAST), o total de museus universitários brasileiros foi atualizado para 444, e as proporções são semelhantes: Norte, com 21 museus universitários, 28.57% respondentes; Centro-Oeste, com 35 museus, 31.43%; Nordeste, com 90 museus, 28.89%; Sul, com 114 museus, 22.81%; Sudeste, com 182 museus, 23.63%. E o total é: 444 museus universitários – 25.23% respondentes. A pesquisa coordenada pelo professor Marcus Granato com base no *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC*.

Os dados sobre a prioridade dos públicos, quando comparados, diferenciam os museus universitários no item *estudantes de ensino fundamental* (4,4% a mais), *estudantes de ensino médio* (9,1% a mais), *estudantes universitários* (11,9% a mais) e *professores* (12,7% a mais).

Por outro lado, a *terceira idade* (9,1% a menos), *comunidade LGBTQIAPN+* (11,5% a menos), *pessoas com deficiência* (7% a menos), *pessoas em vulnerabilidade social* (5,3 % a menos), *turistas nacionais* (14,9% a menos), *turistas estrangeiros* (14,4% a menos), *público interno* (8,8% a menos), *associações* (7,4 % a menos), *grupos de interesse* (11,4% a menos). Os outros itens não mostraram diferenças significativas – menos de 3% para mais ou para menos. Mesmo que na pesquisa geral a incidência maior de *estudantes e professores* parece repetir a tendência nos museus universitários, chama a atenção para a ausência dos públicos componentes da diversidade social e dos grupos previstos nas políticas de inclusão.

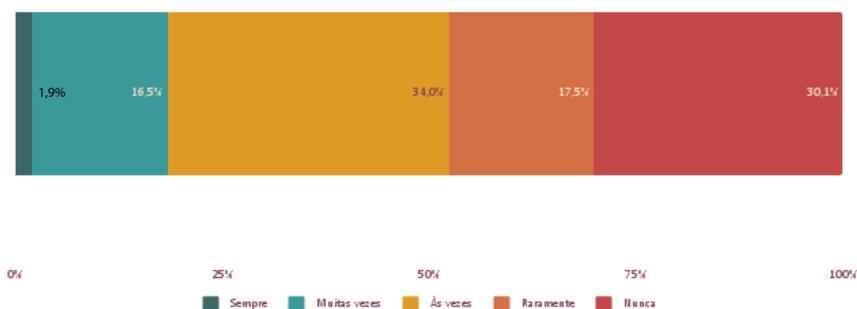
Figura 1 – Tipos de públicos prioritários nas atividades educativas dos museus universitários



Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre a questão da participação da comunidade na construção de propostas de atividades educativas, apenas 1,9% dos museus universitários apontam *sempre*, com uma diferença de 5,4% para a mesma questão no conjunto dos museus. As respostas que dizem nunca haver presença é similar ao conjunto, 32%, enquanto nos museus universitários, 30,1%. Preocupante a repetição do dado geral da PEMBrasil entre os museus universitários, quando raramente ou nunca ocorre esse tipo de colaboração.

Figura 2 – Percepção sobre frequência da participação da comunidade no desenvolvimento das atividades educativas dos museus universitários



Fonte: elaborada pelos autores.

Recuperando o nosso argumento sobre a PEM e os museus universitários, nos perguntamos o quanto existe de diferenças e semelhanças entre eles e o conjunto dos museus respondentes da PEMBrasil, ao mesmo tempo em que a estratégia comparativa pode ser uma ferramenta útil para que sejam desenhadas políticas públicas específicas para os museus universitários e para a educação museal no Brasil. Comparar a tipificação das atividades educativas, os públicos atendidos, a existência de parcerias com comunidades, acessibilidade, comunicação, percepções sobre os principais desafios do campo pode ser útil para

sanar as discrepâncias dos tipos de público, de orçamento, a escassez de profissionais ou as questões relacionadas à percepção sobre os destinos do planejamento das ações educativas nos museus. A ausência de diagnósticos participativos e compartilhados na comunidade dos museus universitários pode ser um indicador do quanto ainda se pode e deve caminhar na construção de políticas que integrem tais museus aos debates e propostas do campo da educação museal no Brasil. Um aprofundado estudo de caso pretende explorar com mais cuidado esses e outros dados da pesquisa, bem como delinear aspectos importantes para uma política cultural estruturante para os museus universitários brasileiros.

Referências

ALMEIDA, A. M. *Museus e Coleções Universitários: por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, [2022].

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Portal Gov.Br*: Mapa de Museus Universitários no Brasil, Brasília, DF, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2021/janeiro/mapa-de-museus-universitarios-no-brasil>. Acesso em: 6 ago. 2023.

CARVALHO, C. R.; JULIÃO, L.; CUNHA, M. N. B. da. Museus universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. *Interfaces – Revista de extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 409-431, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505>. Acesso em: 4 jul. 2024.

FERNANDES, A. V. C. Um panorama dos museus universitários mais visitados no Brasil, entre 2014 e 2018. *Revista CPC*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 15-33, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpc/article/view/171128>. Acesso em: 4 jul. 2024.

GRANATO, M. (coord.). *Mapa de Museus Universitários no Brasil*. Rio de Janeiro: MAST, 2020. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/44e9e5eo-0c20-4bdo-936a-3ab0e14900a1>. Acesso em: 11 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria Ibram nº 605, de 10 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 153, p. 91-93, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-605-de-10-de-agosto-de-2021-338090192>. Acesso em: 4 jul. 2024.

MEIRELLES, L. M. *Museus universitários e políticas públicas: gestão, experiências e dilemas na Universidade Federal de Uberlândia, 1986-2010*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MENCARELLI, F. O Forcult e as políticas culturais nas instituições públicas de ensino superior: uma memória. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2021. Não paginado.

PIVETTA, H. *et al.* Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 377-390, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3634>. Acesso em: 4 jul. 2024.

REDE BRASILEIRA DE COLEÇÕES E MUSEUS UNIVERSITÁRIOS. Sobre a rede. *RBCMU*, [s. l.], c2024. Disponível em: <http://rbcmu.com.br/sobre-a-rede/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RIBEIRO, E.; ARAÚJO, B. de. Políticas públicas para museus universitários em Instituições de Ensino Superior: premissas legais e de gestão pública no Brasil. In: RIBEIRO, E.; ARAÚJO, B. de (org.). *Cadernos do patrimônio da ciência e tecnologia: epistemologia e políticas*. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 67-99.

RUBIM, A. A. C. Universidades, políticas culturais e planos de cultura. In: RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais: diálogos possíveis*. São Paulo: Ed. SESC, 2022. p. 157-176.

SILVA, M. C. da. A rede brasileira de coleções e museus universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus. *Revista CPC*, São Paulo, n. 27, p. 297-309, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/152250/154741>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Notas

- 1 Tese Almeida (2001) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), que trata do perfil de museus universitários; Plataforma Museusbr do Ibram, de registro de museus; base de dados do Comitê Internacional Museus e Coleções Universitárias do ICOM; para citar algumas das mais referenciadas.
- 2 O projeto intitulado “Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus Universitários: pesquisa, análise e caracterização de relações estratégicas”, coordenado por Marcus Granato, “[...] pesquisa as relações existentes entre o patrimônio cultural da ciência e tecnologia (PCC&T) e os museus universitários no Brasil” (Brasil, 2021). No âmbito dessa pesquisa, é desenvolvido o *Mapa de museus universitários no Brasil* que apresenta resultados do levantamento realizado sobre esse grupo de museus no país. Nessa pesquisa, entende-se museus universitários: “[...] como todo museu inserido na administração de uma universidade. Da mesma forma, delimitou-se a categoria ‘universidade’ em estrita aderência à legislação brasileira (decreto 5773/2006), [...] categorizando-as em faculdades, centros universitários e universidades, sendo apenas estas últimas detentoras da obrigação de atuar sobre o tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão” (Brasil, 2021).
- 3 “A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU) foi criada em 2017, a partir do desenvolvimento da proposta de articulação entre ações colaborativas e mobilização de diferentes profissionais, docentes, estudantes e pesquisadores envolvidos com a preservação e divulgação do patrimônio museológico universitário” (Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, c2024).
- 4 A base de dados da RBCMU reúne os museus e coleções universitárias em núcleos, e considera: “Espaços possuidores de coleções documentadas e/ou exposições abertas ao público, foram categorizados como ‘coleção’ (acervo documentado ou exposição aberta ao público) ou ‘museu’ (acervo documentado, programa de pesquisa e exposição aberta ao público). São definições abrangentes, que visam à edificação de um único sistema que promova a diversidade dos Núcleos Museológicos Universitários identificados, tais como: Museus, Centros de Memória, Centros de Divulgação Científica, Coleções Didáticas, Planetários, dentre muitas denominações” (Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, c2024).
- 5 De acordo com o *Mapa de Museus Universitários no Brasil* (2020), a USP conta com 28 museus, entre estes, o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Museu de Zoologia e o Museu de Arte Contemporânea (MAC), que estão entre os mais visitados do Brasil entre 2014 e 2018, de acordo com o formulário de visitação anual do Ibram (Fernandes, 2020);

além do Museu Paulista, recém-reaberto à visitação, que se enquadra entre os museus universitários mais reconhecidos nacional e internacionalmente.

- 6 De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, “[...] Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (Brasil, 2009, p. 1).
- 7 “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”. Definição aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM em Praga. Ver em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776.
- 8 Podemos citar algumas iniciativas no âmbito dos museus e patrimônios universitários, como as redes de museus: Sistema Universitário de Museus da UFBA; Rede de Museus e espaços de ciência e cultura da UFGM; Rede de Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte da UFPE; Rede de Museus da UFPEL; Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS; Sistema Integrado de Museus, Patrimônio cultural e Coleções científicas (SIMAP-UFRJ); Coordenação de Cultura, Museus e Memória da UFRN; Centro de Preservação Cultural (CPC-USP) (Ribeiro; Araújo, 2020). Podemos citar também as Políticas Culturais Institucionais e Planos de Cultura Institucionais Plurianuais: “Fazendo um recorte apenas nas universidades federais, identificamos hoje no contexto nacional 9 universidades federais com esferas autônomas para a política e gestão cultural vinculadas diretamente às Reitorias (2 Pró-Reitorias de Cultura, 3 Secretarias de Cultura, 2 Diretorias de Cultura, 1 Centro de Cultura e Artes e 1 Fórum) e aproximadamente 26 Pró-Reitorias de Extensão e cultura. As demais são Pró-Reitorias de extensão com diretorias e coordenadorias de cultura. Dessas, cerca de 1/3 possuem políticas de cultura e planos de cultura vigentes aprovados em suas instâncias superiores ou passam neste momento por um processo de constituição de suas políticas culturais, planos de cultura e estruturação da gestão cultural no âmbito das administrações centrais. A esse movimento correspondem dois outros similares, nos âmbitos das universidades estaduais e dos institutos federais. Também é preciso registrar que, motivadas pelo Edital Mais Cultura nas Universidades do MEC/MC, em 2013/2014, quase todas as instituições federais públicas de ensino superior, universidades federais e institutos federais elaboraram planos plurianuais de cultura” (Mencarelli, 2021).
- 9 Trata-se da “[...] verificação das condições de segurança do patrimônio nos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos” (Carvalho; Julião; Cunha, 2022, p. 424).
- 10 “A iniciativa buscava produzir subsídios para a elaboração de um plano de ação para os museus federais a ser construído pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, em atendimento ao disposto no Acórdão 1.243/2019-TCU-Plenário” (Carvalho; Julião; Cunha, 2022, p. 424).

Sobre os(as) autores(as)

Amanda Haubert:

É mestranda no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Produção Cênica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), participou do núcleo Corpos Inquietos, do projeto Cotinga, e do Mutirão Mais-Cultura, projetos de apoio à cultura popular. Foi arte educadora no Espaço Cultural Casa Labirinto, professora de teatro na Escola da Cultura de São José

dos Pinhais-PR e no curso de Agente Cultural e Organizador de Eventos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-BA). É pesquisadora do Observatório de Economia Criativa (Obec) e membro da produtora Fervu Profanu.

E-mail: amandahaubert.f.c@gmail.com.

Andrea Costa:

Graduada em História pela Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestra e doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atua como educadora museal na Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é docente dos cursos de Museologia da Unirio. É cogestora do Comitê de Educação e Ação Cultural do Brasil (Ceca) BR/ICOM e presidenta da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências (ABCMC).

E-mail: andrea@mn.ufrj.br.

Átila B. Tolentino:

Graduado em Letras e especialista em gestão de políticas públicas de cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, com atuação no Instituto Brasileiro de Museus. Membro da Rede de Educadores em Museus da Paraíba (REM-PB). Pesquisador na Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio da UFPB, e no grupo de pesquisa Museologias Insurgentes en Nuestra América (MINA), da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

E-mail: atilabt@gmail.com.

Beth Ponte:

É gestora cultural, pesquisadora e consultora pela Ponte Cultura & Desenvolvimento. Graduada em Produção Cultural e mestre em Cultura e Sociedade, ambos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi German Chancellor Fellow (2018/2019) da Fundação Alexander von Humboldt, na Alemanha. É vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Organizações Sociais da Cultura (Abraosc) e pesquisadora associada do Observatório de Economia Criativa da Bahia (Obec-BA). De 2010 a 2018, foi diretora institucional do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba).

E-mail: pontebeth@gmail.com.

Caroline Fantinel:

Doutora e mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas pela Universidade Salvador. Dedicar-se a pesquisas nas áreas de memória e patrimônio, políticas culturais e economia criativa. É pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA) e coordenadora do projeto “Memórias do Reinado de Momo”. Integra a equipe do Núcleo de Extensão, Comunicação e Cultura do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA).

E-mail: fantinel.caroline@gmail.com.

Clarissa Narai Costa e Silva:

Estudante de graduação em Comunicação Social com habilitação em Produção Cultural pela Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora em formação do Observatório de Economia Criativa da Bahia (Obec-BA) em atuação

na Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros (PEMBrasil). Possui experiências em produção audiovisual, fotografia e comunicação gráfica/visual adquiridas através da Agência Experimental de Comunicação e Cultura (AECC) da Facom.

E-mail: clarissa.narai@gmail.com.

Daniele Canedo:

Produtora e gestora cultural, capoeirista e docente do Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA). Tem pós-doutorado em Comunicação e Economia no Observatório de Economia e Comunicação (Obscom) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e em Administração (NPGA/EAUFBA). É doutora em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA) e PhD in Media and Communication Studies pela Vrije Universiteit Brussel (VUB-Bélgica). Atua como coordenadora e pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA). Tem experiência profissional na gestão pública da cultura e da comunicação na Bahia (2001-2009), na produção cultural e audiovisual.

E-mail: danielecanedo@ufrb.edu.br.

Fabiana Sales:

Educadora do Museu da Abolição/Ibram/Ministério do Turismo. Possui bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2002) e mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS/2006). Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Tem experiência na área de

patrimônio cultural e turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: educação em museus e educação patrimonial.

E-mail: fabiana.sales@museus.gov.br.

Gabriela Aidar:

É graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Estudos de Museus de Arte pelo Museu de Arte Contemporânea e em Museologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, ambos da USP. Obteve o título de Master of Arts in Museum Studies pela Universidade de Leicester, no Reino Unido. É docente da disciplina de Inclusión y accesibilidad en museos y espacios culturales, da Maestría en Museología y Gestión del Patrimonio da Universidad Nacional de Colombia. Trabalha, desde 2002, no Núcleo de Ação Educativa (NAE) da Pinacoteca de São Paulo onde coordena os programas educativos inclusivos.

E-mail: gaidar@pinacoteca.org.br.

José Roberto Severino:

Professor associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Cultura, atuando principalmente nas seguintes áreas do conhecimento: História, Comunicação e Políticas Culturais. Professor da Faculdade de Comunicação (Facom) e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA). É pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e do Diversitas na Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisa e extensão em Patrimônio Cultural, Produção Cultural e Audiovisual relacionadas à Memória Social. Membro da Cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

E-mail: beto.severino452@gmail.com.

Karlla Kamylla Passos:

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona (ULusófona) com a tese *Educação Museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial*, mestra em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Museóloga 1252-I. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no projeto “Acessibilidade e Inclusão nos Museus do Instituto Butantan: tecnologia assistiva e formação de equipes”.

E-mail: kamylla.passos@hotmail.com; myllakamyllapassos@gmail.com.

Luciana Conrado Martins:

Bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP/1997), possui mestrado em Educação (USP/2006) e doutorado em Educação (USP/2011). É master em Museologia pela Universidad de Valladolid (Espanha/2003) e especialista em Museologia pelo Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (Cemmae) (USP/2001). Realizou estágio doutoral (doutorado sanduíche), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Université du Québec à Montreal. É proprietária da empresa Percebe, na qual desenvolve consultoria para museus e instituições culturais.

E-mail: lucianaconrado@yahoo.com.br.

Marielle Costa Gonçalves:

Coordenadora de Museologia Social e Educação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Graduação em Artes Plásticas pela Universidade de Brasília, Brasil (UnB/2008).

E-mail: marielle.goncalves@museus.gov.

Mona Nascimento:

Museóloga. Doutoranda em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Políticas e Gestão Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Bacharela em Museologia pela UFBA. Atualmente, é professora substituta do Departamento de Museologia da UFBA. Membro das Redes de Educadores em Museus da Bahia e do Brasil (REM Bahia e REM Brasil). Pesquisadora do Observatório da Economia Criativa da Bahia (Obec-BA).

E-mail: monaribe@gmail.com.

Paola Maués:

Doutoranda e técnica em museologia no Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em Artes Visuais pela Universidade da Amazônia (Unama/2010), apresentando a monografia *Ver-o-Peso e a Arte Contemporânea: Miguel Chikaoka, um artista-propositor*. É mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio/2014), realizando pesquisa-dissertação intitulada *O Valor que o Ver-o-Peso Tem*. Tem experiência na área de arte, educação, museologia e patrimônio.

E-mail: paolamaues@ufpa.br.

Renata Almendra:

Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) - Departamento de Métodos e Técnicas, na área de ensino de história. Historiadora e museóloga com doutorado em História pela UnB. Foi servidora do Instituto Brasileiro de Museus entre 2010 e 2023, onde fez parte da equipe da Coordenação de Museologia Social e Educação e atuou no processo de elaboração da Política Nacional de Educa-

ção Museal (PNEM). Tem como áreas de pesquisa o ensino de história, educação museal, educação patrimonial, história urbana e de Brasília.

E-mail: renataalmendra@gmail.com.

Outros títulos da Coleção Cult

Cult 1 - Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares

Gisele Marchiori Nussbaumer (Org.)

Cult 2 - Políticas culturais no Brasil

Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho (Org.)

Cult 3 - Políticas culturais na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim e Rubens Bayardo (Org.)

Cult 4 - Estudos da cultura no Brasil e em Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim e Natália Ramos (Org.)

Cult 5 - Transversalidades da cultura

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

Cult 6 - Políticas culturais no governo Lula

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 7 - Políticas culturais para as cidades

Antonio Albino Canelas Rubim e Renata Rocha (Org.)

Cult 8 - Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura

Antonio Albino Canelas Rubim, Taiane Fernandes e Iuri Rubim (Org.)

Cult 9 - Stonewall 40 + o que no Brasil?

Leandro Colling (Org.)

Cult 10 - Cultura e desenvolvimento: perspectivas
políticas e econômicas

Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Paulo Miguez e Renata Rocha (Org.)

Cult 11 - Estudos da festa

Linda Rubim e Nadja Miranda (Org.)

Cult 12 - Desleitura cinematográfica: literatura, cinema e cultura

Marinyze Prates de Oliveira e Elizabeth Ramos (Org.)

Cult 13 - Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França

Frederico Lustosa da Costa (Org.)

Cult 14 - Federalismo e políticas culturais no Brasil

Alexandre Barbalho, José Márcio Barros e Lia Calabre (Org.)

Cult 15 - Estudos e políticas do CUS

Leandro Colling e Djalma Thurler (Org.)

Cult 16 - Cultura dos sertões

Alberto Freire (Org.)

Cult 17 - ENECULT 10 anos

Lindinalva Silva Oliveira Rubim,

Mariella Pitombo Veira e Delmira Nunes de Souza (Org.)

Cult 18 - Políticas culturais na Bahia contemporânea

Antonio Albino Canelas Rubim

Cult 19 - Dimensões e desafios políticos para diversidade cultural

Paulo Miguez, José Márcio Barros, Giuliana Kauark (Org.)

Cult 20 - Políticas Públicas de cultura para as cidades:

os casos de Recife e Salvador

Hortência Silva Nepomuceno dos Santos

Cult 21 - Políticas culturais no governo Dilma

Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho

e Lia Calabre (Org.)

Cult 22 - Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes

Giuliana Kauark, José Márcio Barros e Paulo Miguez (Org.)

Cult 23 - Panorama da gestão cultural na Ibero-América

Antonio Albino Canelas Rubim, Carlos Yáñez Canal e

Rubens Bayardo (Org.)

Cult 24 - Formação em organização da cultura no Brasil:

experiências e reflexões

Leonardo Figueiredo Costa e Ugo Barbosa de Mello (Org.)

Cult 25 - Financiamento e fomento à cultura nas regiões brasileiras

Antonio Albino Canelas Rubim,

Fernanda Pimenta Vasconcelos (Org.)

Cult 26 - Financiamento e fomento à cultura no Brasil:
estados e Distrito Federal

*Antonio Albino Canelas Rubim,
Fernanda Pimenta Vasconcelos (Org.)*

Cult 27 - Políticas e gestão da cultura: diálogos entre
universidade e sociedade

*Clelia Neri Côrtes, Alice Pires de Lacerda,
Renata Costa Leahy e Ricardo de Araujo Soares (Org.)*

Cult 28 - Os trabalhadores da cultura no Brasil

*Alexandre Barbalho, Elder Patrick Maia Alves e
Mariella Pitombo Vieira (Org.)*

Cult 29 - O golpe na perspectiva de gênero

Linda Rubim e Fernanda Argolo (Org.)

Cult 30 - Um lugar para os espaços culturais

Giuliana Kauark, Plínio Rattes e Nathalia Leal (Org.)

Cult 31 - Artivismos das dissidências sexuais e de gênero

Leandro Colling (Org.)

Cult 32 - Plano de cultura

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 33 - Cultura e ciência de dados

Leonardo Costa, Renata Rocha (Org.)

Cult 34 - Enlaces culturais Brasil - Portugal

Antonio Albino Canelas Rubim, Urbano Sidoncha (Org.)

Cult 35 - Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina

Lia Calabre, Renata Rocha,

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 36 - Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios

Alexandre Barbalho, Lia Calabre,

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Cult 37 - Dinâmicas contemporâneas do setor editorial: o viés do mercado independente e regional da Bahia

Carolina Dantas, Giuliana Kauark, Flávia Rosa,

Carmen Lima (Org.)

Cult 38 - Culturas para um novo Brasil

Sophia Cardoso Rocha, Renata Rocha,

Lourivânia Soares Santos,

Antonio Albino Canelas Rubim (Org.)

Este livro foi composto na Edufba por Gabriel Cayres. O projeto gráfico deste livro foi desenvolvido no Estúdio Quimera por Iansã Negrão com o auxílio de Inara Negrão para a Edufba, em Salvador. Sua impressão foi feita no setor de Reprografia da Edufba. A capa e o acabamento foram feitos na Gráfica 3.

A fonte de texto é DTL Documenta. As legendas foram compostas em DTL Documenta Sans, família tipográfica projetada por Frank Blokland.

O papel é Alcalino 75 g/m².

500 exemplares.





OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO CULT

- *Culturas para um novo Brasil*
- *Dinâmicas contemporâneas do setor editorial*
- *Federalismo cultural em tempos nacionais sombrios*
- *Mondiacult 40 anos depois*
- *Enlaces culturais Brasil - Portugal*
- *Cultura e ciência de dados*
- *Plano de cultura*

Para saber mais, visite: www.cult.ufba.br





Este livro é resultado da “Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros”, empreendimento original realizado entre novembro de 2021 e junho de 2023 pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), que oferece uma análise aprofundada, desenvolvida pelo Observatório da Economia Criativa (Obec) a convite do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). O volume apresenta os dados coletados e analisados por especialistas, destacando a diversidade e a riqueza das abordagens sobre tópicos cruciais, como a formulação de políticas públicas, questões de gênero e acessibilidade. Cada capítulo oferece perspectivas valiosas para educadores, gestores de museus e formuladores de políticas, contribuindo significativamente para o avanço da educação museal no Brasil.



ISBN 978-65-5630-638-4



9 786556 306384